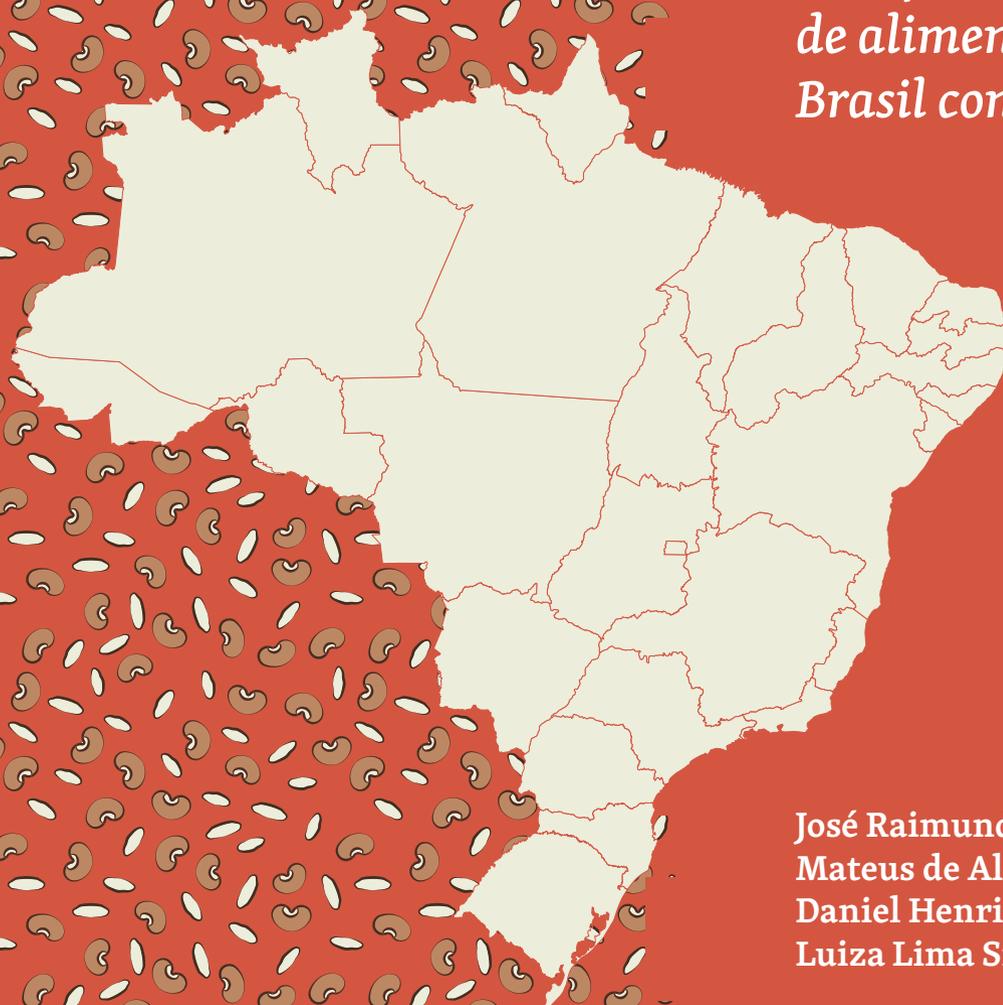


Atlas das situações alimentares no Brasil

*A disponibilidade domiciliar
de alimentos e a fome no
Brasil contemporâneo*



José Raimundo Sousa Ribeiro Junior
Mateus de Almeida Prado Sampaio
Daniel Henrique Bandoni
Luiza Lima Silva De Carli

RECADO AO LEITOR:

Para melhor visualização deste material no formato digital, habilite a visualização das páginas duplas. Para fazer isso no *Adobe Acrobat*, basta clicar em *Visualizar / Exibição da Página* e depois marcar as opções *Exibição em duas páginas* e *Mostrar página de rosto em exibição em duas páginas*.

Atlas das situações alimentares no Brasil

*A disponibilidade domiciliar
de alimentos e a fome no
Brasil contemporâneo*

**José Raimundo Sousa Ribeiro Junior
Mateus de Almeida Prado Sampaio
Daniel Henrique Bandoni
Luiza Lima Silva De Carli**

2021

FICHA TÉCNICA

PESQUISA E TEXTO

José Raimundo Sousa Ribeiro Junior

PROJETO GRÁFICO

Luiza De Carli

PREPARAÇÃO E REVISÃO

Carolina Massuia de Paula

MAPAS

Mateus de Almeida Prado Sampaio e Luiza De Carli

DIAGRAMAÇÃO E INFOGRÁFICOS

Luiza De Carli

ILUSTRAÇÕES

Luiza De Carli / Freepik

308:612.391(81) Atlas das situações alimentares no Brasil: a
A891 disponibilidade domiciliar de alimentos e a
fome no Brasil contemporâneo / José Raimundo
Sousa Ribeiro Junior ... [et al.]. Bragança Paulista:
Universidade São Francisco, 2021.

120 p.

ISBN 978-65-88963-04-3

1. Alimentação – Brasil. 2. Fome – Brasil. 3.
Segurança alimentar – Brasil. I. Ribeiro Junior, José
Raimundo Sousa. II. Sampaio, Mateus de Almeida
Prado. III. Bandoni, Daniel Henrique. IV. De Carli,
Luiza Lima Silva. V. Universidade São Francisco.

Sistema de Bibliotecas da Universidade São Francisco – USF
Ficha catalográfica elaborada por Denise Isabel Arten / CRB-8/5823

Sumário

Apresentação 4

Introdução 6

PARTE I

A disponibilidade domiciliar de alimentos

As despesas com alimentação 16

A aquisição domiciliar de alimentos 26

Aquisição domiciliar de arroz 32

Aquisição domiciliar de feijão 34

Aquisição domiciliar de hortaliças folhosas e florais 36

Aquisição domiciliar de hortaliças
frutas, tuberosas e outras 38

Aquisição domiciliar de frutas 40

Aquisição domiciliar de farinhas e féculas 42

Aquisição domiciliar de massas 44

Aquisição domiciliar de panificados 46

Aquisição domiciliar de carnes bovinas 48

Aquisição domiciliar de carnes suínas 50

Aquisição domiciliar de pescados 52

Aquisição domiciliar de aves 54

Aquisição domiciliar de ovos 56

Aquisição domiciliar de laticínios 58

Aquisição domiciliar de açúcares,
doces e produtos de confeitaria 60

Aquisição domiciliar de refrigerantes 62

Aquisição domiciliar de alimentos
preparados e misturas industriais 64

**Avaliação da disponibilidade domiciliar de
alimentos com base na classificação NOVA** 70

PARTE II

A fome e o risco de fome

**Considerações teórico-metodológicas
sobre a mensuração da fome** 80

**A evolução da fome e do risco
de fome no Brasil contemporâneo** 88

Considerações finais 100

Referências 106

Lista de quadros e figuras 108

ANEXO

ANEXO I | Notas técnicas cartográficas 112

**ANEXO II | Grupos, subgrupos e produtos
alimentares** 116

Apresentação

A elaboração deste atlas faz parte das atividades que desenvolvi como professor visitante do Centro de Práticas e Pesquisas em Alimentação e Nutrição Coletiva (CPPNAC) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Após um ano de intenso e proveitoso trabalho, em que pude me aproximar das pesquisas e debates realizados por pesquisadores direta ou indiretamente ligados ao centro, tornou-se evidente a importância de sistematizar e representar gráfica e textualmente alguns dos dados sobre a fome e outros problemas relativos à alimentação produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que haviam sido essenciais em minha trajetória de pesquisa.

Desde o início estava claro que esse projeto só seria possível se realizado por uma equipe interdisciplinar. Por essa razão, antes mesmo de iniciar a sistematização dos dados necessários à sua elaboração, convidei Daniel Henrique Bandoni (nutricionista) e Mateus de Almeida Prado Sampaio (geógrafo) para serem coautores desta publicação.

Dada minha familiaridade com os dados produzidos pelo IBGE acerca da disponibilidade domiciliar de alimentos e da fome e risco de fome (insegurança alimentar), fiquei responsável pela seleção e tratamento dos dados e pela elaboração das primeiras versões dos gráficos. Encarreguei-me também da elaboração dos textos que acompanham todos os mapas e gráficos, buscando auxiliar na compreensão dos dados e reiterar conceitos e definições que tenho utilizado para me contrapor a leituras que tendem a ocultar ou subdimensionar a fome.

Mateus Sampaio responde pela elaboração dos mapas. Durante todo o processo de elaboração do atlas, o geógrafo compartilhou conosco e colocou em debate suas escolhas cartográficas, em um rico processo de produção compartilhada dos mapas. Ele trouxe para o projeto formas novas e pertinentes de representar os dados em gráficos e mapas que não haviam sido pensados inicialmente, com destaque para o mapa que busca sintetizar as situações alimentares no Brasil.

A contribuição de Daniel Bandoni foi essencial para o diálogo entre os campos da Nutrição e da Geografia. Em sua trajetória acadêmica, marcada pela preocupação com as políticas públicas voltadas para a alimentação e nutrição coletiva, ele realiza um importante diálogo entre as questões sociais e nutricionais em nosso país. Suas contribuições foram essenciais para garantir a clareza e pertinência dos dados representados. Seu acompanhamento de todo o processo foi marcado pela revisão de todos os conteúdos apresentados, assim como pela participação na escolha da melhor forma de representar os dados.

Em dezembro de 2020, já com uma primeira versão do Atlas em mãos, convidei Luiza De Carli (*designer*) para integrar nossa equipe e realizar a editoração do trabalho. Gostaria de destacar que em nenhum momento seu trabalho foi entendido como acessório ou subordinado. Pelo contrário, seus conhecimentos e sua experiência a respeito da representação gráfica de fenômenos

sociais foi parte essencial deste projeto. Assim como Mateus procedeu quanto à elaboração dos mapas, Luiza também apresentou e colocou em debate todas suas escolhas para que pudéssemos coletivamente encontrar as melhores formas de representar graficamente os fenômenos estudados.

Por fim, gostaria de destacar a contribuição de outras duas pessoas que não estão entre os autores do atlas, mas que foram essenciais para a realização deste trabalho. Fernanda Pinheiro da Silva, que durante todo esse processo foi uma atenciosa consultora informal, e Carolina Massuia de Paula, que realizou uma generosa preparação e revisão do texto.

José Raimundo Sousa Ribeiro Junior

Introdução

A alimentação é um tema que interessa aqueles que procuram conhecer a realidade brasileira. E não se pode ignorar que estudar a alimentação no Brasil é também o exercício de incluir em sua compreensão o seu outro: a fome. Por ser um dos elementos centrais da reprodução social (inclusive a reprodução biológica), a alimentação é um meio privilegiado para explicitar as condições de vida existentes em uma sociedade e para problematizar as relações sociais que permitem sua reprodução.

Este atlas inscreve-se entre os trabalhos que buscam contribuir para o entendimento desse tema, debruçando-se sobre as situações alimentares que podem ser identificadas no Brasil contemporâneo. Ele busca fornecer uma síntese, por meio da representação gráfica, cartográfica¹ e textual das situações alimentares encontradas no país, que possa levantar questões e servir de referência para outras pesquisas, ou ainda como material de apoio para a atuação de conselhos de segurança alimentar, movimentos sociais, partidos políticos e outras organizações ou instituições interessadas em enfrentar os problemas relacionados à alimentação.

Com o objetivo de caracterizar e interpretar as situações alimentares, analisamos e selecionamos um conjunto de informações da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF, edições 2002-2003, 2008-2009 e 2017-2018) e da

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, edições 2004, 2009 e 2013), ambas elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Todo esse conteúdo foi agrupado, interpretado e representado em mapas, gráficos e quadros, além de embasar os textos que acompanham tais elementos.

A análise dos dados publicados pelo IBGE quanto à disponibilidade domiciliar de alimentos e à existência da fome ou do risco de fome (insegurança alimentar) nos domicílios explicita que o Brasil do início do século XXI é um país que apresenta grande diversidade e desigualdade de situações alimentares, onde o problema da fome persiste como uma questão central. Se nosso estudo considera a diversidade e a complexidade das situações alimentares existentes no território brasileiro, o sentido da interpretação proposta não é o de estabelecer uma classificação de tais situações, mas demonstrar de que forma elas se relacionam às classes de rendimento, à situação rural ou urbana dos domicílios e à sua localização em determinada unidade da federação ou grande região do país. Quando disponíveis, consideramos também os dados referentes às características das pessoas de referência dos domicílios, a fim de explicitar de que modo as desigualdades raciais e de gênero atravessam as situações alimentares.

¹ Para uma melhor compreensão da elaboração da cartografia temática que compõe esse atlas, consultar o Anexo I - Notas técnicas cartográficas.

Os dados relativos à quantidade e à variedade dos alimentos consumidos podem ser suficientes para caracterizar as situações alimentares; compreendê-las, no entanto, passa necessariamente pela consideração das relações sociais (inclusive as relações com a natureza) que determinam a maneira como os alimentos são produzidos, adquiridos, preparados e consumidos. Nesse sentido, é importante reconhecer que os dados utilizados na elaboração do atlas e as representações nele oferecidas permitem apenas uma aproximação ao conjunto de determinações que produzem as situações alimentares.

Em uma sociedade marcada pela intensa divisão social do trabalho e amplamente monetarizada, os rendimentos obtidos por cada família ou domicílio exercem uma forte influência sobre as situações alimentares. Por isso, a divisão da sociedade em classes de rendimento torna-se uma forma de identificar as condições desiguais de reprodução social a que as famílias estão submetidas. No entanto, considerar a estratificação social por meio de classes de rendimento equivale somente a uma parte do que se exige para compreender as relações econômicas que produzem a miséria e a fome². Além disso, os dados utilizados na elaboração do atlas, que são amostrais, permitem representar a disponibilidade domiciliar

de alimentos e da fome e risco de fome apenas nas escalas nacional, regional e estadual. É notório, no entanto, que dentro de um mesmo estado ou município as diferenças e desigualdades podem ser significativas.

De todo modo, entendemos que o presente atlas contribui para problematizar uma “alimentação dos brasileiros”. Como ficará evidente nas próximas páginas, existe uma complexa gradação entre o que se pode definir como duas situações alimentares extremas identificadas no país. De um lado, está a situação dos domicílios marcados pela fome ou pelo risco de fome (36,7% dos domicílios do país em 2017-2018), nos quais a disponibilidade de alimentos é pequena e pouco variada: o arroz e o feijão tendem a ocupar uma posição de destaque, enquanto a aquisição de frutas, hortaliças e laticínios é bastante reduzida. Nesses domicílios, onde vivem as classes de rendimento inferiores, a despesa com alimentação fora de casa é pequena, e a disponibilidade de alimentos *in natura* é significativamente maior do que a de alimentos ultraprocessados. De outro lado, em proporção inferior, estão os domicílios nos quais a disponibilidade de alimentos é a mais farta e variada, e cujos moradores despendem os mais elevados valores (absolutos e relativos) com alimentação fora do domicílio. Neles, é

2 Para avançar nessa análise, seria preciso considerar como, de maneiras distintas e combinadas, a expropriação e a exploração intrínsecas às relações sociais capitalistas produzem uma superpopulação relativa (um excedente populacional em relação às necessidades do capital), que é contínua ou intermitentemente impedida de obter os recursos necessários para sua manutenção e reprodução.

expressiva a disponibilidade de frutas, hortaliças e laticínios, assim como de refrigerantes e alimentos preparados e industriais. Diferentemente do que o senso comum tende a supor, tais domicílios são os que apresentam a mais alta participação de alimentos ultraprocessados no total de calorias ingeridas.

A análise das situações alimentares realizada não coincide com uma avaliação nutricional nem com a identificação de comportamentos ou hábitos alimentares da população brasileira. Para a realização de uma avaliação nutricional, teria sido necessário considerar também a ingestão, nas diferentes faixas etárias, de energia (calorias), macronutrientes (carboidratos, fibras, gordura total e frações, e proteínas) e micronutrientes (vitaminas e minerais selecionados), algo que foge aos objetivos deste atlas. Quanto aos comportamentos ou hábitos alimentares, é preciso destacar que tais conceitos tratam, sobretudo, das atitudes e costumes relacionados às práticas alimentares, considerando os aspectos subjetivos envolvidos no ato de se alimentar (FREITAS, MINAYO e FONTES, 2011). Isso não impede, contudo, que a análise das situações alimentares aqui empreendida forneça dados importantes para o estudo do estado nutricional e dos hábitos alimentares no Brasil.

Cabe destacar ainda que as situações

alimentares são dinâmicas, ou seja, estão sujeitas a avanços e retrocessos, podendo se tornar mais ou menos próximas ao que se define socialmente como uma alimentação adequada. Isso não significa, porém, que alguns de seus aspectos não possam estar sujeitos à conservação, mesmo quando se observem transformações em tais situações. Por esse motivo, em que pese o foco conferido aos dados mais recentes, optamos por considerar também pesquisas anteriores que pudessem nos ajudar a identificar tendências. Dessa forma, foi possível constatar, entre 2002 e 2018, algumas tendências de destaque, tais como: a ligeira queda na participação das despesas com alimentação (de 16,9% para 14,2% do total das despesas de consumo); o aumento da participação das despesas com alimentação fora do domicílio (24,1% para 32,8% do total de despesas com alimentação); a redução da aquisição alimentar domiciliar de 13 dos 17 alimentos ou grupo de alimentos analisados; e o aumento da participação dos alimentos ultraprocessados na disponibilidade domiciliar de alimentos (de 12,6% para 18,4% do total de calorias).

A análise dos dados sobre a fome e o risco de fome se destaca por revelar a inversão de uma tendência de redução dessas suas situações: enquanto no período entre 2004 e 2013 a fome e o risco de fome apresentaram uma tendência

de queda, entre 2013 e 2017-2018 a tendência que se observa é de um aumento expressivo dessas duas situações. Se é uma coincidência que o IBGE tenha realizado um levantamento sobre a fome e o risco de fome justamente no ano que marca uma inflexão no contexto político e econômico nacional, não é por acaso que desde então esses dois fenômenos tenham crescido significativamente no país.

É impossível negar que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), em especial os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), produziram resultados expressivos, apesar dos dados também indicarem que ainda havia muito a ser feito para acabar com a fome e o risco de fome no país. Todavia, sobretudo após o golpe parlamentar de 2016, ganhou força no país um projeto conservador e ultraliberal que, entre outras coisas, promoveu uma retração dos direitos trabalhista e previdenciário e estipulou um teto para o gasto público (Emenda Constitucional nº 95 de 2016). Ao mesmo tempo, observou-se o aumento do desemprego, do subemprego e da informalidade, assim como da pobreza, fatores diretamente associados ao crescimento da fome e do risco de fome verificado entre 2013 e 2017-2018.

Este atlas está organizado em duas partes. A primeira delas apresenta uma análise da

disponibilidade domiciliar de alimentos, examinando, em três diferentes capítulos, três indicadores relacionados a essa disponibilidade: as despesas familiares com alimentação; a aquisição domiciliar de alimentos, segundo os diferentes itens alimentares pesquisados pela POF; e a avaliação da disponibilidade domiciliar de alimentos com base na classificação NOVA. Já a segunda parte debruça-se sobre a análise das situações de fome e de risco de fome, primeiro fazendo algumas considerações teórico-metodológicas a respeito da mensuração desses dois fenômenos, para em seguida analisar os dados oferecidos pelas pesquisas do IBGE acerca de sua dinâmica no Brasil contemporâneo.

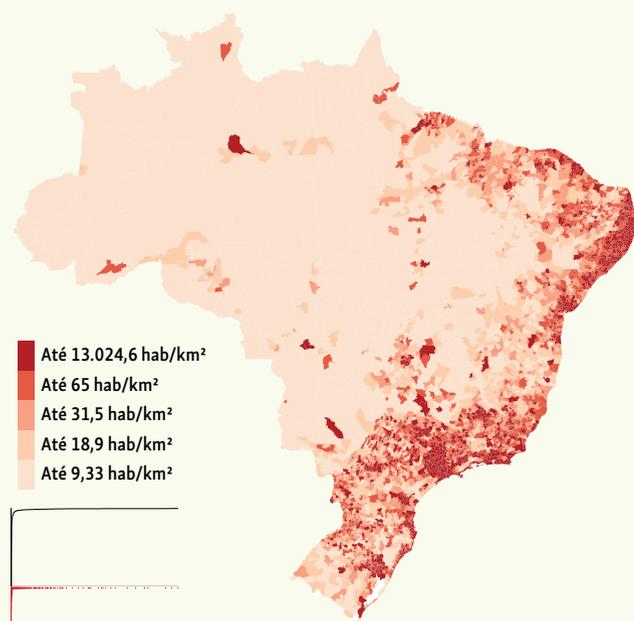
Antes de passarmos à interpretação das situações alimentares no Brasil, é importante apresentar algumas características da distribuição da população do país pelo território nacional, uma vez que elas interferem diretamente na representação dos dados sobre a disponibilidade domiciliar de alimentos e sobre a fome e o risco de fome.

Um primeiro dado muito importante a se considerar é a distribuição bastante desigual da população pelo território brasileiro, seja do ponto de vista das diferentes densidades demográficas (M1) verificadas nas unidades da federação, seja do ponto de vista de sua distribuição entre as áreas rurais e urbanas (M2).

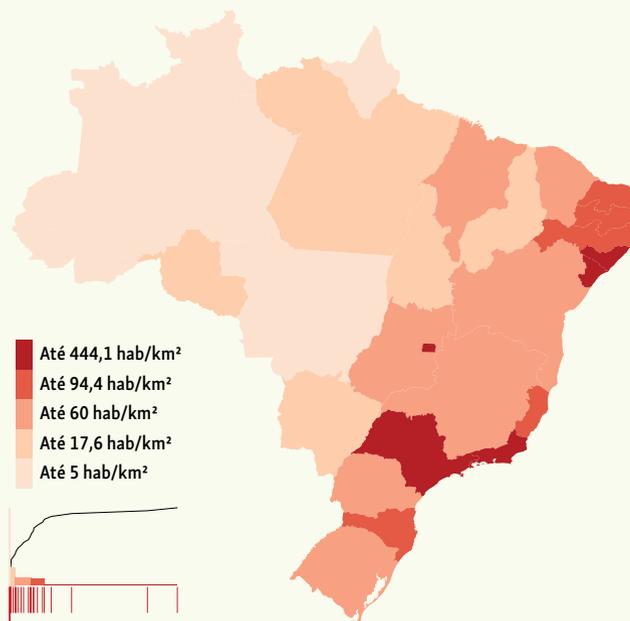
M1 Densidade demográfica (hab/km²) (2010)

Fonte: IBGE, 2011.

(a) Municípios



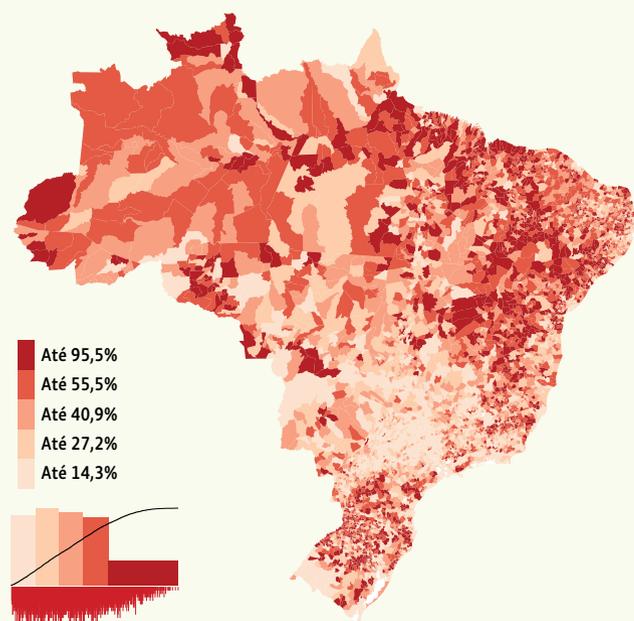
(b) Unidades da federação



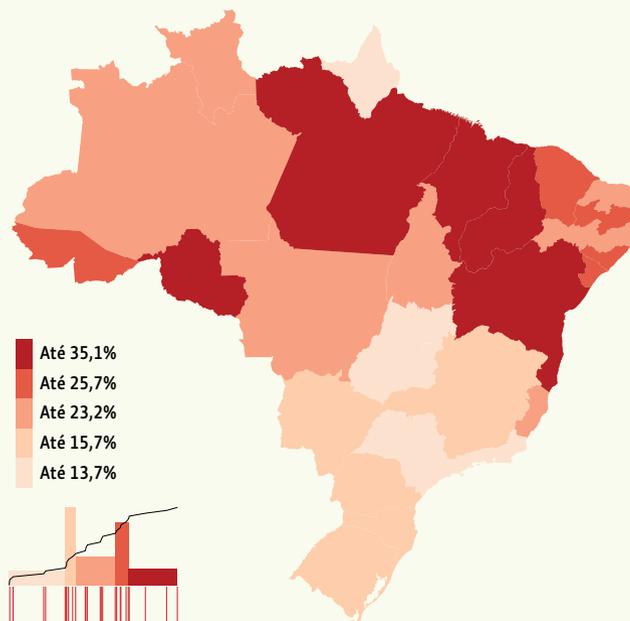
M2 Proporção de domicílios particulares permanentes em áreas rurais (2010)

Fonte: IBGE, 2011.

(a) Municípios



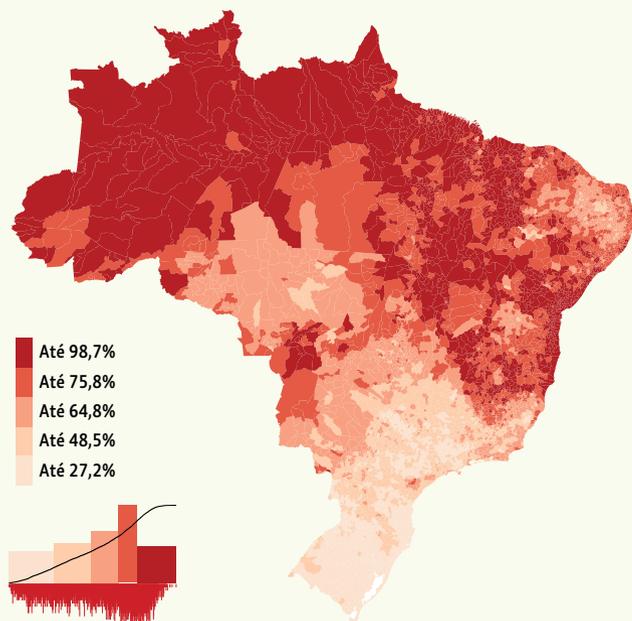
(b) Unidades da federação



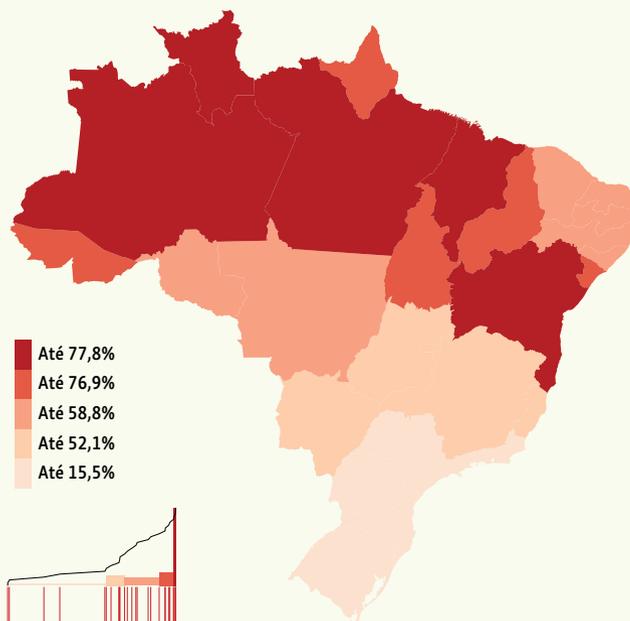
M3 Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade autodeclaradas como preta, parda ou indígena (2010)

Fonte: IBGE, 2011.

(a) Municípios



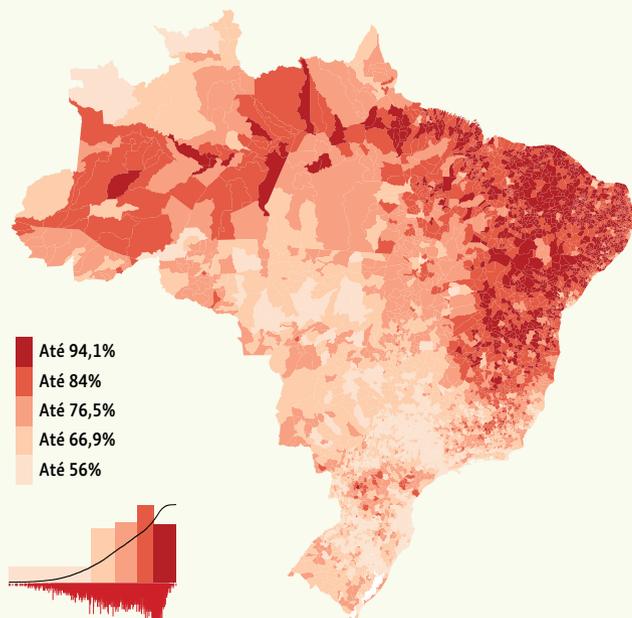
(b) Unidades da federação



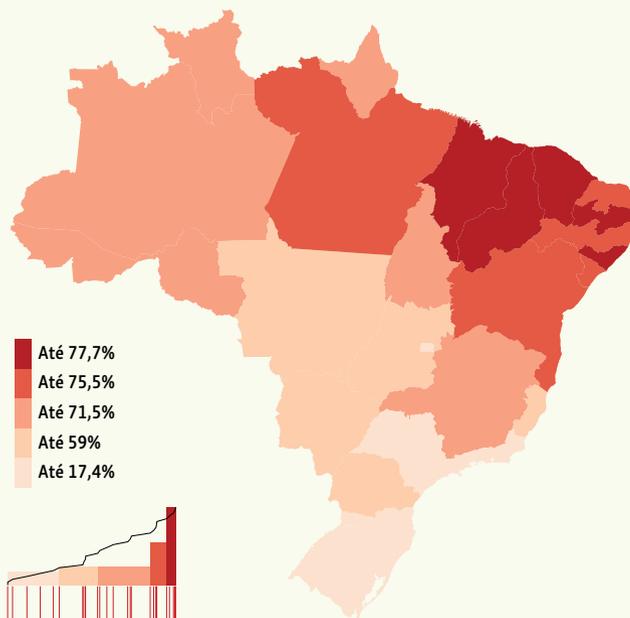
M4 Proporção de domicílios com renda mensal per capita de até 2 salários-mínimos (2010)

Fonte: IBGE, 2011.

(a) Municípios



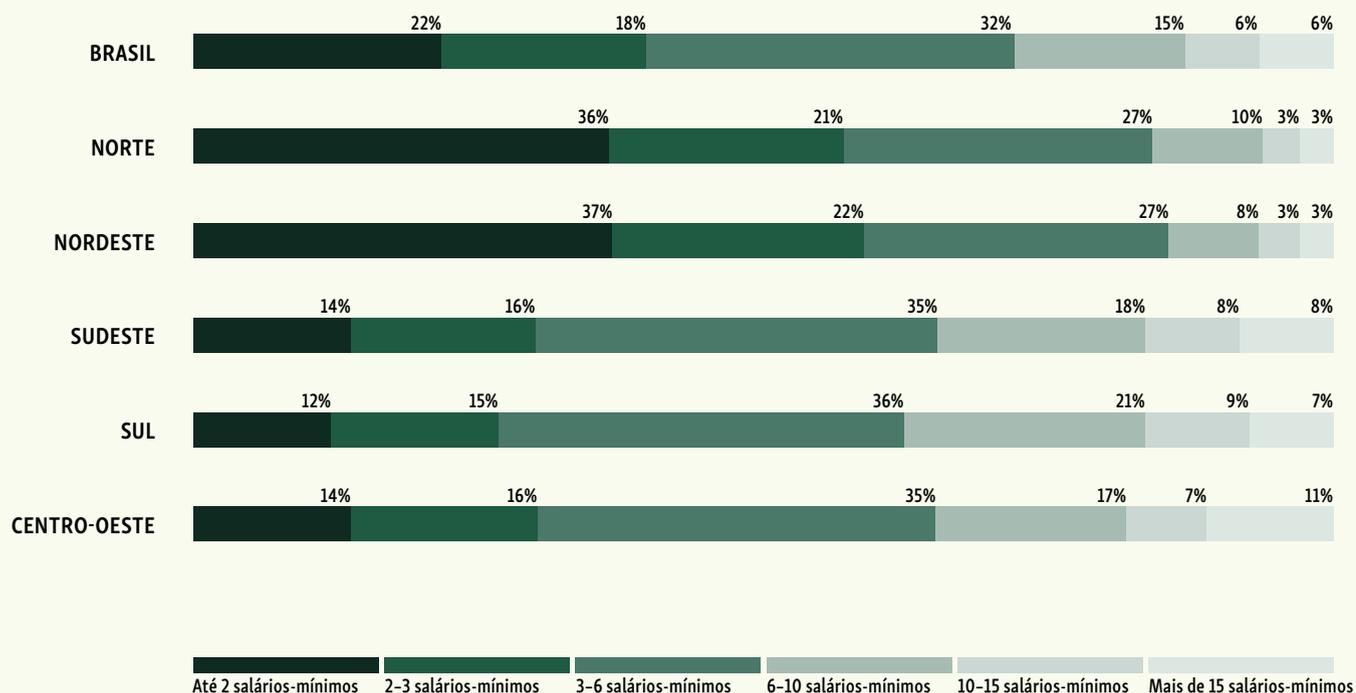
(b) Unidades da federação



G1 População segundo as classes de rendimento mensal familiar, por região (2017-2018)

Fonte: IBGE, 2020a, p. 23.

(a) Valores relativos



3 Esses mapas visam também exemplificar como a disponibilidade de dados, em maior ou menor detalhamento da escala analítica (nesse caso municípios e unidades da federação), impacta os resultados obtidos. Todos os mapas (M1, M2 e M3) tiveram como método de discretização dos dados o quintil.

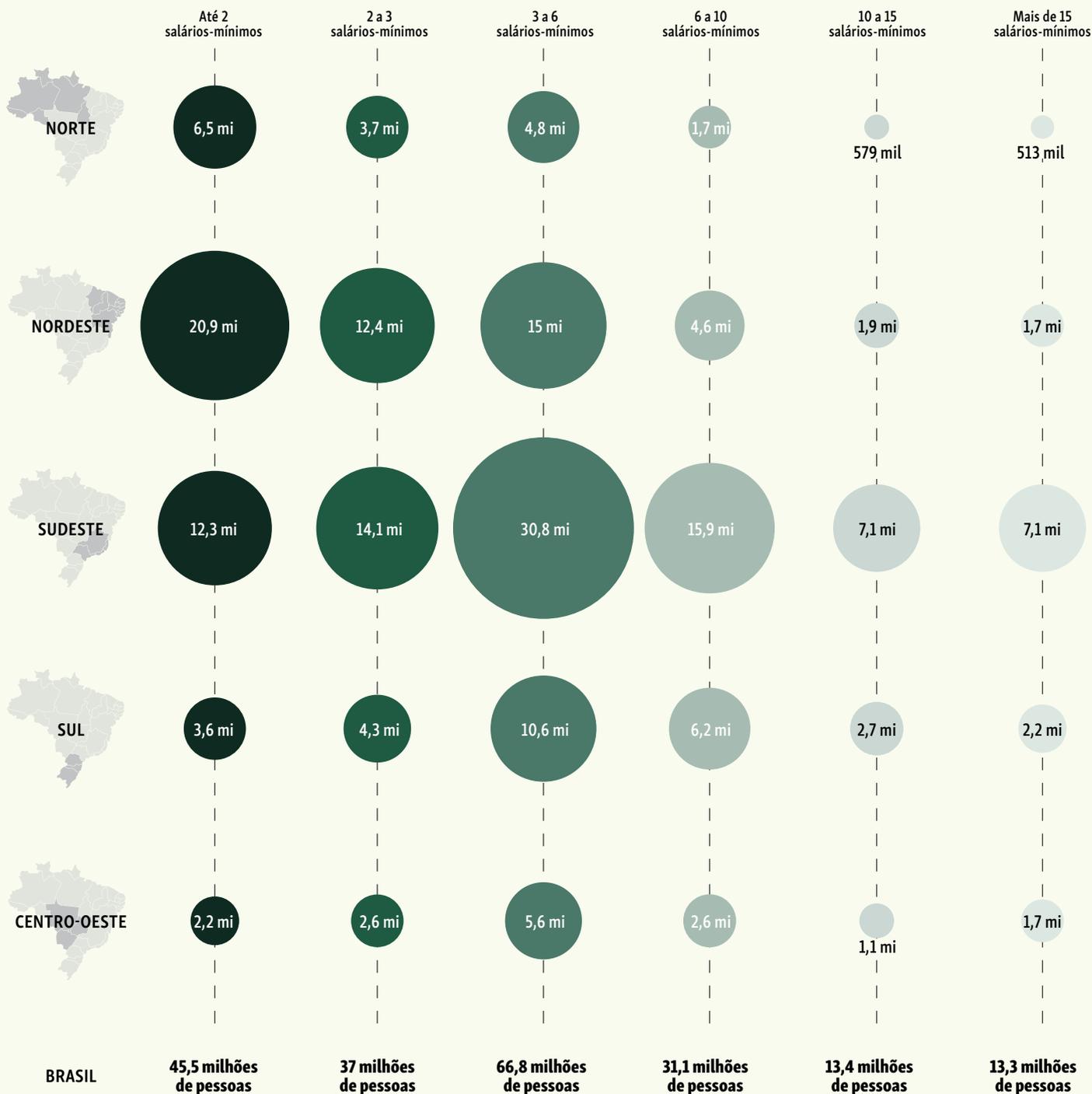
4 Sobre o salário-mínimo, o IBGE (2019, p. 22) considerou "o valor de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), vigente em 15 de janeiro de 2018, data de referência da pesquisa".

Outro aspecto que pode impactar de maneira importante a análise dos dados relativos às situações alimentares no Brasil é a distribuição desigual pelo território da população preta, parda e indígena (M3)³.

Por fim, é importante destacar que a proporção de domicílios em cada faixa de rendimento também é bastante desigual no território (M4) (G1). Os dados da POF revelam que nas regiões Norte e Nordeste a proporção de domicílios com renda de até 2 e entre 2 e 3 salários-mínimos é muito maior do que a proporção desses domicílios nas demais regiões do país⁴.

Um país extenso, diverso e desigual como o Brasil não poderia apresentar apenas uma situação alimentar. Nas próximas páginas, ficará evidente como os dados apresentados nesta introdução são importantes para a compreensão das situações alimentares brasileiras.

(b) Valores absolutos



PARTE I

**A disponibilidade
domiciliar
de alimentos**

As despesas com alimentação

Um dos objetivos da POF é traçar um perfil das condições de vida da população brasileira, por meio da análise de seus orçamentos domésticos. Para isso, são mensuradas todas as despesas e rendimentos domiciliares, assim como a variação patrimonial dos domicílios. É importante destacar que o IBGE (2019, p. 15) estende a noção de despesa tanto às compras realizadas em dinheiro, cheque ou cartão (despesa monetária), quanto à obtenção de tudo aquilo que é adquirido por meio de produção própria, pesca, caça, coleta e doação (despesa não monetária)⁵. Os dados sobre essas duas modalidades de despesa apontam para uma ampla monetarização da sociedade brasileira: em 2017-2018, as trocas monetárias correspondiam a 81,9% da despesa total dos domicílios e, mesmo representando uma maior proporção das despesas nos domicílios em áreas urbanas (82,3%), também prevaleciam naqueles situados em áreas rurais (77,5%) (IBGE, 2019, p. 40).

O IBGE classifica as despesas de um domicílio em quatro categorias: despesas de consumo (compostas pelos gastos com alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura); despesas correntes (contribuições trabalhistas, serviços bancários, impostos, pensões etc.); aumento do

ativo (aquisição de imóveis próprios e outros investimentos); e diminuição do passivo (financiamento de imóveis, pagamento de débitos, juros e seguros com empréstimos).

Entre 2002 e 2018, período coberto pelos dados analisados ao longo deste atlas, não houve alteração significativa na estrutura média das despesas dos domicílios: decresceram as participações das despesas de consumo (de 82,4% para 81,0%) e do aumento do ativo (de 4,8% para 4,1%), enquanto aumentaram as participações do outras despesas correntes (de 10,9% para 11,7%) e da diminuição do passivo (de 2,0% para 3,2%) (IBGE, 2019, p. 42). Considerando-se as três principais despesas de consumo, houve queda na participação da alimentação (de 16,9% para 14,2%) e do transporte (de 15,1% para 14,6%), enquanto a participação das despesas com habitação aumentou (de 29,0% para 29,6%) (IBGE, 2007, p. 77; IBGE, 2019, p. 46). Desse modo, conclui-se que, neste início de século, os brasileiros mantiveram padrões mais ou menos regulares de despesa domiciliar, dedicando suas porções mais significativas aos itens vinculados à reprodução cotidiana.

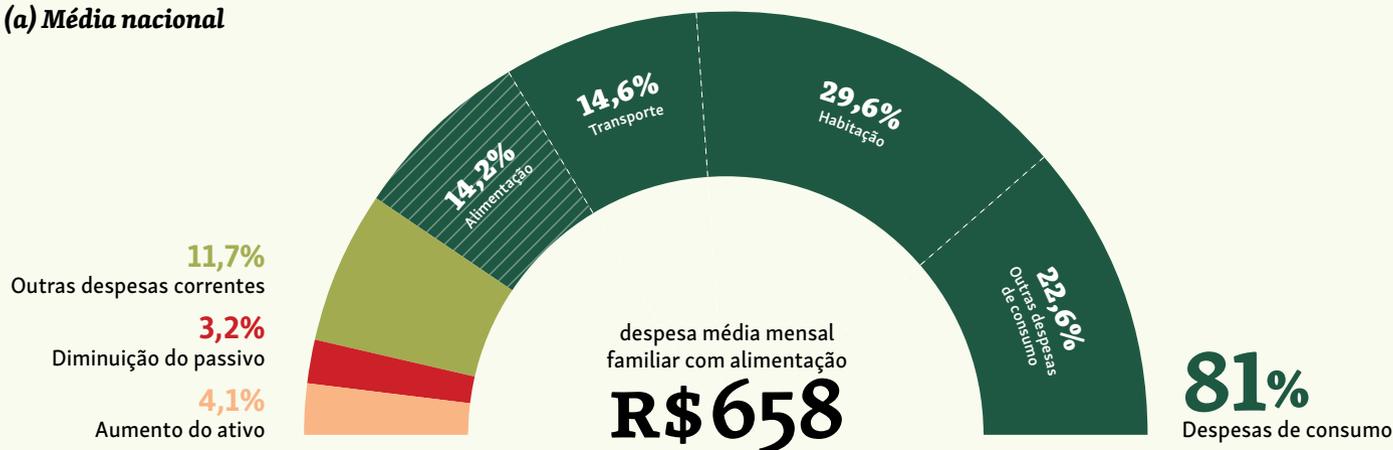
O Brasil é um país marcado por desigualdades, que se expressam de nos rendimentos e despesas dos domicílios. De maneira geral, domicílios com menor rendimento apresentam despesas menores com alimentação, mas

⁵ Em termos contábeis, as despesas não monetárias equivalem aos rendimentos não monetários. “As valorações das despesas não monetárias foram realizadas pelos próprios informantes, considerando os preços vigentes no mercado local.” (IBGE, 2019, p. 15)

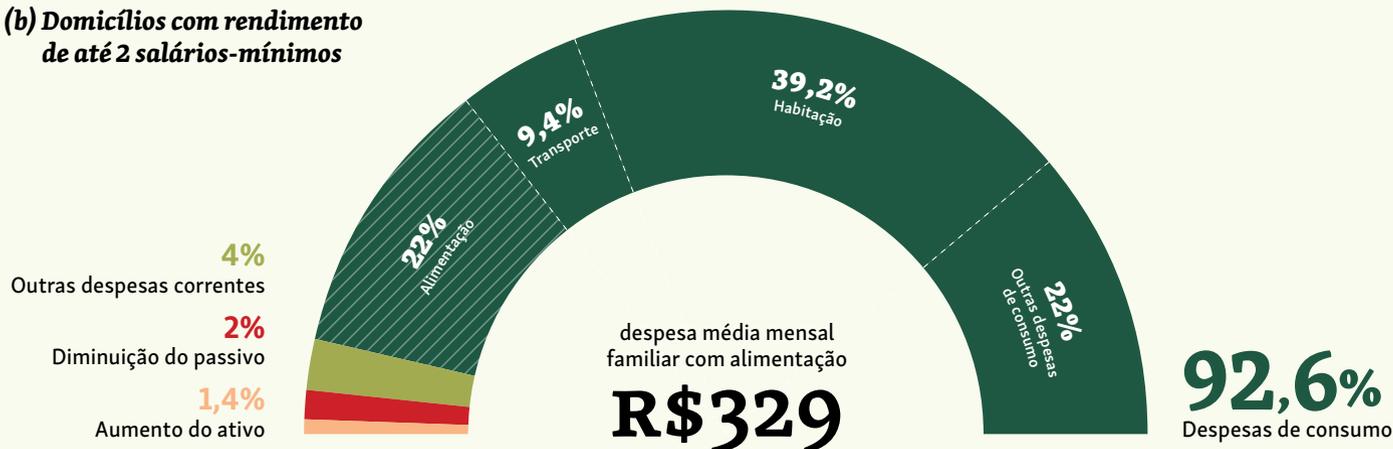
G2 Distribuição da despesa média mensal familiar, por tipo de despesa (2017-2018)

Fonte: IBGE, 2019, p. 42 e 46.

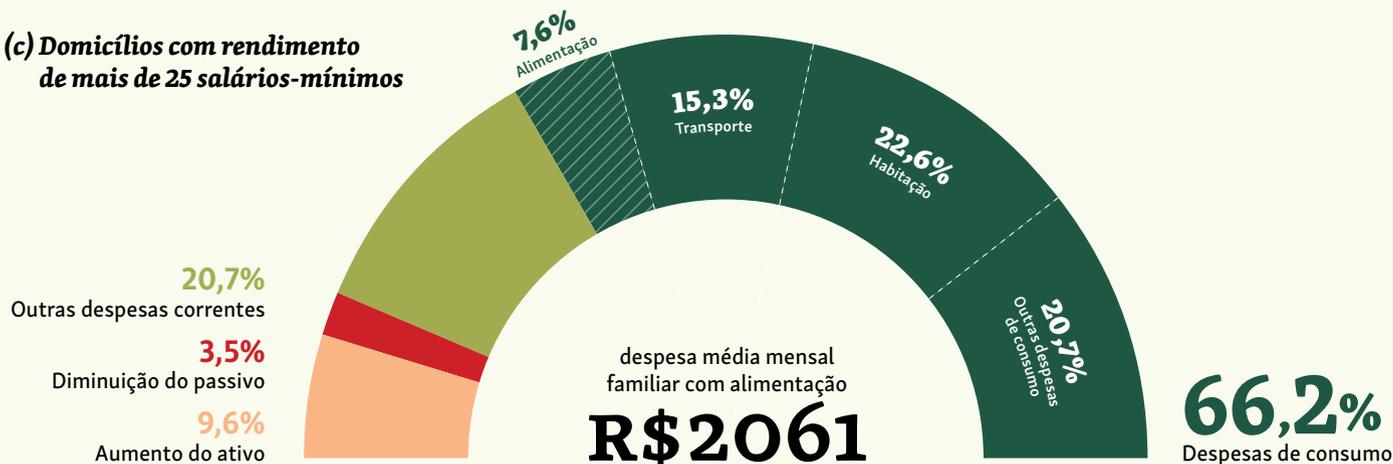
(a) Média nacional



(b) Domicílios com rendimento de até 2 salários-mínimos



(c) Domicílios com rendimento de mais de 25 salários-mínimos



comprometem uma parte maior do orçamento doméstico para adquirir os alimentos (G2). Em 2017-2018, nos domicílios com rendimento de até 2 salários-mínimos, a despesa média mensal com alimentação era de R\$ 329, o que representava 22% da despesa total; já naqueles com renda superior a 25 salários-mínimos, esse valor era de R\$ 2.061, mas representava apenas 7,6% da despesa total (IBGE, 2019, p. 45 e 50).

Isso significa que, tomando as classes extremas de rendimento estabelecidas pelo IBGE, a despesa com alimentação dos domicílios mais ricos era 6,3 vezes maior do que a dos domicílios mais pobres nesse período. Ao mesmo tempo, os domicílios mais pobres comprometiam uma parte aproximadamente 3 vezes maior do seu orçamento com os alimentos. Em suma, mesmo tendo despesas menores com a aquisição de alimentos, quanto mais pobre o domicílio, maior é o comprometimento de seu orçamento com a alimentação.

Quando considerados simultaneamente, esses dois dados apontam para uma intensa desigualdade nas condições materiais sobre as quais assentam as diferentes situações alimentares identificadas no Brasil. Como veremos adiante, a quantidade de recursos monetários e não monetários disponível em cada domicílio está diretamente relacionada à quantidade, à variedade e à qualidade dos alimentos

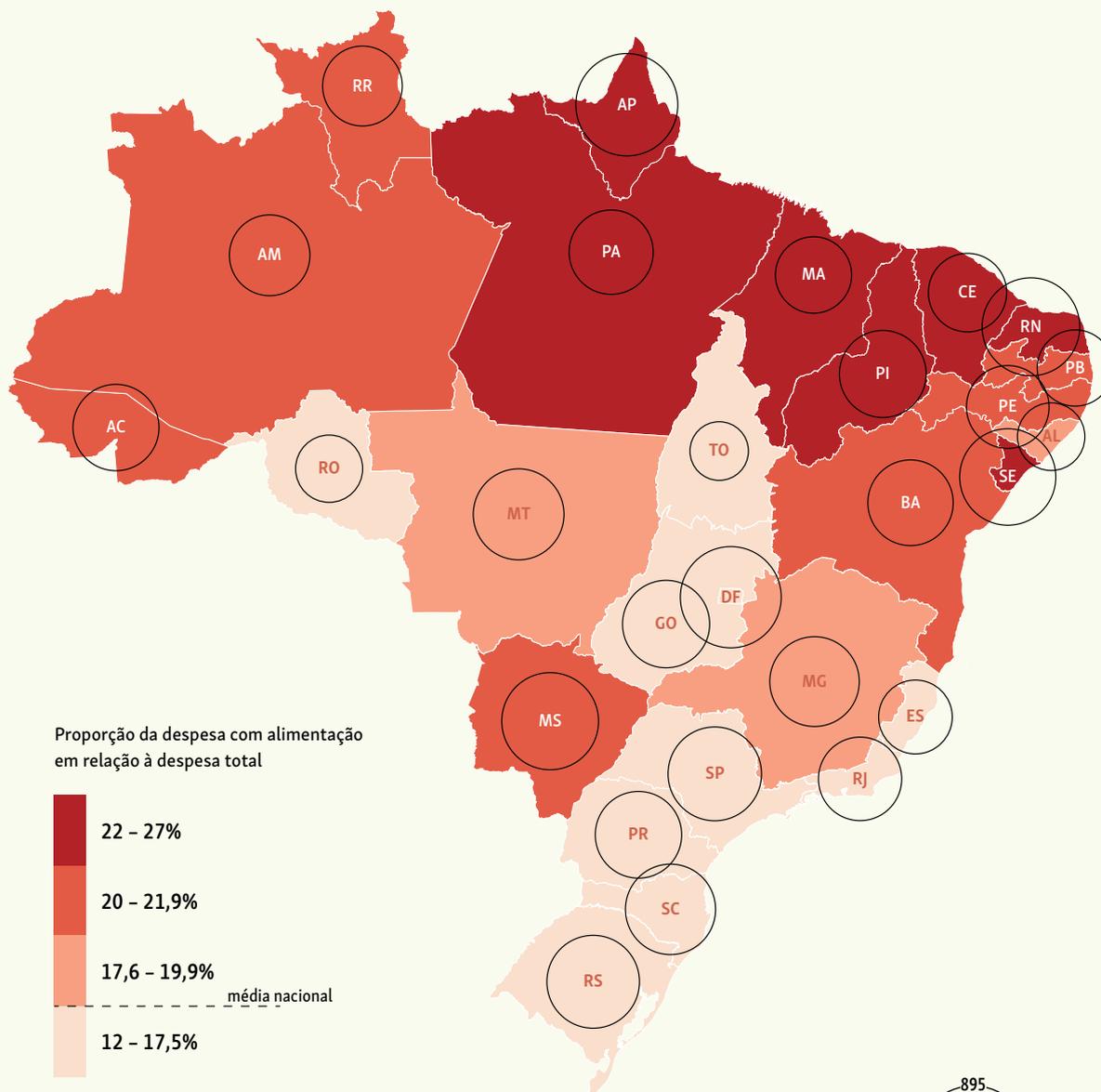
adquiridos. Ao mesmo tempo, a maior ou menor participação da despesa com alimentação no orçamento doméstico é um indicativo da margem que esses domicílios possuem ou não para melhorar sua situação alimentar.

Essa desigualdade nas condições materiais subjacentes às situações alimentares pode ser verificada tanto nas áreas rurais como nas áreas urbanas (G3). Em ambas, a despesa dos domicílios mais pobres é menos elevada, porém mais significativa no conjunto de seu orçamento. Há, no entanto, algumas diferenças que merecem destaque.

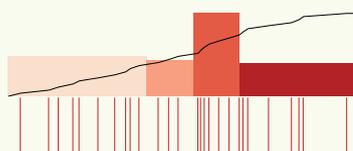
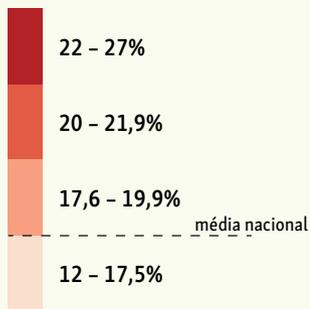
A comparação entre domicílios rurais e urbanos que integram a mesma classe de rendimento indica que, nas três classes de rendimento mais baixas (até 2, de 2 a 3, e de 3 a 6 salários-mínimos), a despesa com alimentação é ligeiramente superior nas áreas rurais, enquanto nas três classes de rendimento mais altas (de 10 a 15, de 15 a 25 e acima de 25 salários-mínimos) a despesa com alimentação é significativamente mais elevada nas áreas urbanas. No que diz respeito à participação das despesas com alimentação no orçamento doméstico, os domicílios mais pobres localizados em áreas rurais (até 2 e de 2 a 3 salários-mínimos) comprometem uma parte bem maior de seu orçamento quando comparados aos domicílios da mesma classe

M5 Despesa média mensal familiar com alimentação (2017-2018)

Fonte: IBGE, [s.d.c].



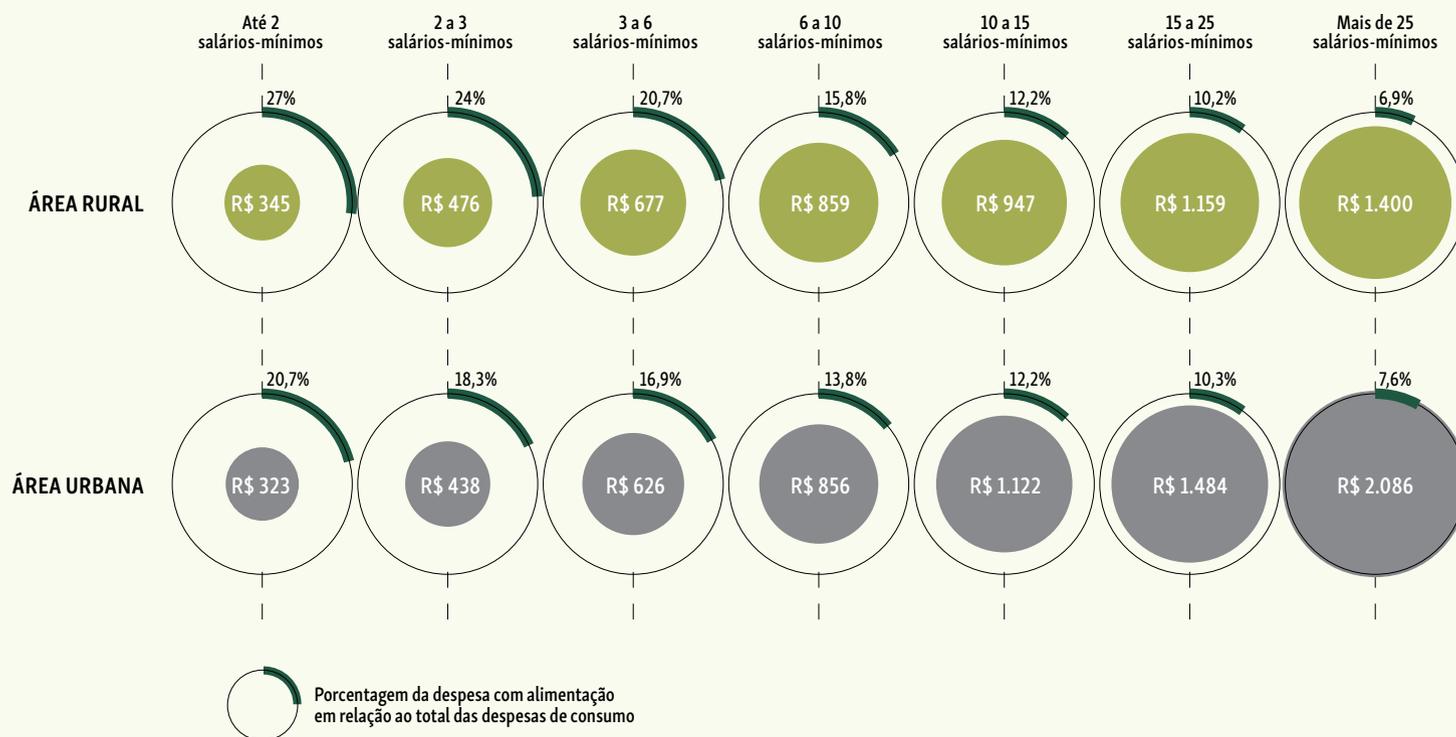
Proporção da despesa com alimentação em relação à despesa total



Amapá	R\$ 895	25%
Distrito Federal	R\$ 876	13%
Rio Grande do Norte	R\$ 820	25%
Mato Grosso do Sul	R\$ 806	20%
Sergipe	R\$ 795	24%
São Paulo	R\$ 752	15%
Rio Grande do Sul	R\$ 737	18%
Mato Grosso	R\$ 708	18%
Santa Catarina	R\$ 699	17%
Minas Gerais	R\$ 689	19%
Goiás	R\$ 653	17%
Piauí	R\$ 647	27%
Paraná	R\$ 642	17%
Acre	R\$ 637	22%
Bahia	R\$ 627	22%
Pará	R\$ 608	23%
Rio de Janeiro	R\$ 596	16%
Pernambuco	R\$ 587	20%
Amazonas	R\$ 558	21%
Roraima	R\$ 546	20%
Ceará	R\$ 527	22%
Maranhão	R\$ 499	22%
Paraíba	R\$ 496	21%
Espírito Santo	R\$ 466	14%
Alagoas	R\$ 391	19%
Rondonia	R\$ 387	15%
Tocantins	R\$ 294	14%

G3 Despesa mensal familiar com alimentação, por classe de rendimento e situação do domicílio (2017-2018)

Fonte: IBGE, [s.d.c].



de rendimento situados em áreas urbanas (G3).

Quando analisadas as desigualdades internamente ao grupo dos domicílios em área rural ou ao grupo em área urbana, conclui-se que, em termos absolutos, a desigualdade entre as despesas das classes extremas de rendimento é maior nas áreas urbanas (R\$ 323 x R\$ 2.086), enquanto a desigualdade na participação dessas despesas em relação às despesas totais é maior nas áreas rurais (27,0% x 6,9%).

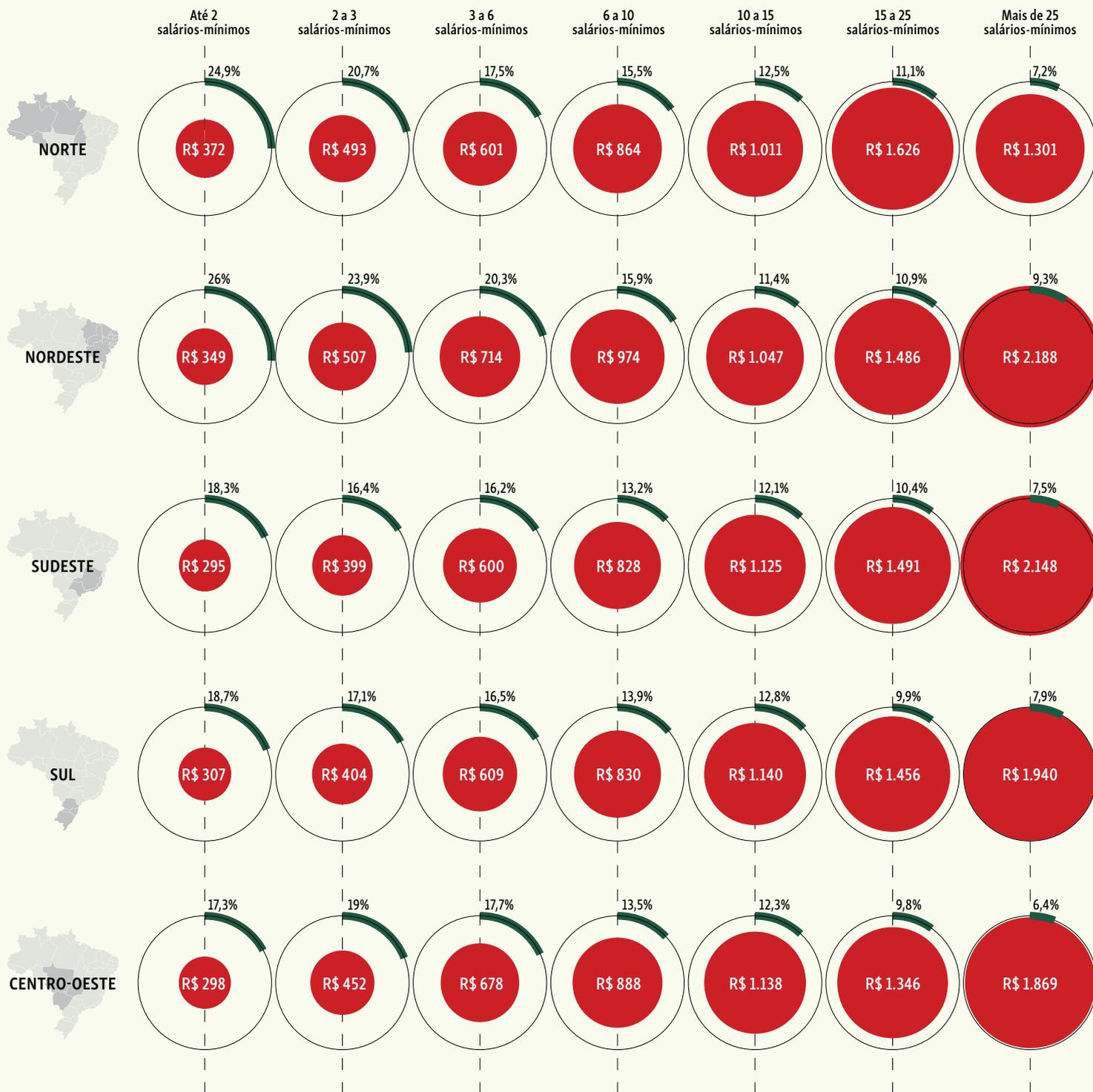
Nos estados das regiões Norte e Nordeste, onde mais da metade dos domicílios tem rendimento mensal de até 3 salários-mínimos, a participação média das despesas com alimentação no total das despesas de consumo tende

a ser maior do que no restante do país. Já entre os estados das regiões Sudeste e Sul, com exceção de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, a participação das despesas com alimentação ficou abaixo da média nacional (17,5%). Em outras palavras, por terem uma proporção maior de domicílios nas classes de rendimento mais baixas, os estados das regiões Norte e Nordeste são também aqueles onde as despesas com alimentação comprometem uma parcela maior do orçamento dos domicílios (M5).

Ao longo do território nacional, existe um padrão na desigualdade das despesas com alimentação por classe de rendimentos (G4). Nas cinco grandes regiões do país, os domicílios

G4 Despesa mensal familiar com alimentação, por classe de rendimento e região (2017-2018)

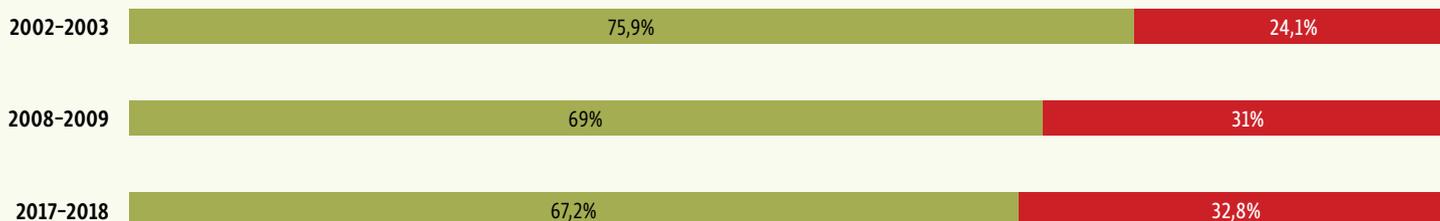
Fonte: IBGE, [s.d.c].



 Porcentagem da despesa com alimentação em relação ao total das despesas de consumo

G5 Proporção das despesas com alimentação dentro e fora do domicílio (2002-2018)

Fonte: IBGE, 2020a, p. 27.



Despesas com aquisições para consumo no domicílio

Despesas com alimentação fora do domicílio

6 No caso da região Norte, foi considerado o dado referente à segunda maior classe de rendimento (de 15 a 25 salários-mínimos), que apresenta a maior despesa com alimentação. Essa desigualdade é de 437% na região Norte, 626% na região Nordeste, 728% na região Sudeste, 632% na região Sul e 627% na região Centro-Oeste.

mais ricos gastam com alimentação entre 437% e 728% mais do que os domicílios mais pobres⁶. No entanto, quando comparados os domicílios da mesma classe de rendimento nas regiões com a maior e a menor despesa, essa diferença é bem menor: entre os domicílios com renda de até 2 salários-mínimos, a maior despesa com alimentação ocorre na região Norte (R\$ 372) e a menor na região Sudeste (R\$ 295), uma diferença de 26%. Isso indica que, em todas as regiões do Brasil, há uma enorme desigualdade nos valores gastos com a aquisição de alimentos entre as classes de maior e menor rendimento, e que entre classes de rendimento semelhantes há certa homogeneidade no valor total empregado nessas aquisições.

No que se refere à participação das despesas

com alimentação na despesa total do domicílio, em todas as regiões do país elas tendem a decrescer conforme aumenta a classe de rendimento. Merece destaque o fato de que, nos domicílios com renda de até 2 e entre 2 e 3 salários-mínimos, ela é significativamente maior nas regiões Norte e Nordeste, enquanto nas demais classes de rendimento essa participação é parecida em todo o país.

Assim como ocorre quando tomamos a escala nacional, é preciso considerar que também as médias regionais e estaduais podem ocultar a desigualdade que caracteriza as despesas com alimentação. Ao mesmo tempo, a realidade verificada nos estados mais populosos exerce um peso maior na determinação da média nacional. Assim, as maiores desigualdades estão associadas ao rendimento dos

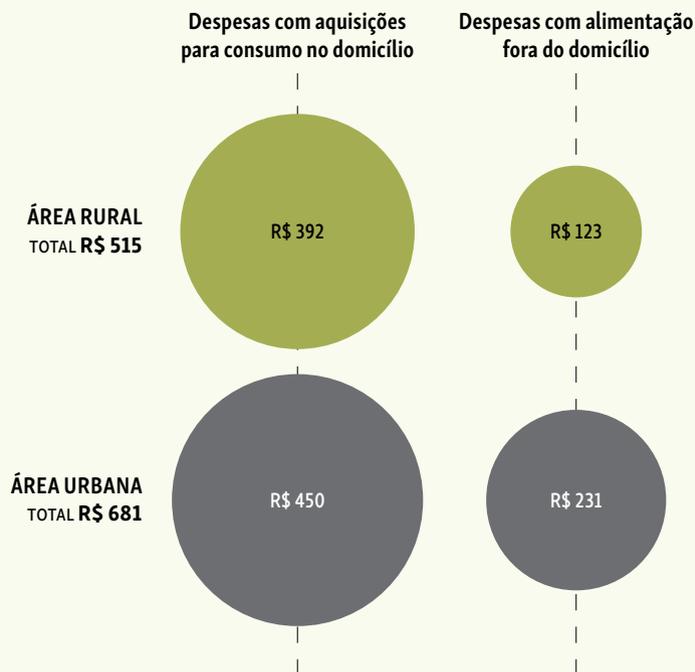
domicílios, o que faz a situação alimentar de cada estado ou grande região ser fortemente influenciada pela quantidade de domicílios existentes em cada classe de rendimento.

Outro conjunto de dados importante para a compreensão das situações alimentares é aquele que trata das despesas com alimentação fora do domicílio (G5). Entre 2002 e 2018, em nível nacional, essas despesas passaram de 24,1% para 32,8% do total da despesa com alimentação (IBGE, 2020a, p. 27).

A despesa com alimentação fora do domicílio é maior nas áreas urbanas (R\$ 231) do que nas áreas rurais (R\$ 123). A participação dessa despesa no total das despesas com alimentação do domicílio também é superior naqueles situados em áreas urbanas (33,9%) do que naqueles situados em áreas rurais

G6 Despesa média mensal com alimentação dentro e fora do domicílio, nas áreas rural e urbana (2017-2018)

Fonte: IBGE, [s.d.c].



(24,0%). Conclui-se que a alimentação fora de casa é mais comum e significativa para a população que reside nas cidades do que fora delas (G6).

Outra diferenciação importante entre as áreas urbana e rural diz respeito ao montante total utilizado na aquisição alimentar: este é 32,2% mais elevado nos domicílios situados em área urbana (R\$ 681) do que naqueles situados em área rural (R\$ 515).

Em todas as grandes regiões do Brasil, observa-se que a despesa com alimentação fora do domicílio é maior, seja em termos absolutos, seja em termos relativos, conforme aumenta a classe de rendimento (G7)⁷. Esse dado deve ser considerado na interpretação dos dados acerca da disponibilidade domiciliar de alimentos, de que trataremos no próximo capítulo, pois como esta é composta

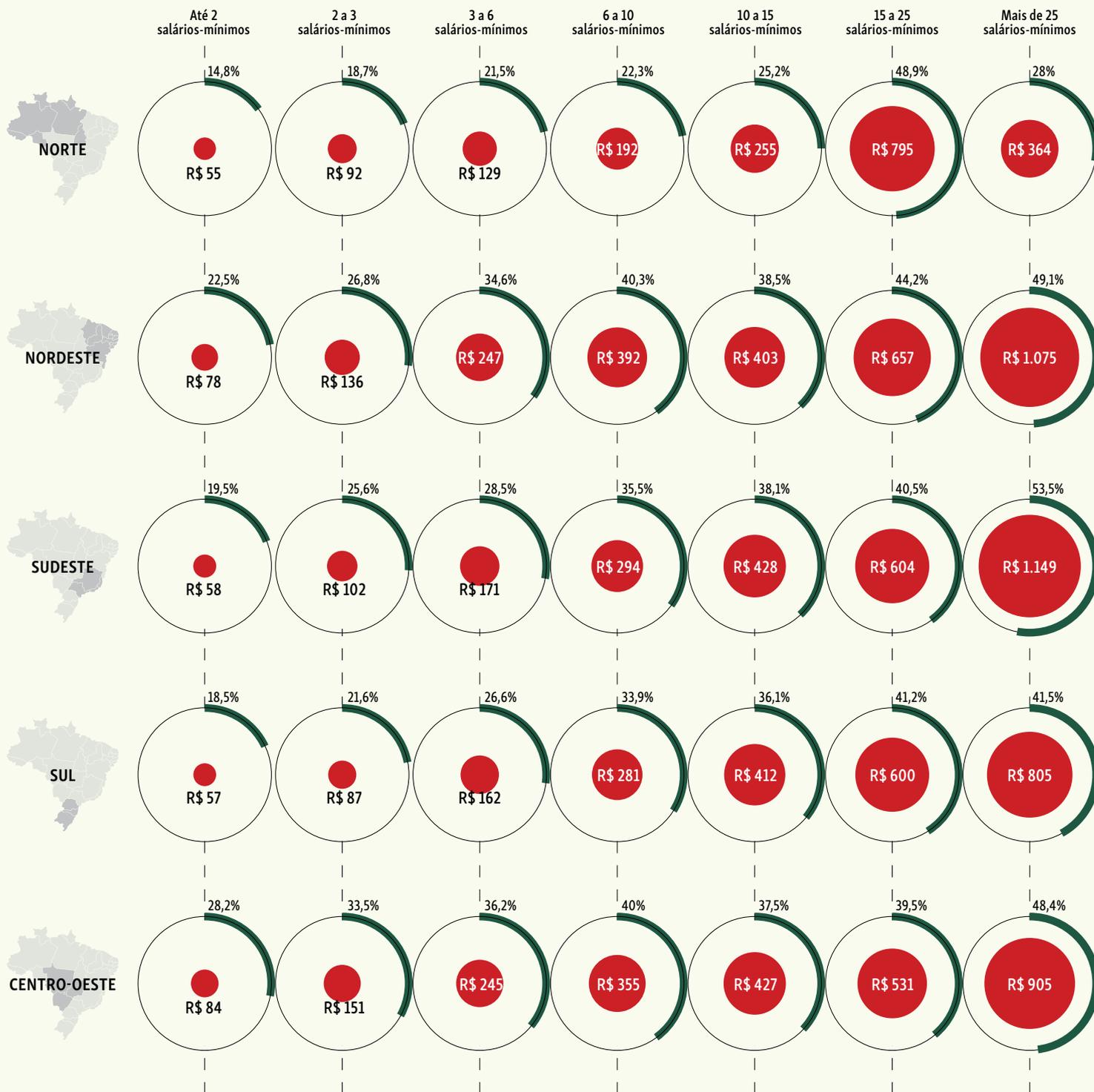
apenas pelas despesas com alimentação no domicílio, as desigualdades tornam-se ainda maiores quando consideramos que o complemento proporcionado pela alimentação fora do domicílio é menor nos domicílios que adquirem quantitativamente menos alimentos. Ou seja, além de adquirirem menos alimentos para o consumo nos domicílios, as famílias mais pobres não contam com o mesmo complemento oferecido pela alimentação fora de casa.

Esses dados também revelam que os integrantes dos domicílios mais pobres têm menor possibilidade de consumir alimentos sem a necessidade de realização de trabalho doméstico, afinal as despesas com alimentação fora do domicílio podem representar uma redução do trabalho necessário para adquirir, armazenar e preparar os alimentos.

⁷ Para isso estamos desconsiderando o dado relativo aos domicílios com rendimento acima de 25 salários-mínimos da região Norte que apresenta valores inconsistentes com o que se observa no restante do país.

G7 Despesa mensal familiar com alimentação fora do domicílio, por classe de rendimento e região (2017-2018)

Fonte: IBGE, [s.d.c].



 Porcentagem da despesa com alimentação fora do domicílio em relação ao total das despesas com alimentação

A aquisição domiciliar de alimentos

8 “No que se refere à importância relativa do consumo no domicílio, estima-se que, na POF 2017-2018, ele represente pelo menos 70% do total de calorias consumidas. Essa estimativa leva em conta que 67,2% do total de gastos com alimentação decorrem de alimentos adquiridos para consumo no domicílio e admitindo-se que o custo por calorias desses alimentos seja inferior ao custo da alimentação feita fora de casa.” (IBGE, 2020a, p. 36)

Mesmo com o crescimento observado nas despesas com alimentação fora do domicílio, o consumo domiciliar segue sendo responsável por aproximadamente 70% dos alimentos consumidos no Brasil⁸. Assim, apesar de não revelarem o consumo alimentar individual, pois não consideram nem as refeições realizadas fora do domicílio, nem as diferenças que marcam o consumo de alimentos dentro dele, os dados acerca da aquisição domiciliar de alimentos são uma referência importante para a caracterização das situações alimentares existentes no Brasil.

Para produzir os dados sobre aquisição de alimentos, a POF utiliza a Caderneta de Aquisição Coletiva, um formulário referente a cada domicílio, que é preenchido “pela pessoa que administra ou dirige estes tipos de despesas no orçamento doméstico”, chamada de “pessoa de referência”. Nela são registradas diariamente “todas as aquisições efetuadas no período de referência de sete dias, incluindo as aquisições realizadas pelos demais moradores da unidade de consumo relacionadas com alimentos e bebidas”. Para cada produto adquirido, são anotadas as seguintes informações: “descrição detalhada do produto com suas respectivas quantidades adquirida e unidade de medida; forma de aquisição; despesa em reais com o produto adquirido; e o tipo de

local de compra onde ocorreu a aquisição do produto” (IBGE, 2020a, p. 19). De posse dessas informações, os pesquisadores padronizam (em quilogramas) e anualizam as quantidades e volumes de todos os produtos adquiridos, gerando assim os dados relativos à aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual de 329 produtos, divididos em 45 subgrupos e 17 grupos de alimentos (anexo II). Desse modo, é possível saber quantos quilos de cada produto alimentar foram adquiridos em um ano pelos domicílios pesquisados.

A análise da disponibilidade domiciliar alimentar apresentada aqui considera, direta ou indiretamente, 269 dos 329 produtos alimentares (82%). Apesar de utilizar a classificação do IBGE como referência, os dados foram reorganizados para destacar o papel de determinados alimentos e permitir uma melhor comparação, dadas as diferenças de peso entre eles.

Assim, foram considerados integralmente e sem distinção interna os grupos: frutas (frutas de clima tropical e de clima temperado); panificados (pães, bolos, biscoitos, roscas etc.); pescados (pescados de água salgada, doce e não identificado); laticínios (leite e creme de leite, queijos e requeijão e outros laticínios); açúcares, doces e produtos de confeitaria; e alimentos preparados e misturas industriais.

Três outros grupos foram considerados

integralmente, mas seus dados são apresentados em agrupamentos distintos. É o caso do grupo "hortaliças", que foi subdividido em "hortaliças folhosas e florais" e "hortaliças frutuosas, tuberosas e outras"; do grupo "farinhas, féculas e massas", que foi desdobrado em um agrupamento que integra as duas primeiras e outro que considera a última isoladamente; e do grupo "aves e ovos", que teve cada um dos seus itens considerado separadamente.

No caso do grupo "cereais e leguminosas", foram considerados separadamente os dados referentes ao arroz (arroz não especificado e arroz polido) e ao feijão (feijão-fradinho; feijão-jalo; feijão-manteiga; feijão-mulatinho; feijão-preto; feijão-rajado; feijão-roxo), e desconsiderados os demais cereais. De maneira semelhante, o grupo "carnes" foi subdividido em "carnes bovinas" e "carnes suínas", e desconsideradas as carnes de outros animais. Do grupo de bebidas e infusões, foram considerados apenas os dados relativos aos refrigerantes. Por fim, não foram considerados os grupos referentes a cocos, castanhas e nozes; vísceras; sais e condimentos; e óleos e gorduras.

Chegamos assim, aos 17 alimentos ou grupos de alimentos sobre os quais se apoia a análise aqui oferecida da disponibilidade alimentar domiciliar: arroz; feijão; hortaliças folhosas e florais; hortaliças frutuosas, tuberosas e outras;

frutas; farinhas e féculas; massas; panificados; carnes bovinas; carnes suínas; pescados; aves; ovos; laticínios; açúcares, doces e produtos de confeitaria; refrigerantes; alimentos preparados e misturas industriais.

A análise referente a esses alimentos ou grupos de alimentos mostra que somente os grupos das frutas e alimentos preparados e misturas industriais apresentaram crescimento, enquanto o grupo das hortaliças folhosas e florais permaneceu praticamente estável. Todos os demais apresentaram saldo negativo nesse período. Uma vez mais, fica nítida a constante transformação das situações alimentares existentes no país.

Considerados separadamente os períodos de 2002-2003 a 2008-2009 e 2008-2009 a 2017-2018, nota-se que no primeiro período as quedas foram geralmente menores do que no segundo, sendo que em alguns casos houve crescimento da aquisição de alimentos (G8)⁹. O único grupo que apresentou crescimento nos dois períodos foi o de "alimentos preparados e misturas industriais".

Em consonância com o que se observa a respeito das despesas com alimentação, a aquisição alimentar domiciliar é caracterizada por uma intensa desigualdade. Considerando-se as classes extremas de rendimento, somente em 4 grupos de alimentos a aquisição

⁹ No caso da aquisição de ovos consideramos apenas os dados relativos a 2008-2009 e 2017-2018, uma vez que o dado referente à aquisição desse grupo de alimentos em 2002-2003 apresenta um problema. De acordo com os dados do IBGE, naquele momento a aquisição domiciliar per capita de ovos na região Sudeste foi de apenas 0,098 kg. Esse valor está claramente subdimensionado, seja em relação à aquisição nas demais regiões nesse mesmo período (média de 3,011kg), seja em relação à aquisição na região Sudeste nas outras duas edições da POF (2,907 kg e 2,979 kg respectivamente).

alimentar *per capita* anual dos domicílios pertencentes à classe de menor rendimento (até 2 salários-mínimos) é superior à aquisição média e à aquisição dos domicílios pertencentes a classe de maior rendimento (mais de 15 salários-mínimos). Por sua vez, os domicílios pertencentes à classe de maior rendimento apresentam aquisição alimentar domiciliar acima da média nacional em 13 dos 17 grupos de alimentos (G9).

Produtos alimentares	Evolução
Farinhas e féculas	-55,1%
Feijões	-52,3%
Refrigerantes	-42,2%
Açúcares, doces e produtos de confeitaria	-39,8%
Pescados	-39,0%
Arroz	-37,4%
Laticínios	-35,5%
Hortaliças frutosas, tuberosas e outras	-22,4%
Carnes bovinas	-21,0%
Massas	-19,2%
Carnes suínas	-14,3%
Panificados	-12,7%
Aves	-10,3%
Hortaliças folhosas e florais	0,1%
Frutas	7,9%
Alimentos preparados e misturas industriais	55,9%

O arroz, o feijão e as farinhas e féculas destacam-se como alimentos adquiridos em maior quantidade nos domicílios com menor rendimento. No caso dos pescados, como veremos adiante, os domicílios mais pobres da região Norte (com rendimento de até 2 salários-mínimos) apresentaram uma aquisição desse item 20,1% acima da média nacional e 4,6% acima dos domicílios com rendimento superior a 15 salários-mínimos.

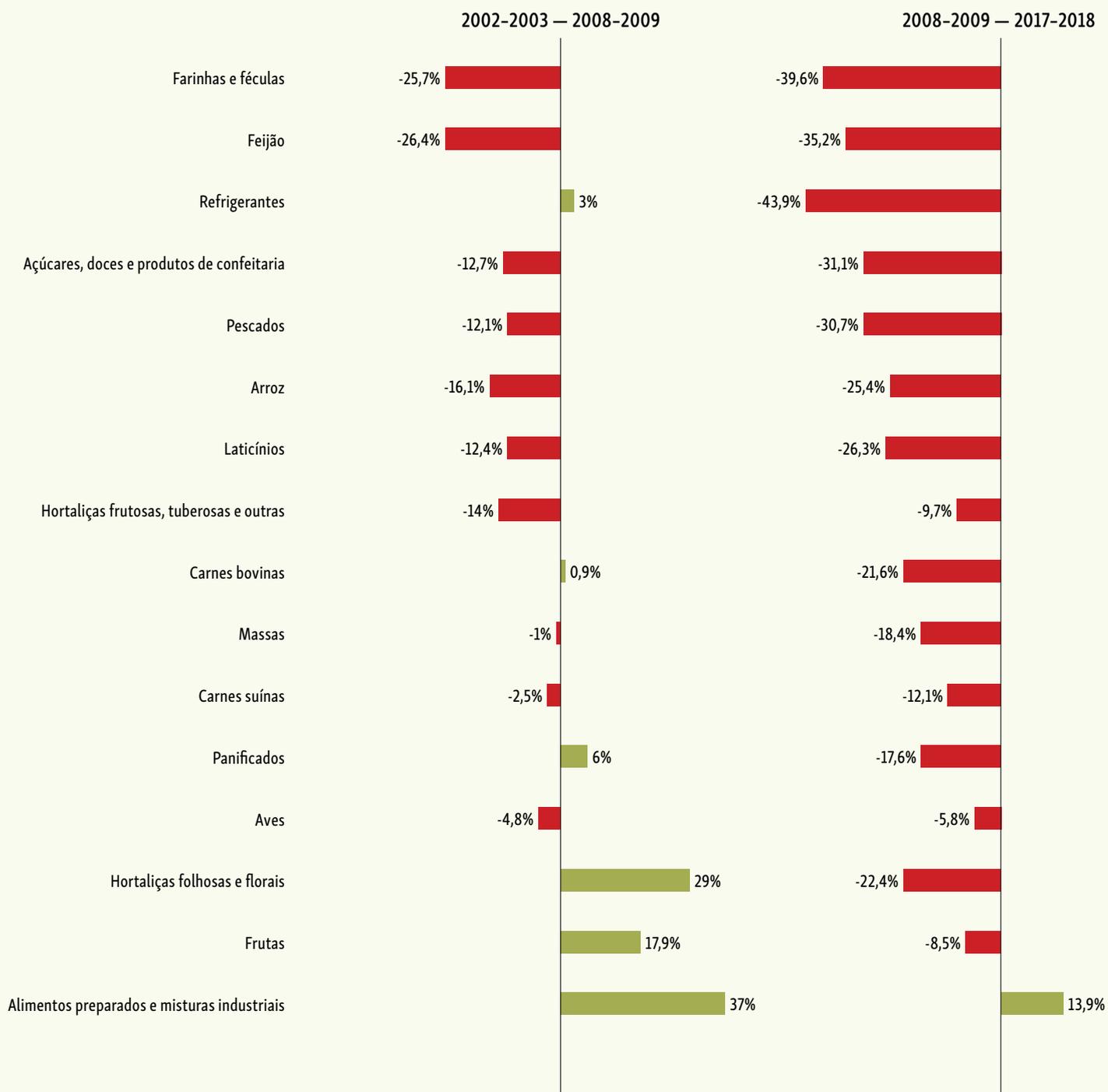
No que concerne aos demais grupos de alimentos, a desigualdade na aquisição é significativa, com destaque para alimentos preparados e misturas industriais; frutas; hortaliças folhosas e florais; hortaliças frutosas, tuberosas e outras; laticínios; e refrigerantes. Nesses grupos, a aquisição dos domicílios com maior rendimento é pelo menos 2,5 vezes maior do que a dos domicílios com menor rendimento.

Além das desigualdades relacionadas ao rendimento domiciliar, cabe considerar as desigualdades identificadas entre os domicílios situados em áreas rurais e urbanas. Tomando como referência a aquisição alimentar *per capita* anual dos domicílios urbanos, verifica-se que em 13 dos 17 grupos e subgrupos de alimentos analisados a diferença entre a aquisição nos domicílios rurais e urbanos foi superior a 10%; ou seja, apenas 4 itens ficaram

Q1 Evolução da aquisição alimentar domiciliar per capita anual (2002-2018).
Fonte: IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].

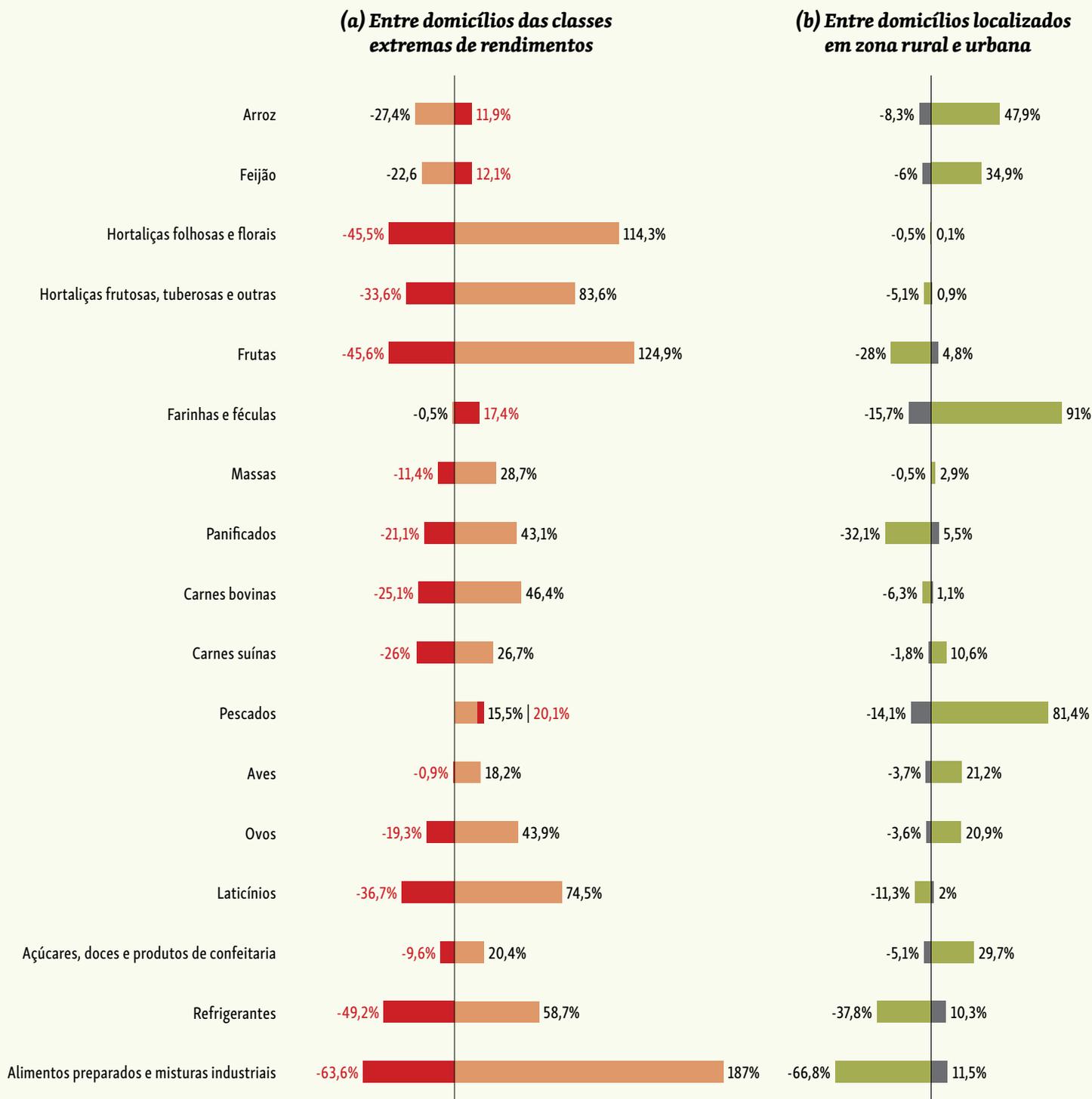
G8 Evolução da aquisição alimentar domiciliar per capita anual (2002-2018)

Fonte: IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].



G9 Diferença na aquisição alimentar per capita anual em relação à média nacional (2017-2018)

Fontes: (a) IBGE, [s.d.d]; (b) IBGE, [s.d.d].



abaixo desse patamar: massas; hortaliças folhosas e florais; hortaliças frutosas, tuberosas e outras; e carnes bovinas.

Em 8 grupos de alimentos, a aquisição *per capita* anual nos domicílios localizados em áreas rurais foi pelo menos 10% maior, com destaque para as diferenças relativas à aquisição dos seguintes grupos: farinhas e féculas (126,7%); pescados (111,1%); arroz (61,3%); feijão (43,6%); e açúcares, doces e produtos de confeitaria (36,7%). Por outro lado, em 5 grupos a aquisição foi pelo menos 10% maior nos domicílios localizados em áreas urbanas, com destaque para: alimentos preparados e misturas industriais (70,2%); refrigerantes (43,6%); panificados (35,6%); e frutas (31,3%).

Ao observar esses dados, não podemos desconsiderar que nos domicílios urbanos a despesa com alimentação fora do domicílio é maior do que naqueles situados em áreas rurais. Portanto a situação alimentar das pessoas que vivem em áreas rurais tende a contar com uma participação menor de alimentos consumidos fora do domicílio.

Apresentamos nas próximas páginas uma sequência de gráficos e mapas que permitem identificar as desigualdades existentes entre a aquisição alimentar dos domicílios, considerando-se três circunstâncias: a localização do domicílio em cada região ou estado, sua

situação rural ou urbana e a classe de rendimento na qual ele se insere.

A consideração simultânea desses dados permite uma apreensão mais complexa acerca da disponibilidade de alimentos nos domicílios do país. Para isso, foram elaborados um mapa e três gráficos para cada um dos 17 alimentos ou grupos de alimentos selecionados. O mapa apresenta a aquisição domiciliar *per capita* anual por unidade da federação (estados e distrito federal) em 2017-2018, enquanto os gráficos apresentam: a evolução da aquisição nas cinco grandes regiões entre 2002 e 2018; a aquisição nas áreas rurais e urbanas das cinco grandes regiões em 2017-2018; e a aquisição por classe de rendimento nas cinco grandes regiões em 2017-2018.

Aquisição domiciliar de arroz

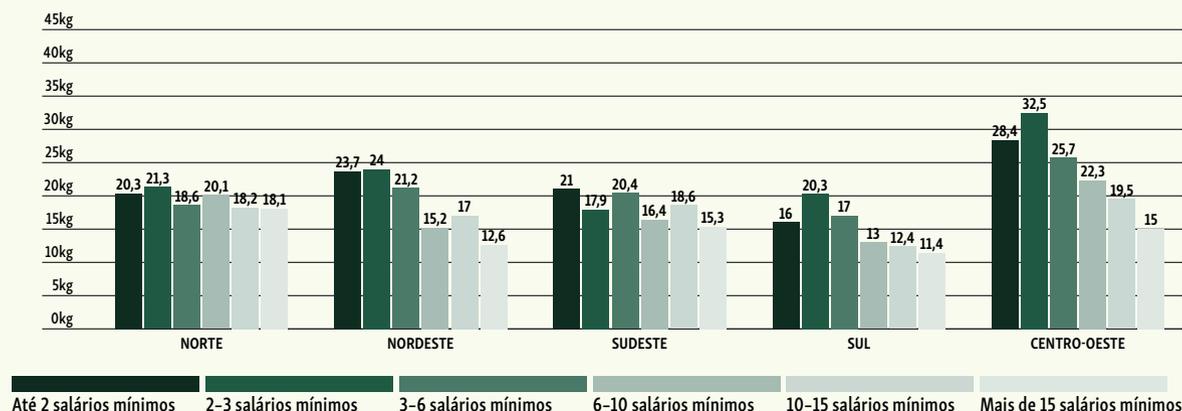
Em todas as regiões do país, a aquisição domiciliar *per capita* de arroz decresceu nos dois períodos considerados. Em 2017-2018, o Maranhão (52,4 kg) e o Piauí (42,2 kg) apresentaram aquisição superior à média nacional (19,8 kg). Por outro lado, com exceção de Minas Gerais, todos os estados das regiões Sudeste e Sul apresentaram aquisição abaixo da média nacional.

A aquisição foi maior nas áreas rurais de todas as regiões, sendo essa diferença na região Norte. Observa-se também que em todas as regiões a aquisição de arroz dos domicílios pertencentes às classes de rendimento mais baixas tende a ser levemente superior à das classes mais altas, sendo essa diferença mais acentuada na região Centro-Oeste.

G10 Aquisição domiciliar de arroz por região

Fontes: (a) IBGE, [s.d.d.]; (b) IBGE, [s.d.d.]; (c) IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].

(a) Por classes de rendimento (2017-2018)

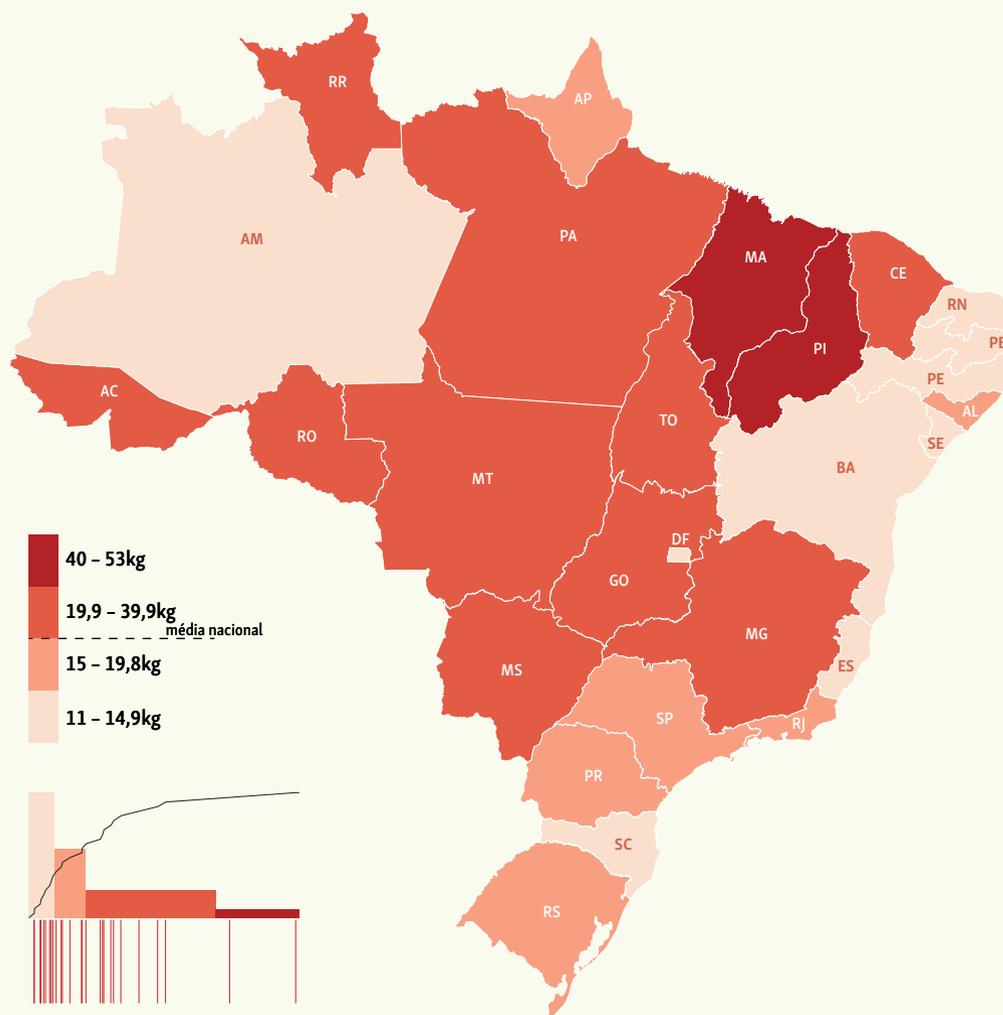


M6 Aquisição domiciliar de arroz (2017-2018)

(em kg/per capita/ano)

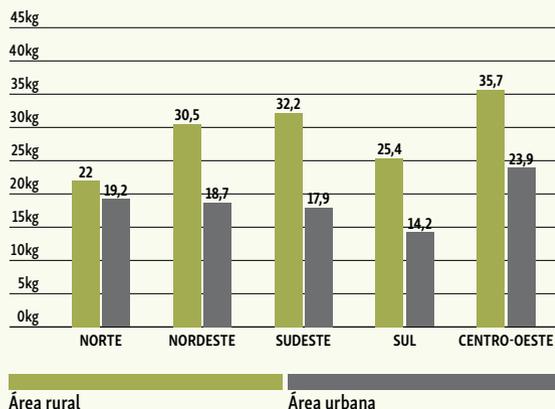
Fonte: IBGE, [s.d.d].

A aquisição de “arroz polido” (18,2 kg) foi muito maior do que a de “arroz não especificado” (1,5 kg). Os estados que apresentaram maior aquisição de “arroz não especificado” foram o Acre (3,1 kg), o Pará (3,0 kg) e o Maranhão (2,9 kg). Entre os estados com menor aquisição de “arroz polido” estão o Amazonas (10,9 kg), o Rio Grande do Norte (10,6 kg) e Sergipe (9,7 kg).

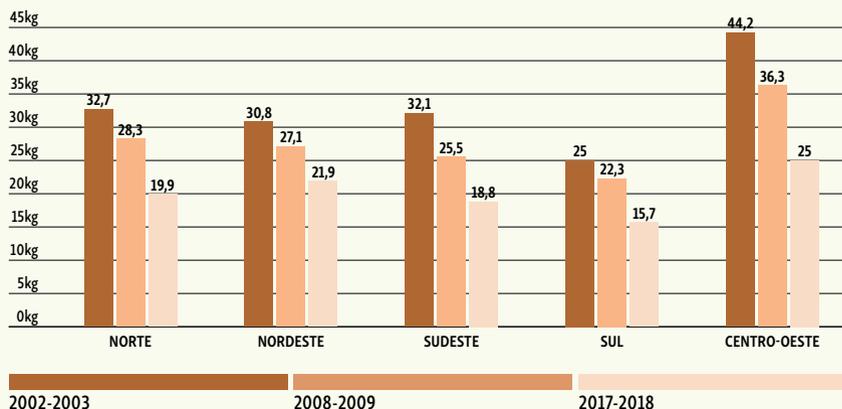


(em kg/per capita/ano)

(b) Por situação do domicílio (2017-2018)



(c) Evolução no período (2002-2018)



Aquisição domiciliar de feijão

A aquisição domiciliar de feijão decresceu nos dois períodos considerados, em todas as regiões do país, exceto na região Norte, onde permaneceu estável no primeiro período. Excetuando-se o Maranhão, em 2017-2018 todos os estados da região Nordeste apresentaram aquisição de feijão acima da média nacional (5,9 kg).

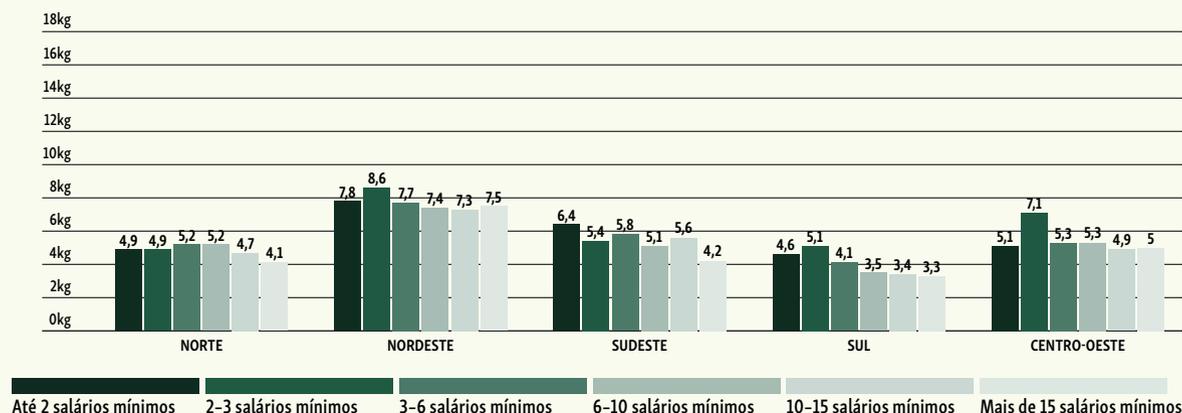
Em todas as regiões do país, os domicílios situados em áreas rurais apresentaram

aquisição de feijão superior àquela apresentada pelos domicílios situados em áreas urbanas, com destaque para a área rural da região Nordeste (9,5 kg). Assim como observamos em relação ao arroz, a aquisição de feijão tende a decrescer conforme se eleva a classe de rendimento do domicílio, sendo praticamente estável entre as diferentes classes de rendimento das regiões Norte e Centro-Oeste.

G11 Aquisição domiciliar de feijão por região

Fontes: (a) IBGE, [s.d.d.]; (b) IBGE, [s.d.d.]; (c) IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].

(a) Por classes de rendimento (2017-2018)

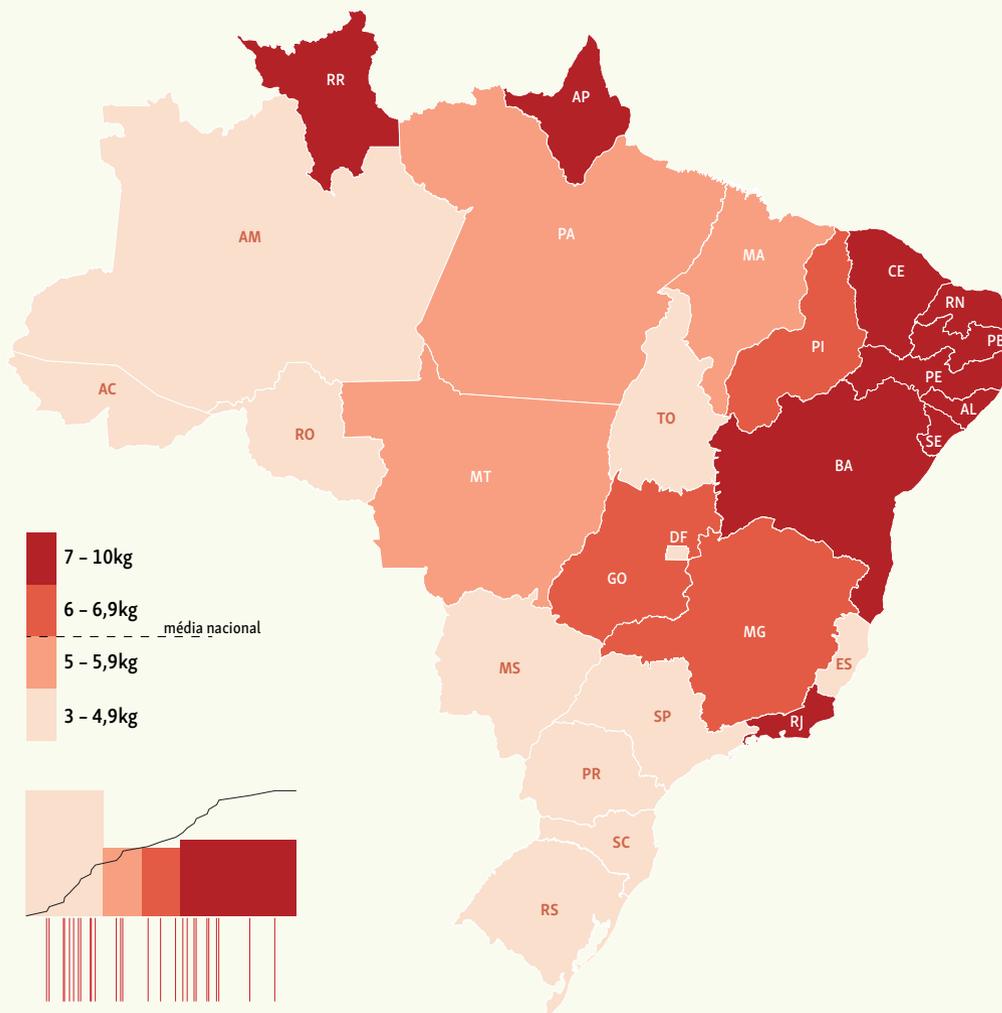


M7 Aquisição domiciliar de feijão (2017-2018)

(em kg/per capita/ano)

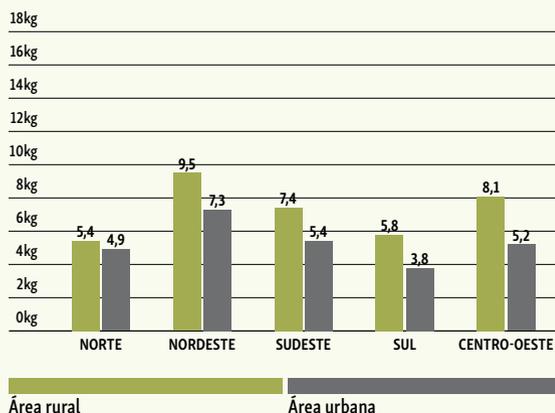
Fonte: IBGE, [s.d.d].

Diferentemente do arroz, a aquisição do feijão divide-se em uma grande variedade de espécies, com destaque para o “feijão-rajado” (2,6 kg) e “feijão-preto” (1,3 kg), “feijão-mulatinho” (0,7 kg), e “feijão-fradinho” (0,5 kg). Em termos regionais, o Nordeste aparece à frente das demais regiões na aquisição “feijão-rajado”, “feijão-mulatinho” e “feijão-fradinho”. Por sua vez, o estado com maior aquisição de “feijão-preto” foi o Rio de Janeiro (6,1 kg).

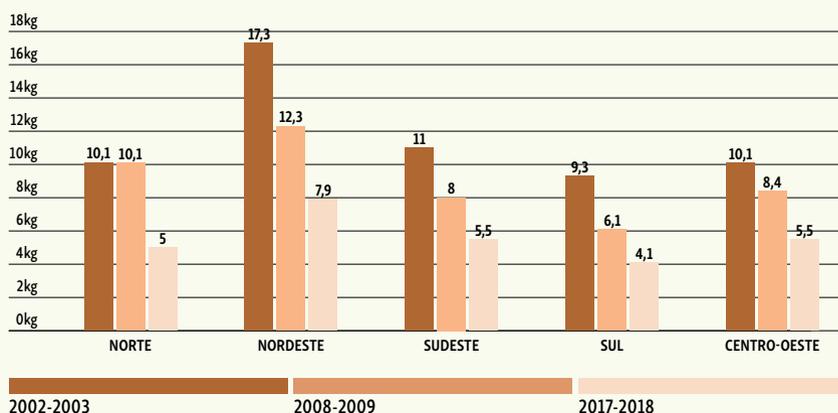


(em kg/per capita/ano)

(b) Por situação do domicílio (2017-2018)



(c) Evolução no período (2002-2018)



Aquisição domiciliar de hortaliças folhosas e florais

Em todas as regiões do país, a aquisição de hortaliças folhosas e florais cresceu no primeiro período analisado e decresceu no segundo. O mapa apresenta uma tendência, com a aquisição desse alimento elevando-se conforme se avança para o sul do país – com exceção do Amapá. Em 2017-2018, os estados com maior aquisição *per capita* de hortaliças folhosas e florais foram Santa Catarina (4,4 kg) e Rio Grande do Sul (4,5 kg), ambos significativamente acima da média nacional (2,5 kg).

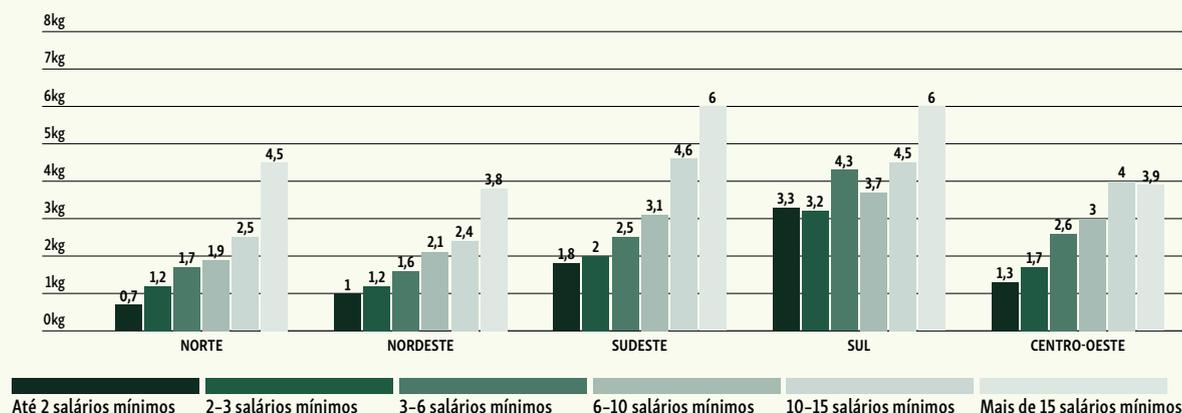
Enquanto nas regiões Norte e Nordeste a aquisição desse alimento é superior nos

domicílios urbanos, esse quadro se inverte nas demais regiões, com destaque para a aquisição *per capita* desse item na área rural da região Sul (7,7 kg). Além da considerável desigualdade regional, pesa sobre a aquisição de hortaliças folhosas e florais uma acentuada desigualdade relacionada ao rendimento dos domicílios: na região Norte, que apresenta a maior desigualdade na aquisição entre classes extremas de rendimento, os domicílios mais pobres adquirem aproximadamente 6 vezes menos hortaliças folhosas e florais do que os domicílios mais ricos.

G12 Aquisição domiciliar de hortaliças folhosas e florais por região

Fontes: (a) IBGE, [s.d.d.]; (b) IBGE, [s.d.d.]; (c) IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].

(a) Por classes de rendimento (2017-2018)

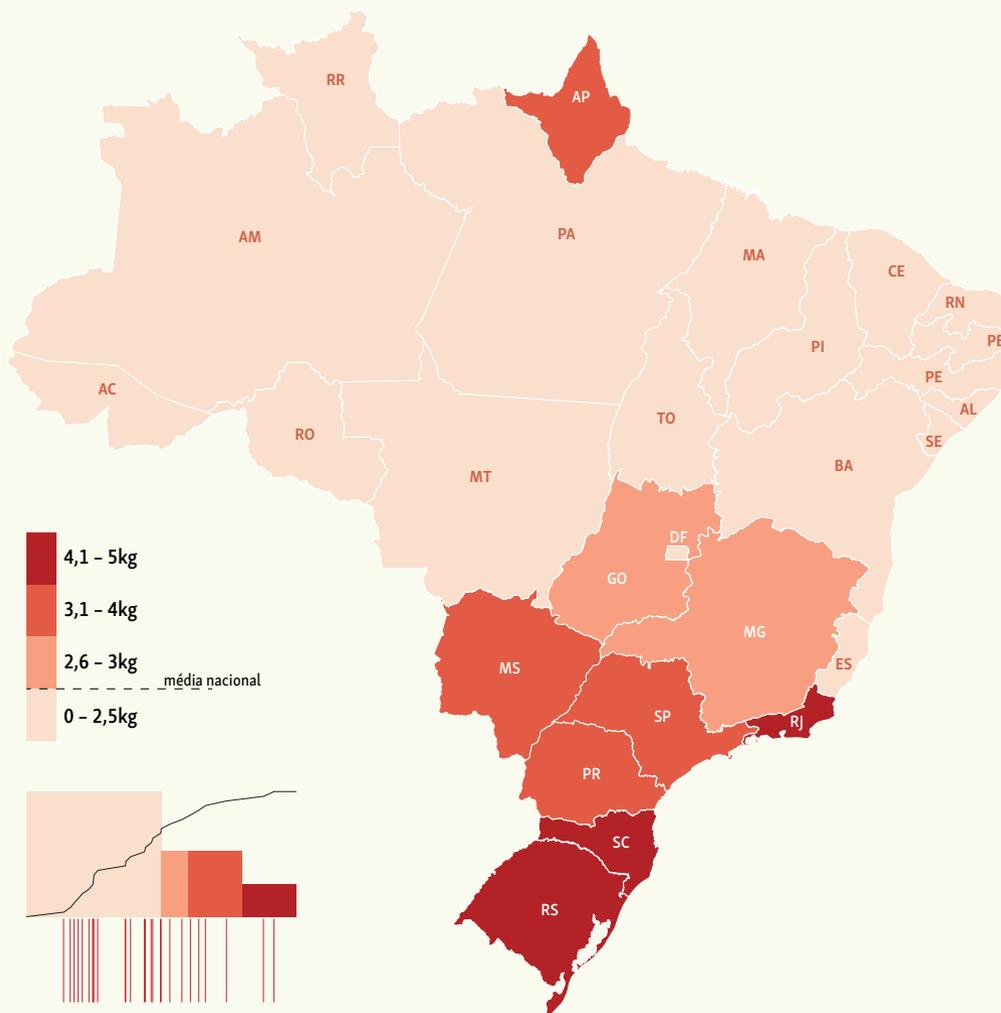


M8 Aquisição domiciliar de hortaliças folhosas e florais (2017-2018)

(em kg/per capita/ano)

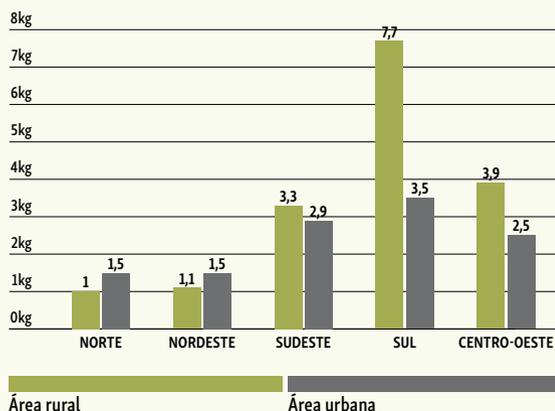
Fonte: IBGE, [s.d.d].

Entre as “hortaliças folhosas e florais” destacam-se as aquisições de repolho (0,7 kg) e alface (0,7 kg). O maior consumo de repolho foi verificado em Santa Catarina (1,7 kg) e o de alface no Rio Grande do Sul (1,5 kg). Diferentemente do que ocorre com as demais “hortaliças folhosas e florais”, a aquisição de cheiro-verde foi maior nas regiões Norte (0,35 kg) e Nordeste (0,29 kg), com destaque para o Amapá (1,2 kg) e Piauí (1,1 kg).

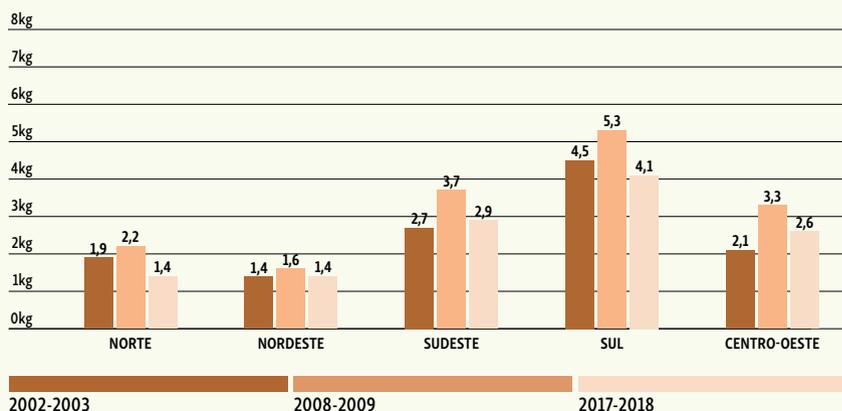


(em kg/per capita/ano)

(b) Por situação do domicílio (2017-2018)



(c) Evolução no período (2002-2018)



Aquisição domiciliar de hortaliças frutosas, tuberosas e outras

Entre 2002 e 2018, houve queda na aquisição de hortaliças frutosas, tuberosas e outras em todas as regiões do país, com exceção do Centro-Oeste. Nos estados da região Norte, a aquisição *per capita* desses alimentos em 2017-2018 foi significativamente mais baixa do que a média nacional (21,3 kg), enquanto ela tende a estar próxima da média, ou acima dela, nas unidades da federação que compõem as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, a aquisição desse item alimentar é semelhante entre os domicílios rurais e urbanos, e na região Nordeste a aquisição realizada pelos domicílios em áreas urbanas é levemente superior. Nas regiões Norte e Sul, o quadro se

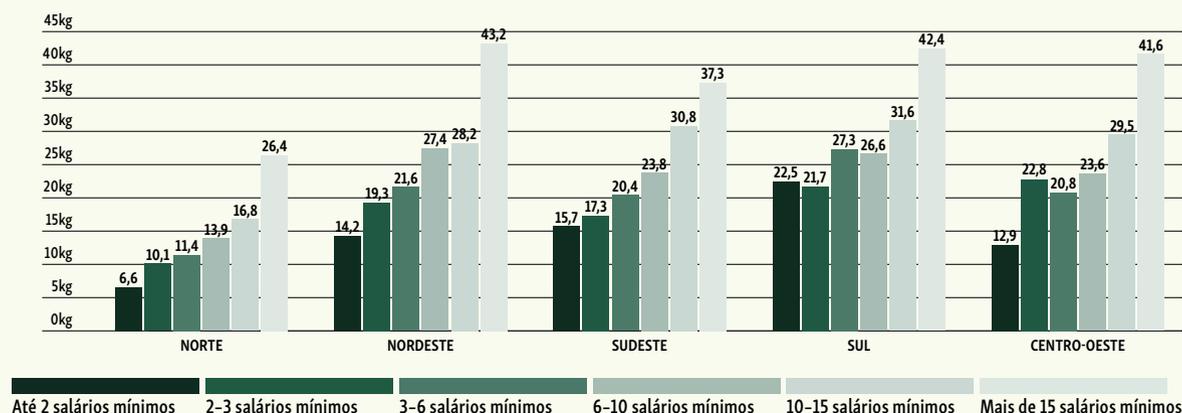
inverte, com destaque para a aquisição *per capita* de hortaliças frutosas, tuberosas e outras pelos domicílios situados na área rural da região Sul (40,6 kg).

Assim como no caso das hortaliças folhosas e florais, a aquisição das hortaliças frutosas, tuberosas e outras é desigual tanto em termos regionais quanto em termos de rendimento: na região Norte, apenas a classe de rendimento mais elevada apresenta aquisição desse item alimentar superior à média nacional, enquanto na região Centro-Oeste os domicílios pertencentes à classe de rendimento mais elevada adquirem aproximadamente 3,2 vezes mais hortaliças frutosas, tuberosas e outras do que os domicílios mais pobres.

G13 Aquisição domiciliar de hortaliças frutosas, tuberosas e outras por região

Fontes: (a) IBGE, [s.d.d.]; (b) IBGE, [s.d.d.]; (c) IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].

(a) Por classes de rendimento (2017-2018)

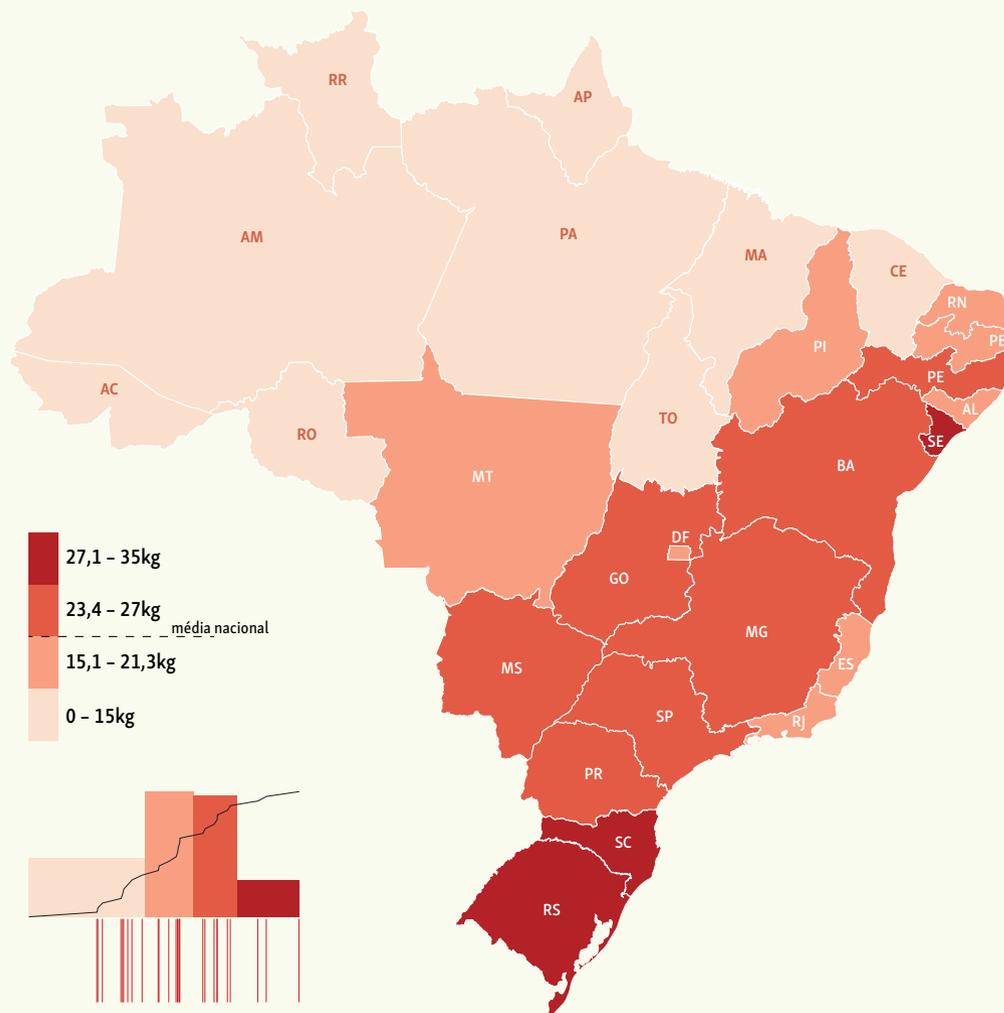


M9 Aquisição domiciliar de hortaliças frutosas, tuberosas e outras (2017-2018)

(em kg/per capita/ano)

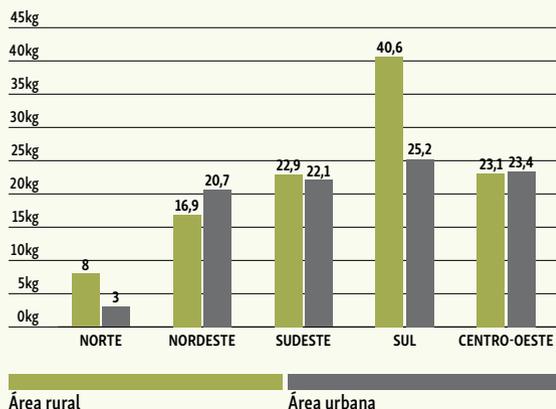
Fonte: IBGE, [s.d.d].

A aquisição média nacional de “hortaliças frutosas” (11,1 kg) e “hortaliças tuberosas e outras” (10,2 kg) é semelhante. No primeiro agrupamento, destacam-se o tomate (4,2 kg) e a cebola (3,1 kg). Já no segundo as maiores aquisições são de batata-inglesa (4,0 kg), cenoura (1,5 kg), mandioca (1,3 kg) e batata-doce (1,2 kg).

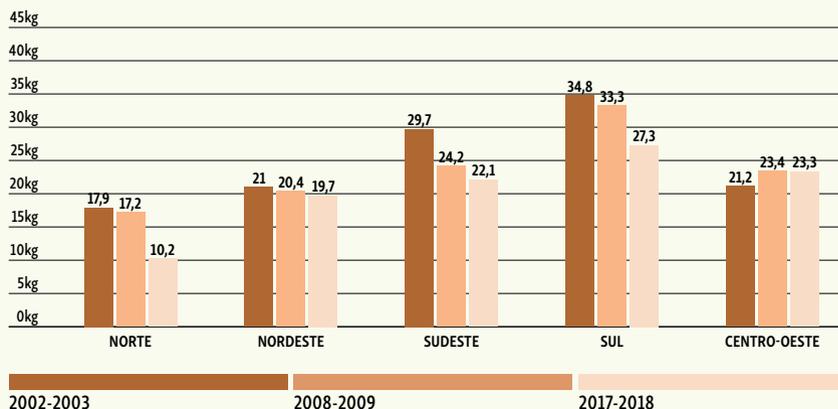


(em kg/per capita/ano)

(b) Por situação do domicílio (2017-2018)



(c) Evolução no período (2002-2018)



Aquisição domiciliar de frutas

Em todas as regiões brasileiras, observou-se o crescimento da aquisição de frutas no primeiro período analisado e uma queda no segundo, salvo na região Centro-Oeste, onde houve crescimento em ambos os períodos. Nos estados da região Norte, a aquisição *per capita* desse item em 2017-2018 foi menor do que a média nacional (26,4 kg), enquanto os estados da região Sul apresentaram as maiores aquisições *per capita* de frutas do país.

Nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, os domicílios situados em áreas urbanas apresentaram aquisição de frutas superior à dos

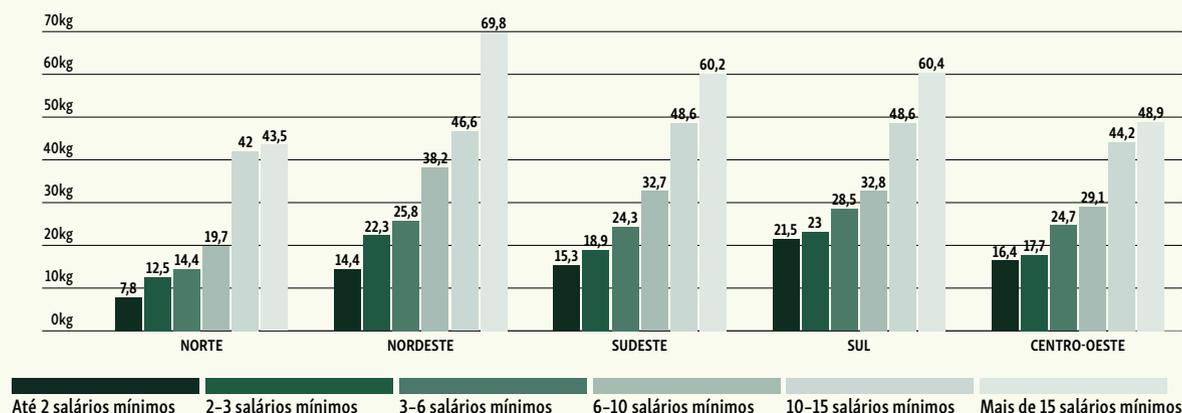
domicílios rurais, enquanto nas regiões Sul e Centro-Oeste ela é superior nos domicílios situados em áreas rurais.

Apesar de serem observadas desigualdades regionais na aquisição de frutas, essa desigualdade é maior quando consideradas as classes de rendimento. Em média, os domicílios pertencentes à classe de rendimentos mais elevada adquirem aproximadamente 4,1 vezes mais frutas do que aqueles que integram a classe de rendimento mais baixa, sendo que essa desigualdade é ainda maior nas regiões Norte (5,6 vezes) e Nordeste (4,8 vezes).

G14 Aquisição domiciliar de frutas por região

Fontes: (a) IBGE, [s.d.d.]; (b) IBGE, [s.d.d.]; (c) IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].

(a) Por classes de rendimento (2017-2018)

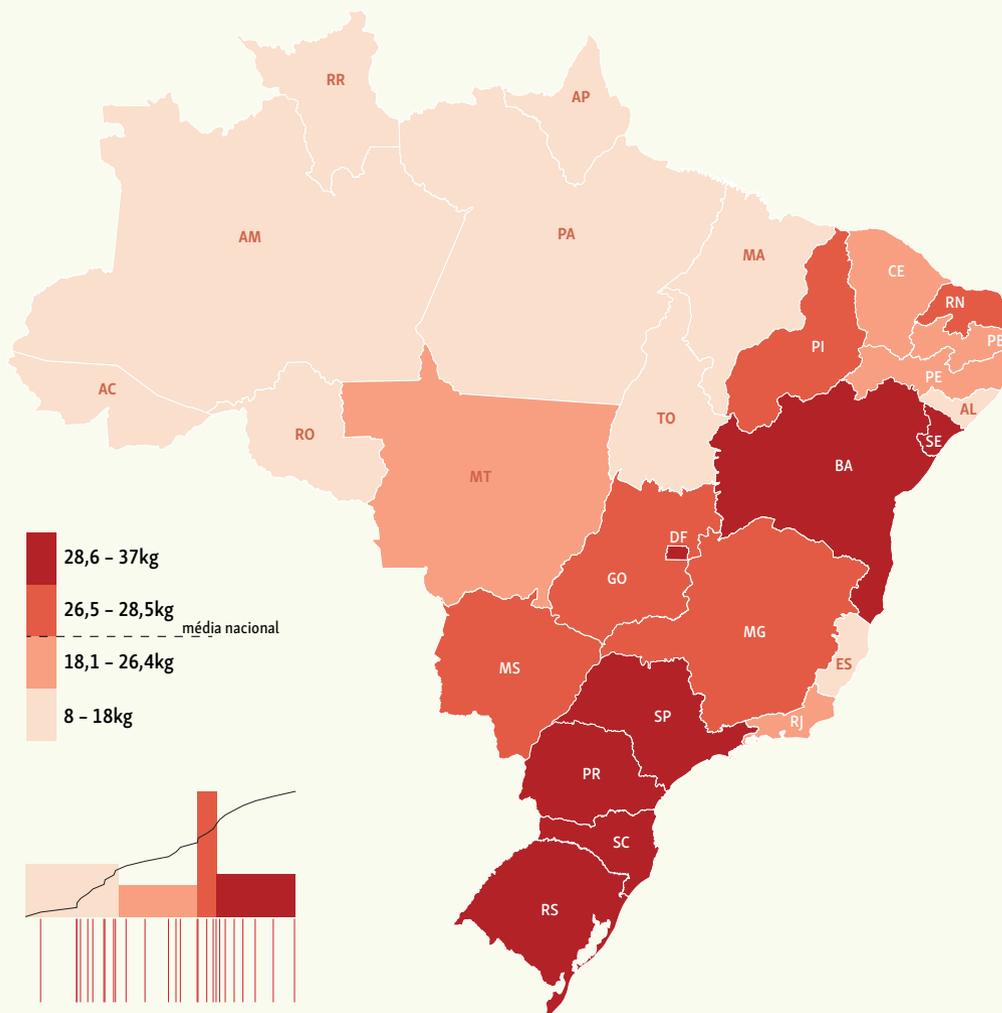


M10 Aquisição domiciliar de frutas (2017-2018)

(em kg/per capita/ano)

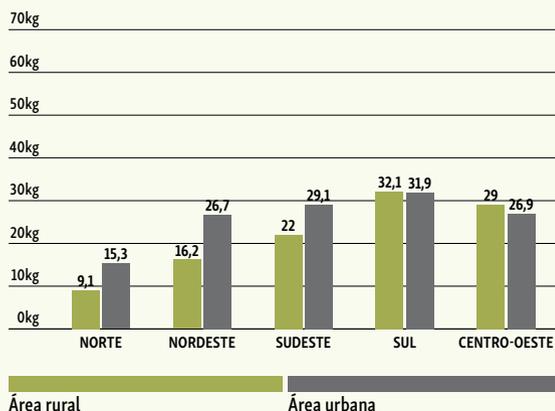
Fonte: IBGE, [s.d.d].

A aquisição de “frutas de clima tropical” (22,6 kg) superou a de “frutas de clima temperado” (3,8 kg). No primeiro grupo, as principais aquisições foram de bananas (7,1 kg), laranjas (4,3 kg), melancia (2,6 kg), mamão (1,8 kg) e abacaxi (1,4 kg), enquanto no segundo grupo apareceram com maior relevância maçã (2,1 kg) e uva (0,7 kg).

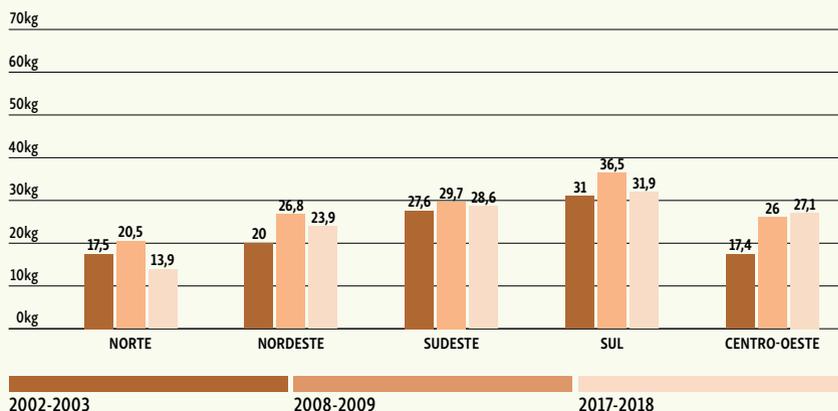


(em kg/per capita/ano)

(b) Por situação do domicílio (2017-2018)



(c) Evolução no período (2002-2018)



Aquisição domiciliar de farinhas e féculas

Nos dois períodos analisados e em todas as regiões do país, a aquisição de farinhas e féculas apresentou queda, que foi mais acentuada na região Norte e menos destacada na região Centro-Oeste. Em 2017-2018, a maior parte dos estados das regiões Norte e Nordeste apresentaram uma aquisição *per capita* desse item acima da média nacional (8,1 kg), com destaque para o Pará (19,3 kg) e o Amapá (22,1 kg).

A aquisição de farinhas e féculas é consistentemente mais elevada nas áreas rurais do

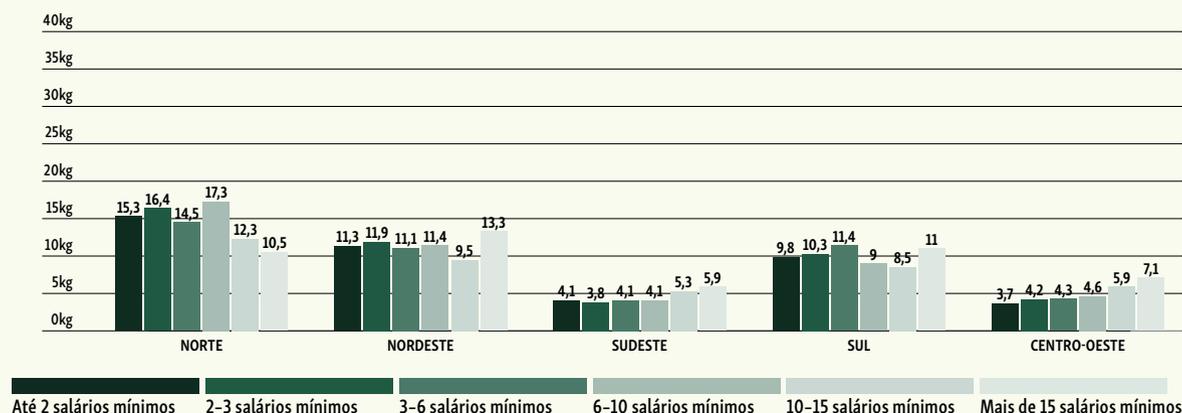
que nas áreas urbanas, em todas as regiões brasileiras, com destaque para os domicílios situados nas áreas rurais da região Sul (26,5 kg). A aquisição desse item em áreas urbanas só supera a média nacional nas regiões Norte e Nordeste.

Se a aquisição *per capita* desse tipo de alimento apresenta diferença entre as regiões, internamente a cada uma delas a aquisição dos domicílios pertencentes às diferentes classes de rendimento é semelhante.

G15 Aquisição domiciliar de farinhas e féculas por região

Fontes: (a) IBGE, [s.d.d.]; (b) IBGE, [s.d.d.]; (c) IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].

(a) Por classes de rendimento (2017-2018)

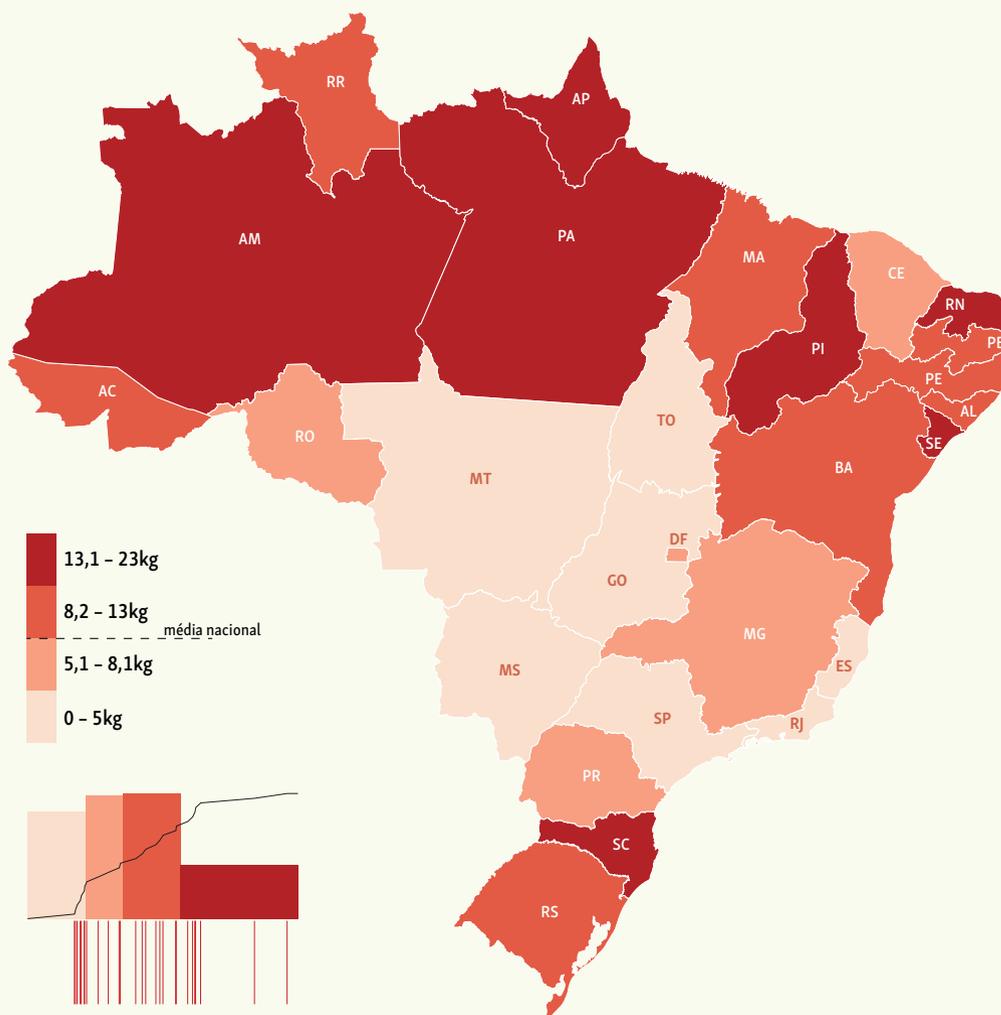


M11 Aquisição domiciliar de farinhas e féculas (2017-2018)

(em kg/per capita/ano)

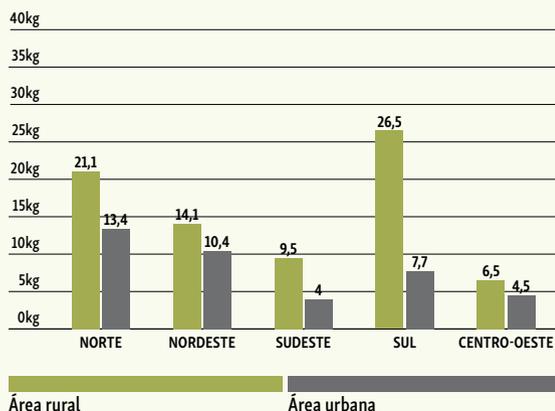
Fonte: IBGE, [s.d.d].

Entre as “farinhas e féculas” adquiridas no Brasil, 39% são de provenientes da mandioca (29% como farinha e 10% como fécula), 28% do trigo (farinha) e 27% do milho (16% como fubá e 11% como “flocos, creme e amido”). Na região Norte prevalecem os produtos derivados da mandioca (80%) e na região Sul aqueles derivados do trigo (73%). Derivados de trigo também prevalecem nas regiões Sudeste (38%) e Centro-Oeste (37%), enquanto no Nordeste predominam os derivados da mandioca (47%) e do milho (40%).

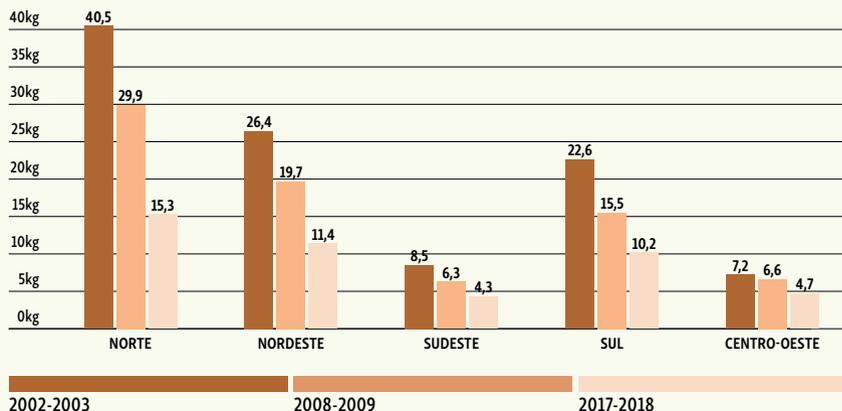


(em kg/per capita/ano)

(b) Por situação do domicílio (2017-2018)



(c) Evolução no período (2002-2018)



Aquisição domiciliar de massas

Entre 2002 e 2018, a aquisição de massas apresentou queda em todas as regiões brasileiras, sendo que nas regiões Norte e Sul houve crescimento no primeiro período e queda no segundo. Em 2017-2018, todas as unidades da federação que compõem as regiões Norte, exceto o Amapá, e Centro-Oeste apresentaram aquisição desse alimento abaixo da média nacional (3,9 kg).

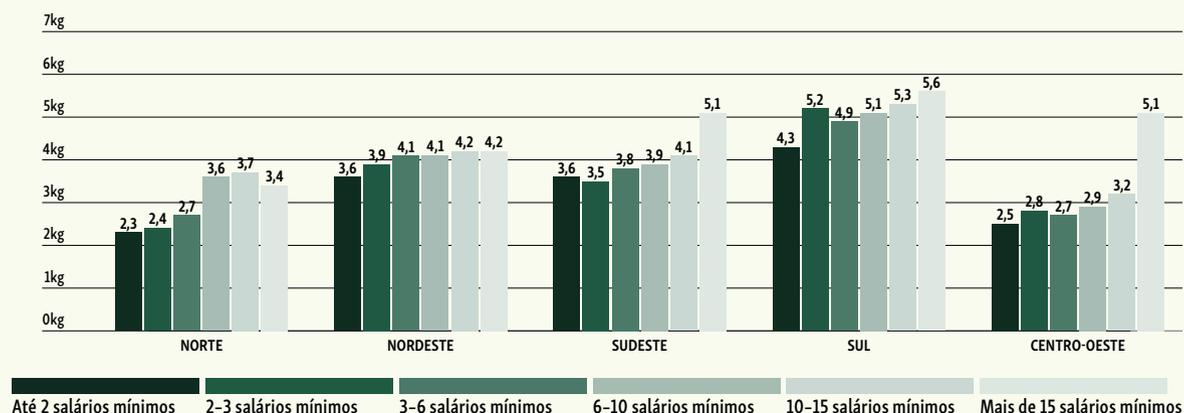
Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a aquisição de massas foi maior nos

domicílios situados em áreas urbanas, diferentemente das regiões Sul e Sudeste, onde as áreas rurais apresentaram uma aquisição desse item superior à média nacional. A aquisição de massas tende a crescer conforme se eleva a classe de rendimento dos domicílios: com exceção da região Centro-Oeste, onde se observa a maior discrepância da sua aquisição nas classes extremas de rendimento, essa desigualdade não foi maior do que 50%.

G16 Aquisição domiciliar de massas por região

Fontes: (a) IBGE, [s.d.d.]; (b) IBGE, [s.d.d.]; (c) IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].

(a) Por classes de rendimento (2017-2018)

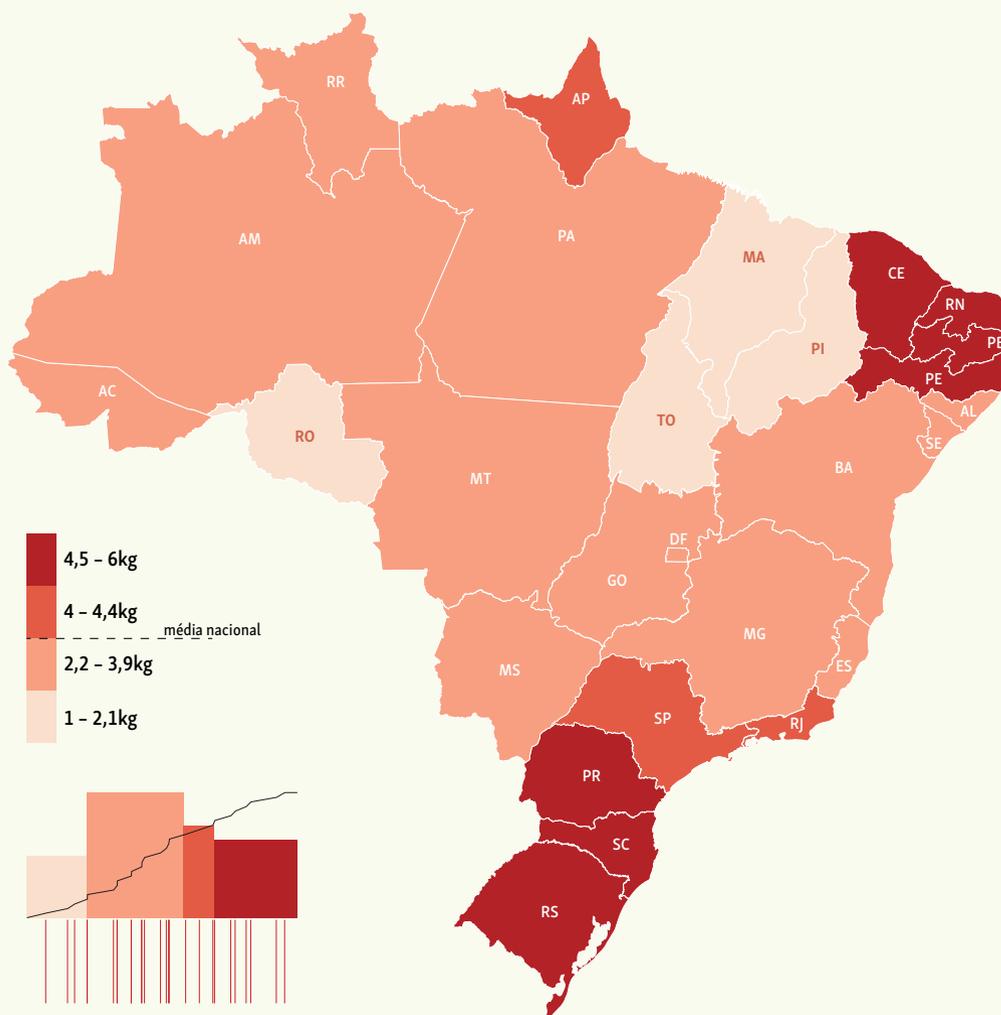


M12 Aquisição domiciliar de massas (2017-2018)

(em kg/per capita/ano)

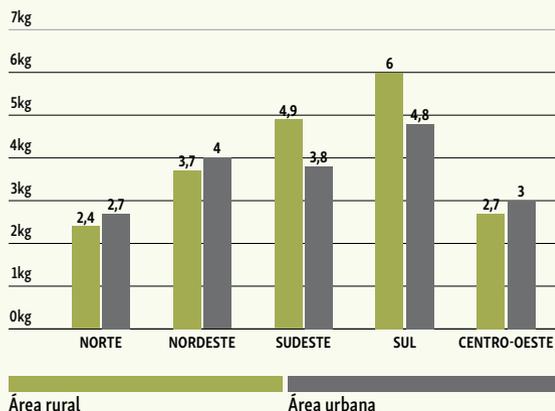
Fonte: IBGE, [s.d.d].

Dentro do grupo massas, o principal produto adquirido é o macarrão. A maior aquisição de “macarrão com ovos” foi registrada no Rio Grande do Sul (1,9 kg), de “macarrão sem ovos” no Rio de Janeiro (0,4 kg) e de “macarrão não especificado” no Rio Grande do Norte (3,8 kg).

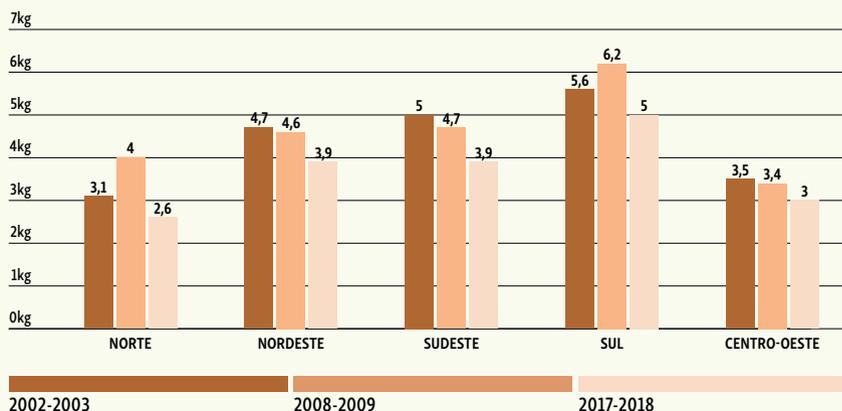


(em kg/per capita/ano)

(b) Por situação do domicílio (2017-2018)



(c) Evolução no período (2002-2018)



Aquisição domiciliar de panificados

Em todas as regiões do Brasil, a aquisição de panificados apresentou crescimento no primeiro período analisado e queda no segundo, sendo que somente no Centro-Oeste os valores de 2017-2018 se mantiveram em níveis superiores àqueles constatados em 2002-2003.

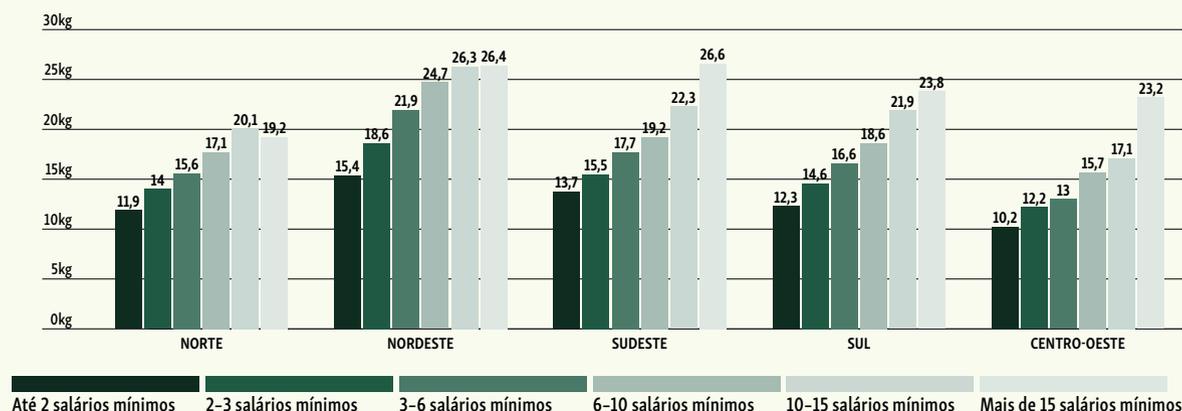
Entre os 6 estados que apresentaram maior aquisição de panificados ao longo dos períodos analisados, 5 estavam localizados

na região Nordeste e 1 na região Norte. Não obstante, a aquisição desse item alimentar nos estados do Sudeste (exceto Espírito Santo) e do Sul (exceto Paraná) estava acima da média nacional (17,7 kg). Em todas as regiões, a aquisição de panificados foi superior nos domicílios situados em áreas urbanas, sendo maior conforme se eleva a classe de rendimento dos domicílios.

G17 Aquisição domiciliar de panificados por região

Fontes: (a) IBGE, [s.d.d.]; (b) IBGE, [s.d.d.]; (c) IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].

(a) Por classes de rendimento (2017-2018)

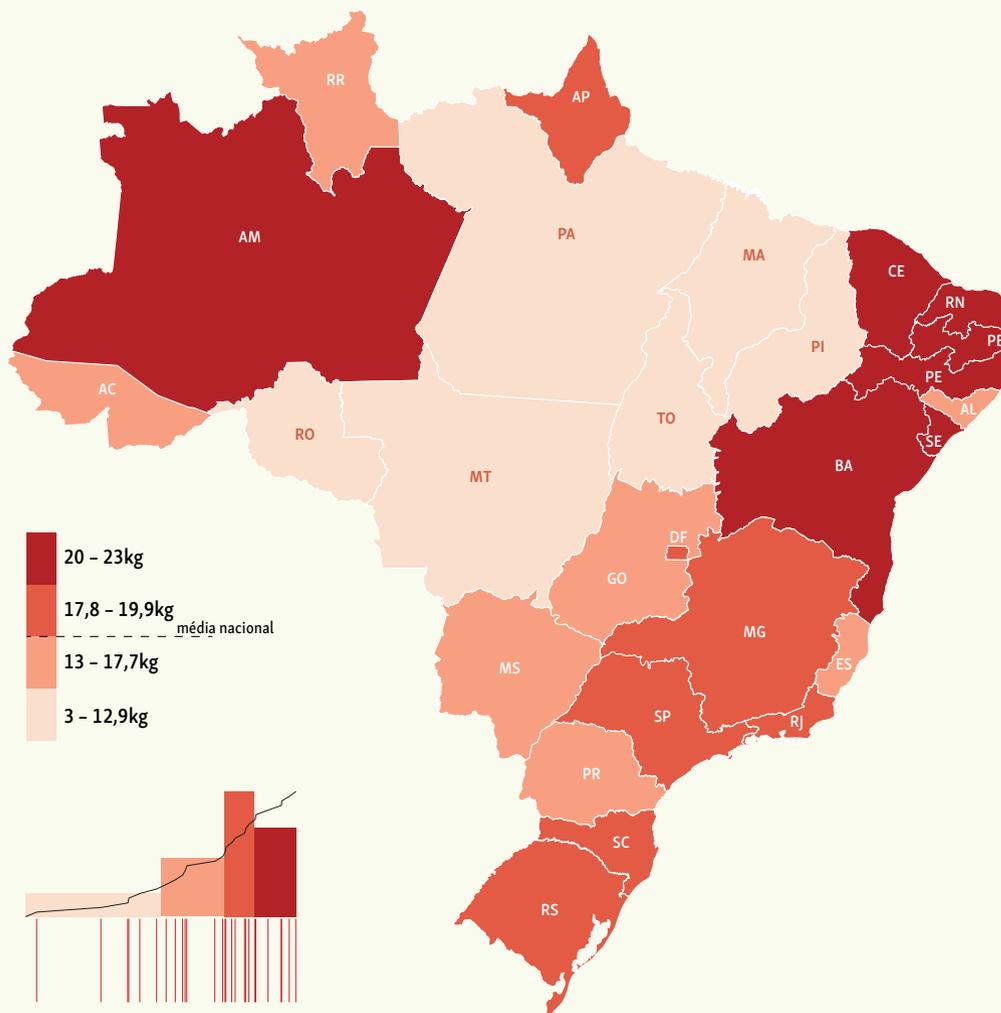


M13 Aquisição domiciliar de panificados (2017-2018)

(em kg/per capita/ano)

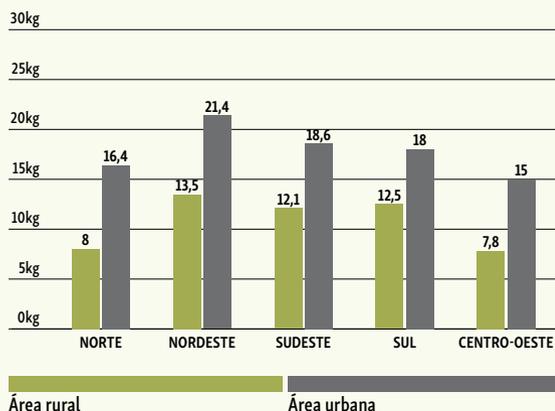
Fonte: IBGE, [s.d.d].

O maior consumo de “pão francês” ocorre no Amazonas (17,7 kg), de “pão integral” em Santa Catarina (0,6 kg), de “pão de forma industrializado” no Rio Grande do Sul (1,5 kg), de “pão de milho” na Bahia (0,2 kg) e de “pão de queijo” em Goiás (1,0 kg).

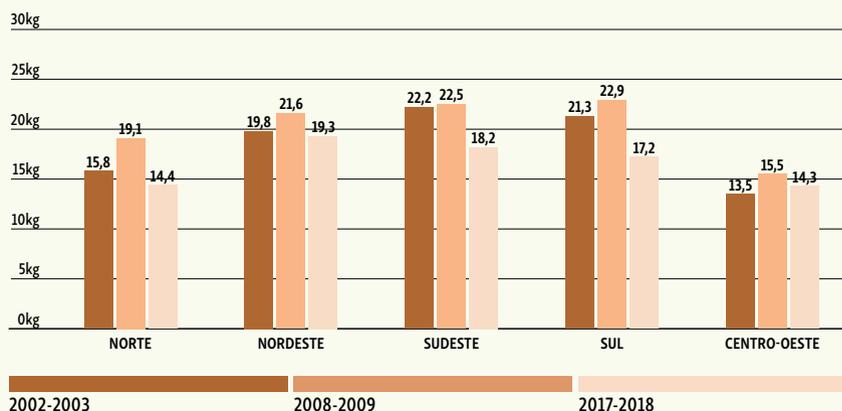


(em kg/per capita/ano)

(b) Por situação do domicílio (2017-2018)



(c) Evolução no período (2002-2018)



Aquisição domiciliar de carnes bovinas

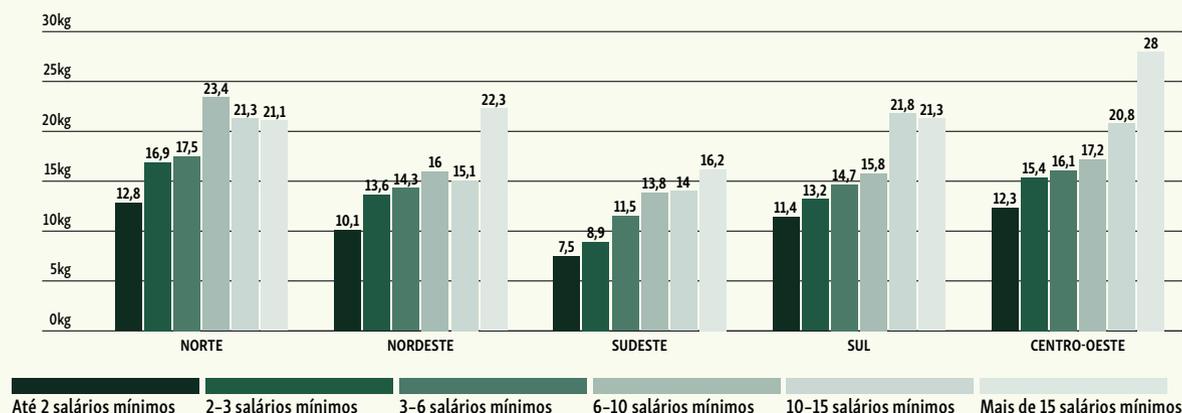
A aquisição de carnes bovinas apresentou tendências semelhantes em todas as regiões do Brasil nos períodos analisados, com estabilidade no primeiro período e queda no segundo. Em 2017-2018, todas as unidades da federação que compõem a região Centro-Oeste (com exceção do Distrito Federal) apresentaram aquisição *per capita* desse alimento acima da média nacional (13,4 kg), enquanto todos os estados da região Sudeste apresentaram aquisição inferior a essa média.

Excetuando-se a região Nordeste onde a aquisição de carne bovina revelou-se levemente superior na área rural, em todas as demais a aquisição desse alimento foi maior nos domicílios situados em áreas urbanas. A aquisição desse item tende a crescer conforme se eleva a classe de rendimento: os domicílios pertencentes à classe mais elevada de rendimento adquirem aproximadamente 2 vezes mais carne do que os domicílios da classe mais baixa.

G18 Aquisição domiciliar de carnes bovinas por região

Fontes: (a) IBGE, [s.d.d.]; (b) IBGE, [s.d.d.]; (c) IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].

(a) Por classes de rendimento (2017-2018)

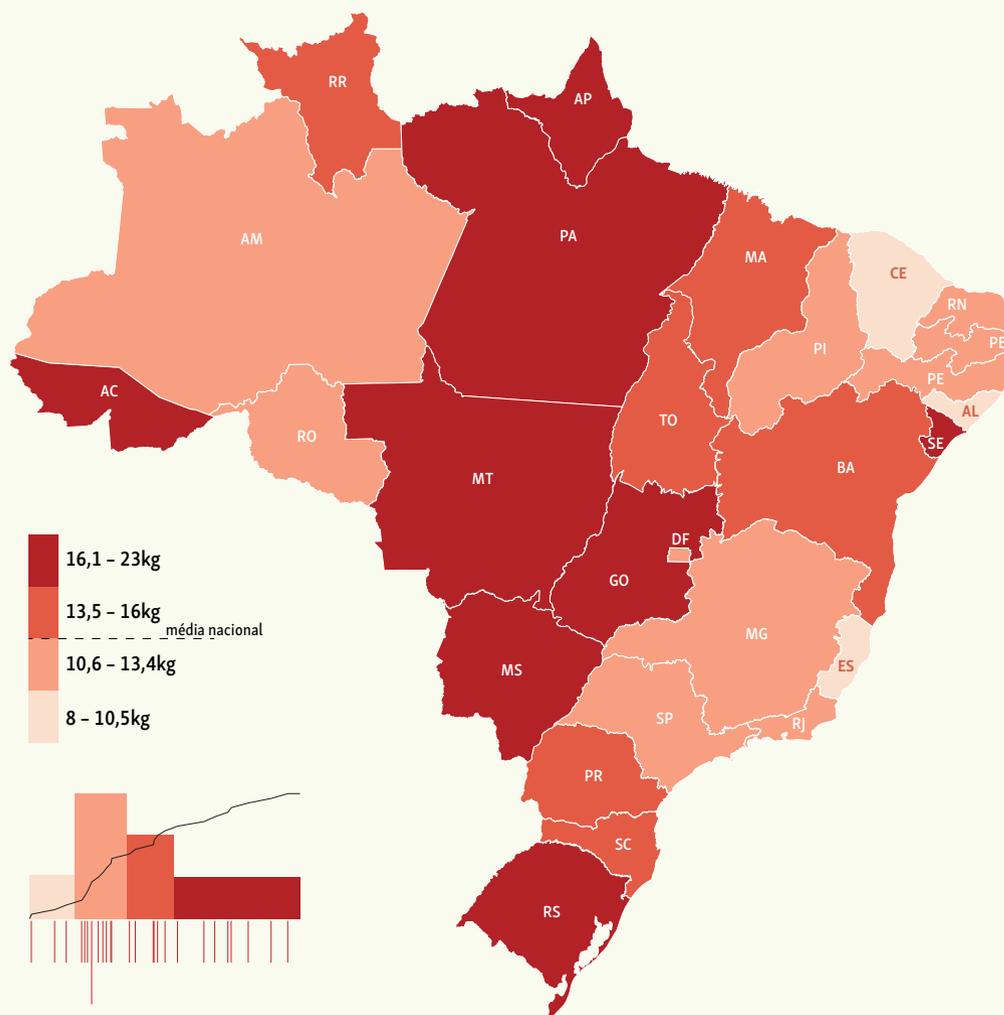


M14 Aquisição domiciliar de carnes bovinas (2017-2018)

(em kg/per capita/ano)

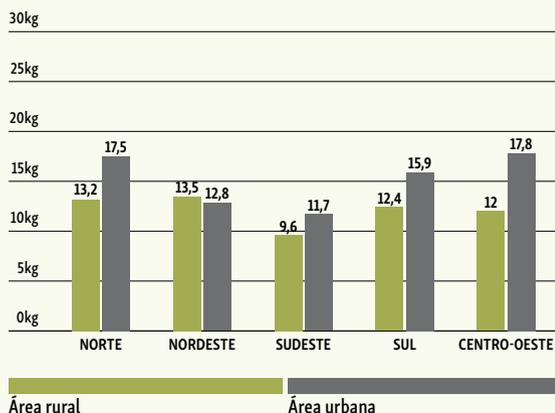
Fonte: IBGE, [s.d.d].

O grupo de “carnes bovinas” divide-se em três subgrupos com aquisições distintas: “carnes bovinas de primeira” (4,78 kg), “carnes bovinas de segunda” (4,88 kg) e “carnes bovinas outras” (3,7 kg). A maior aquisição de “carne bovina de primeira” ocorreu em Goiás (8,9 kg) e de “carnes bovinas de segunda” no Mato Grosso do Sul (10,0 kg). A “carne de sol” e a “carne-seca”, que fazem parte do terceiro grupo, foram mais adquiridas respectivamente no Rio Grande do Norte (1,2 kg) e em Pernambuco (2,1 kg).

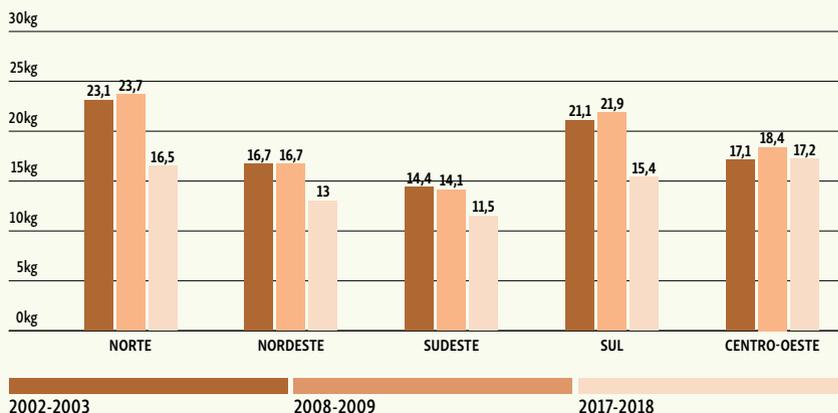


(em kg/per capita/ano)

(b) Por situação do domicílio (2017-2018)



(c) Evolução no período (2002-2018)



Aquisição domiciliar de carnes suínas

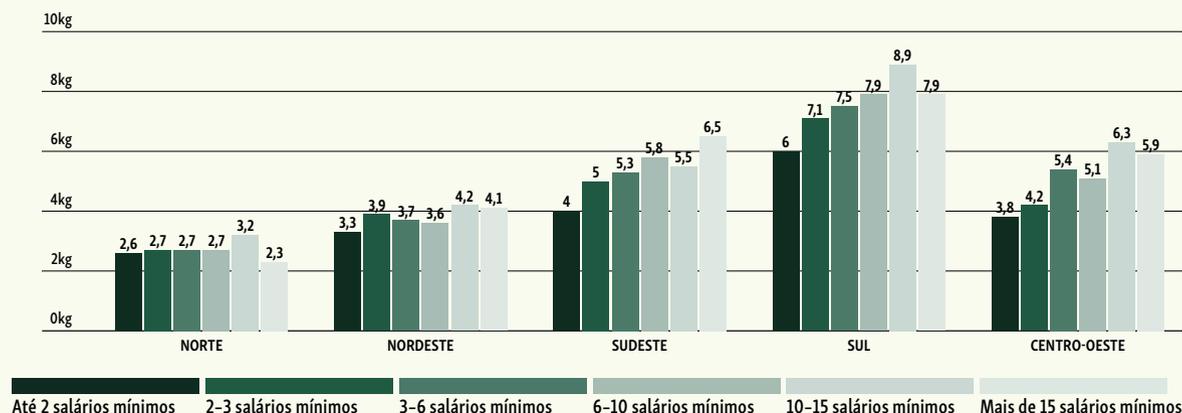
A aquisição de carnes suínas permaneceu praticamente estável durante o primeiro período analisado, em todas as regiões do Brasil, exceto na região Sul, onde houve queda; já no segundo período houve queda na aquisição desse item nas regiões Norte, Sudeste e Sul, e crescimento nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Em 2017-2018, Minas Gerais e os estados da região Sul apresentavam as maiores aquisições *per capita* de carnes suínas do país. Por outro lado, em todos os estados da região Norte, com exceção do Amapá, a aquisição desse tipo de alimento ficou abaixo da média nacional (4,9 kg).

Em todas as regiões do país, a aquisição *per capita* de carnes suínas é maior nos domicílios situados em áreas rurais, com destaque para aqueles localizados na região Sul (10,1 kg). Diferentemente do que se observa em relação às carnes bovinas, a desigualdade na aquisição de carnes suínas é antes regional do que ligada às classes de rendimento: enquanto todas as classes de rendimento das regiões Norte e Nordeste adquirem menos carne suína que a média nacional, nas demais regiões quase todas elas adquirem esse alimento em quantidades próximas ou superiores à média.

G19 Aquisição domiciliar de carnes suínas por região

Fontes: (a) IBGE, [s.d.d.]; (b) IBGE, [s.d.d.]; (c) IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].

(a) Por classes de rendimento (2017-2018)

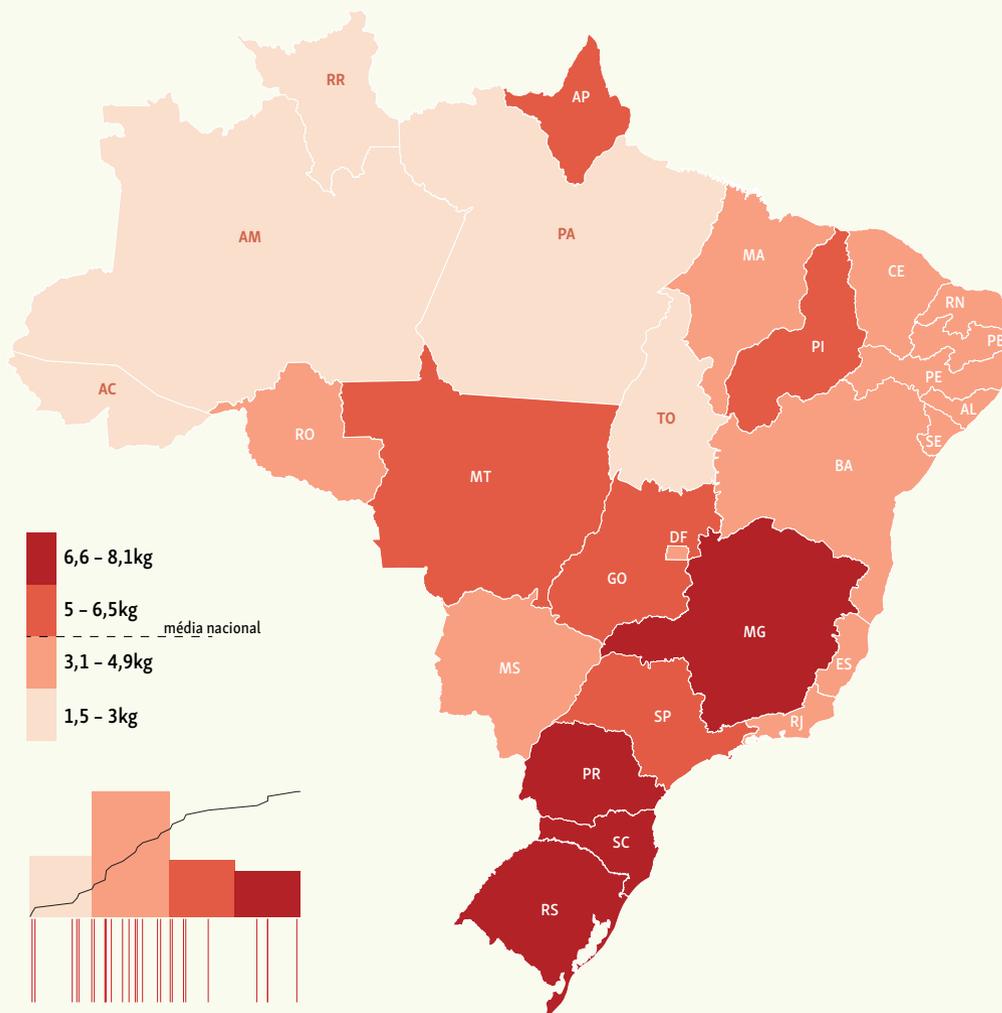


M15 Aquisição domiciliar de carnes suínas (2017-2018)

(em kg/per capita/ano)

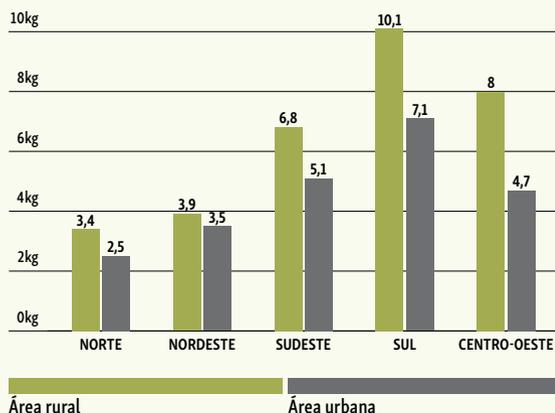
Fonte: IBGE, [s.d.d].

Entre os estados com maior consumo de carne suína, verificou-se maior aquisição de carré no Paraná (1,2 kg), de costela no Rio Grande do Sul (0,84 kg) e de pernil em Minas Gerais (1,07, kg). O Rio Grande do Sul (0,83 kg) também foi o estado com maior aquisição de presunto, enquanto a maior aquisição de mortadela foi registrada no Amapá (1,75 kg).

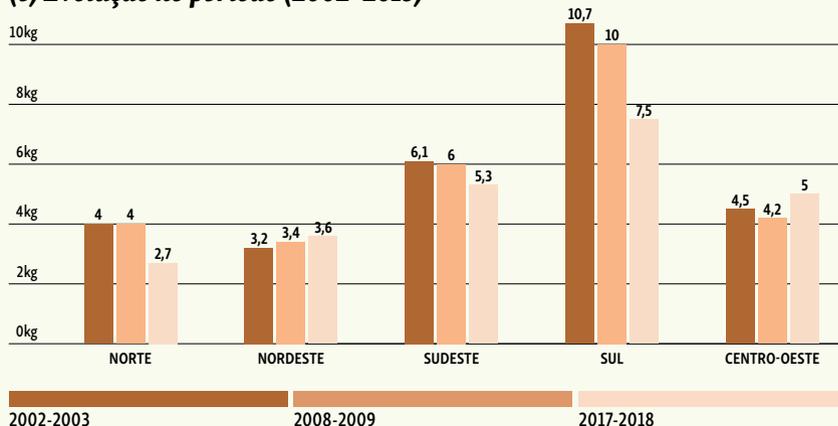


(em kg/per capita/ano)

(b) Por situação do domicílio (2017-2018)



(c) Evolução no período (2002-2018)



Aquisição domiciliar de pescados

Na região Norte observa-se forte queda na aquisição de pescados nos dois períodos, enquanto nas demais regiões, onde a aquisição é expressivamente mais baixa, a tendência foi de estabilidade no primeiro período e quedas mais ou menos intensas no segundo. Em 2017-2018, os estados do Acre (9,6 kg), Amazonas (14,0 kg), Pará (11,0 kg), Amapá (13,6 kg) e Maranhão (11,1 kg) apresentavam médias significativamente superiores à média nacional (2,8 kg). Os estados da região Nordeste, assim como o Rio de Janeiro e o Distrito Federal ocupam uma posição intermediária: neles a aquisição é inferior aos 5 estados com maior aquisição, mas superior aos demais estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Isso faz dos pescados o grupo de alimentos com

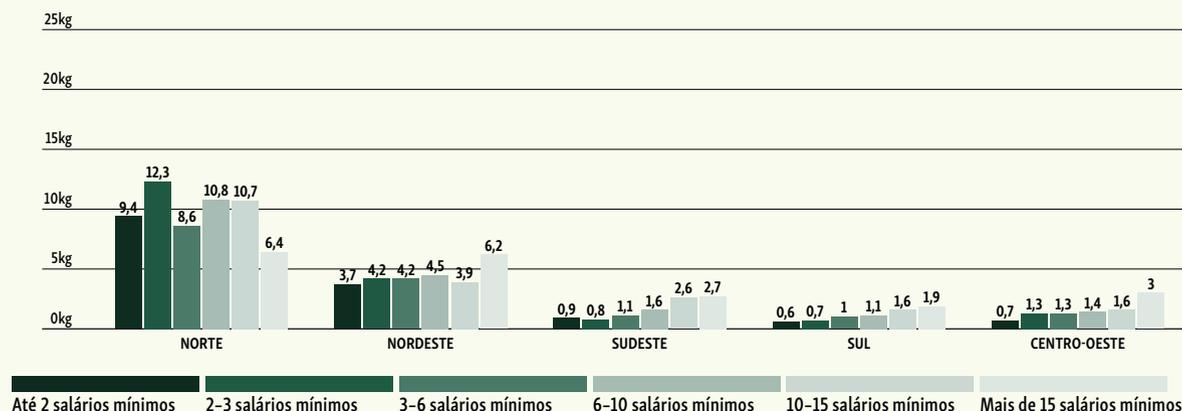
aquisição mais desigual entre os estados (ou regiões) do país.

Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste os domicílios situados em áreas rurais apresentaram aquisição superior à dos domicílios urbanos, enquanto no Sudeste e no Sul a aquisição em áreas rurais e urbanas é parecida. Merece destaque a aquisição *per capita* dos domicílios situados em áreas rurais da região Norte (16,5 kg), superior à dos demais domicílios do país. De maneira geral, nas regiões Norte e Nordeste não há grande desigualdade na aquisição de pescados entre os domicílios pertencentes às diferentes classes de rendimento. Já no Sudeste, Sul e Centro-Oeste a aquisição tende a ser maior conforme aumenta a classe de rendimento.

G20 Aquisição domiciliar de pescados por região

Fontes: (a) IBGE, [s.d.d.]; (b) IBGE, [s.d.d.]; (c) IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].

(a) Por classes de rendimento (2017-2018)

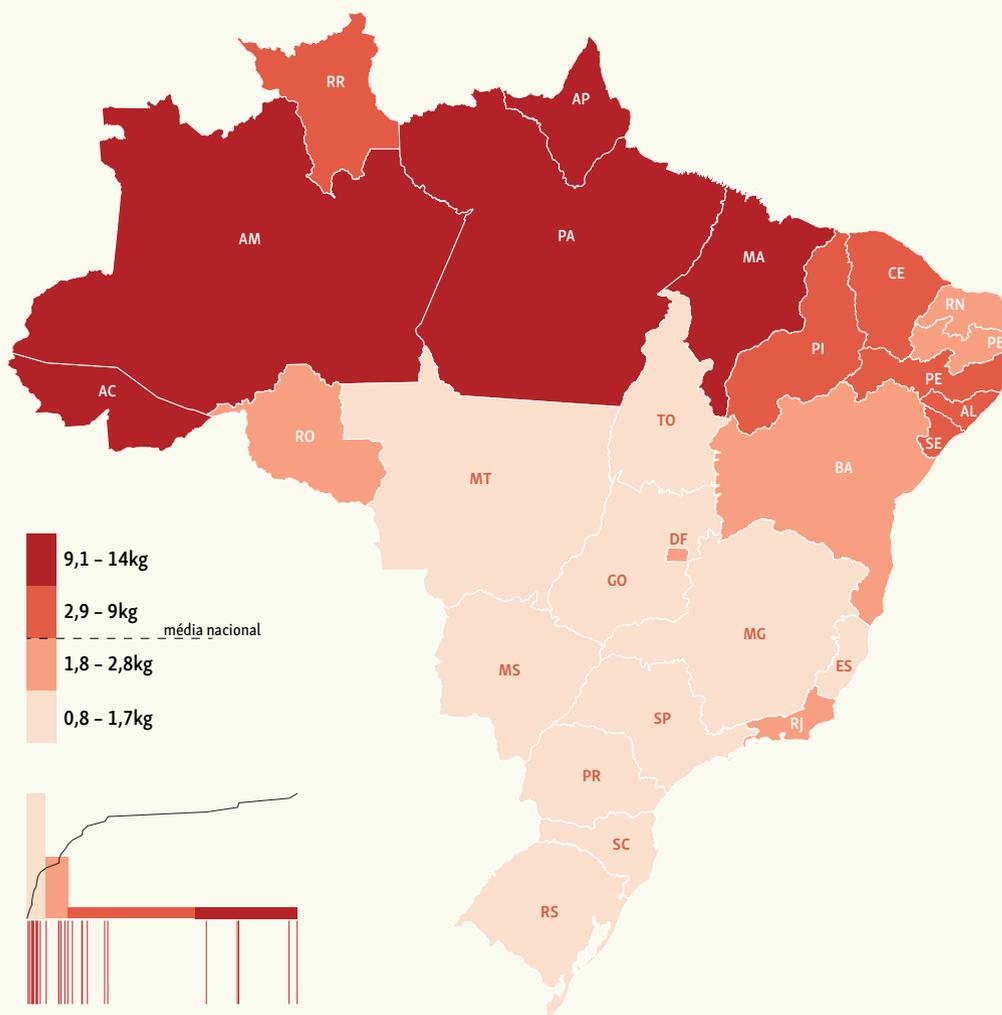


M16 Aquisição domiciliar de pescados (2017-2018)

(em kg/per capita/ano)

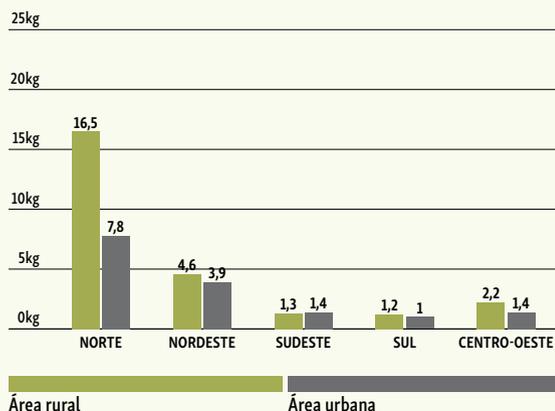
Fonte: IBGE, [s.d.d].

A aquisição de pescados é territorialmente concentrada, havendo evidente regionalização. A aquisição de “pescados de água salgada” (1,4 kg) foi maior do que a de “pescados de água doce” (0,9 kg). No entanto, essa não é a realidade na região Norte, onde a aquisição de “pescados de água salgada” (2,7 kg) é menor do que a de “pescados de água doce” (5,5 kg). No estado do Amazonas, que apresenta a maior aquisição de pescados do país, destacam-se os seguintes pescados frescos: tambaqui (2,9 kg), jaraqui (1,7 kg), curimatã (0,8 kg) e tucunaré (0,5 kg).

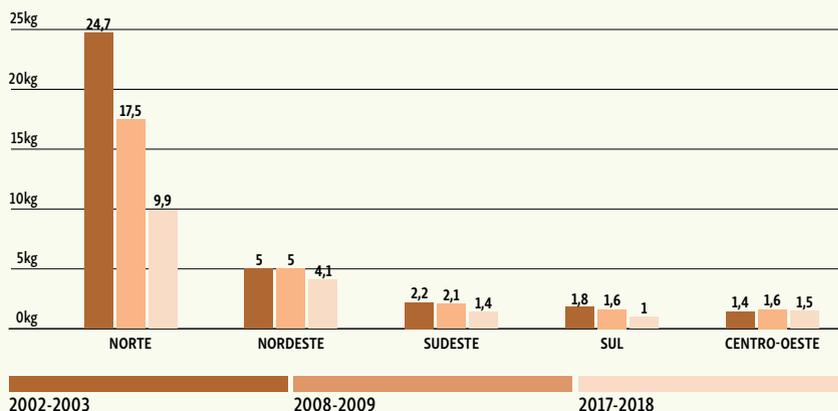


(em kg/per capita/ano)

(b) Por situação do domicílio (2017-2018)



(c) Evolução no período (2002-2018)



Aquisição domiciliar de aves

Entre 2002 e 2018, houve queda na aquisição de aves nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, ao passo que as regiões Norte e Nordeste apresentaram aumento na aquisição desse item. Em 2017-2018, os estados das regiões Norte (exceto Rondônia e Tocantins) e Nordeste apresentavam aquisição *per capita* acima da média nacional (12,4 kg). Já na região Sudeste a aquisição desse alimento esteve abaixo da média em todos os estados.

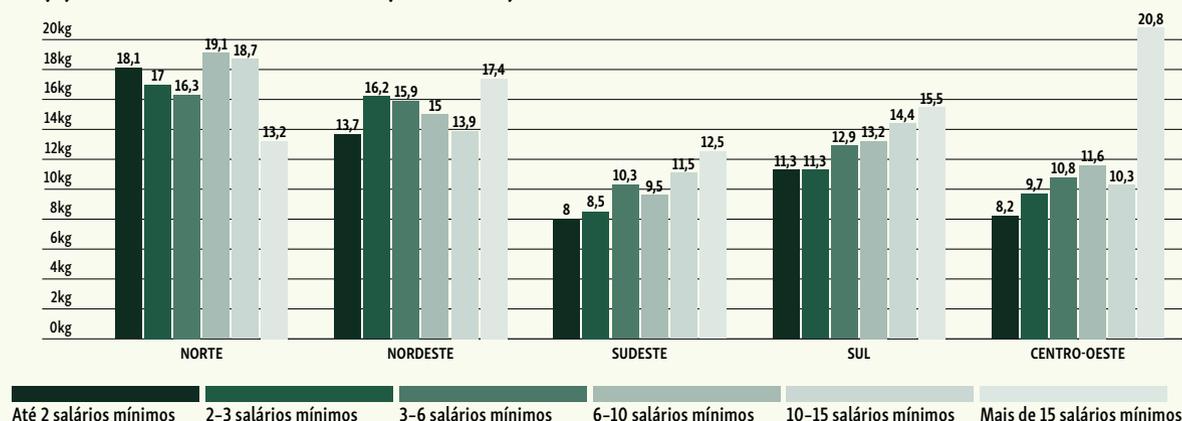
A aquisição *per capita* de aves nos domicílios situados em áreas rurais é superior

àquela realizada pelos domicílios urbanos, em todas as regiões do país, com diferenças mais acentuadas nas regiões Sul e Centro-Oeste. A diferença de aquisição desse alimento entre os domicílios pertencentes às classes extremas de rendimento mostra-se mais significativa apenas na região Centro-Oeste, sendo que na região Norte os domicílios mais pobres apresentam uma aquisição de aves similar ou superior àquela realizada pelos domicílios mais ricos.

G21 Aquisição domiciliar de aves por região

Fontes: (a) IBGE, [s.d.d.]; (b) IBGE, [s.d.d.]; (c) IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].

(a) Por classes de rendimento (2017-2018)

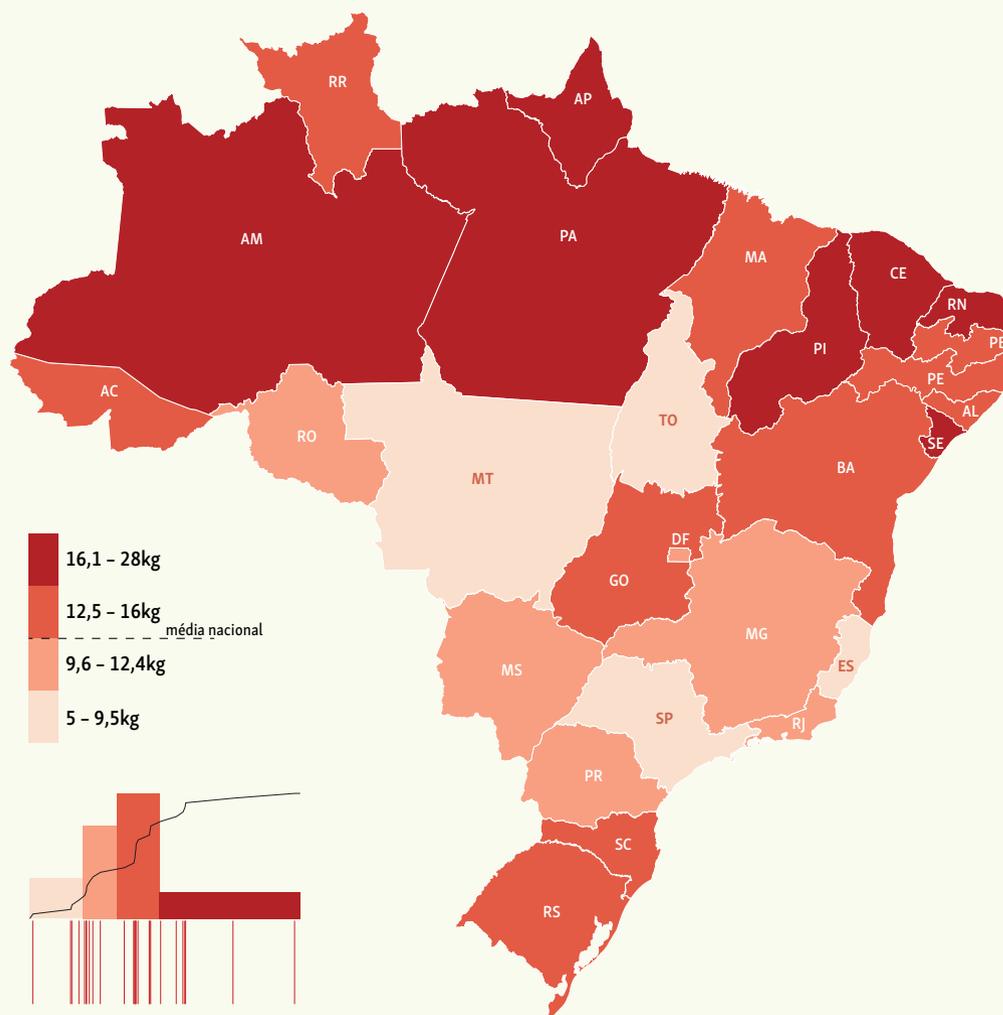


M17 Aquisição domiciliar de aves (2017-2018)

(em kg/per capita/ano)

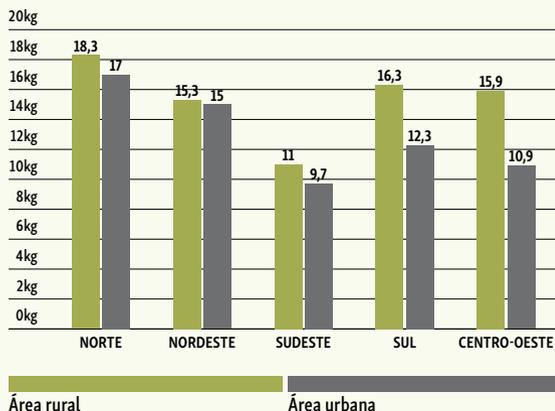
Fonte: IBGE, [s.d.d].

A aquisição de aves é fortemente concentrada nos frangos (12,2 kg), enquanto outras aves apresentam aquisição bem inferior: peru (0,2 kg) e pato (0,02 kg). Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste predomina a aquisição de “frango abatido inteiro”. Na região Sudeste prevalece a aquisição de “peito de frango” e na região Sul de “coxa de frango”.

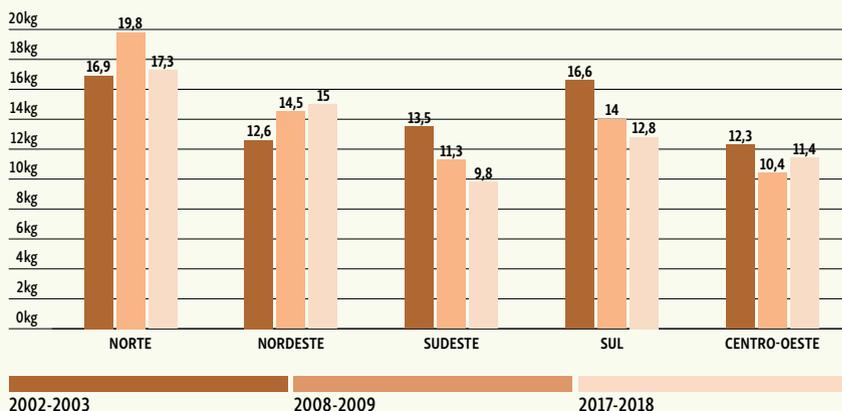


(em kg/per capita/ano)

(b) Por situação do domicílio (2017-2018)



(c) Evolução no período (2002-2018)



Aquisição domiciliar de ovos

A aquisição de ovos cresceu no primeiro período analisado em todas as regiões, exceto na região Sul onde apresentou queda significativa. No segundo período, ela cresceu nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, ficou praticamente estável no Sudeste e Sul, e caiu na região Norte.

Nas regiões Norte e Nordeste, a aquisição de ovos realizada pelos domicílios em áreas urbanas foi superior, enquanto no Sudeste, Sul e Centro-Oeste ela foi maior nos

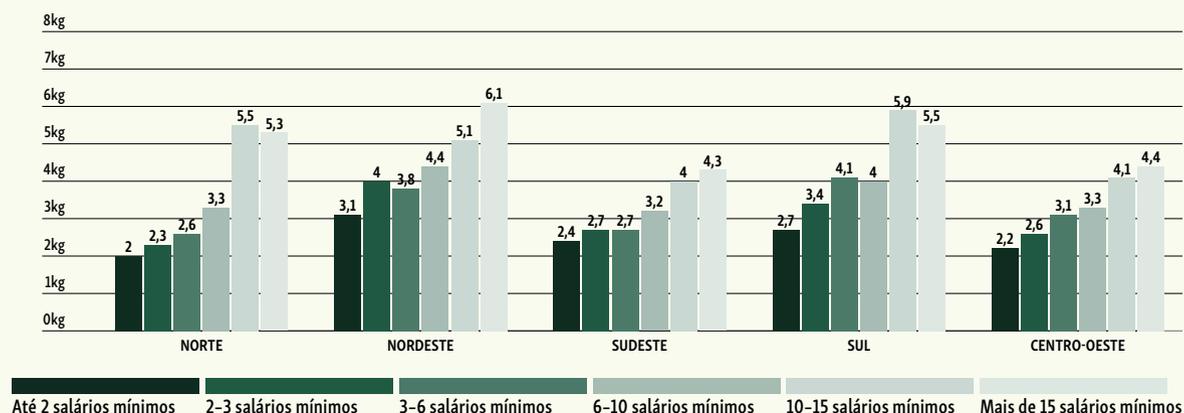
domicílios rurais. Nas áreas rurais do Sul (7,2 kg) e do Centro-Oeste (7,7 kg), a aquisição desse alimento foi significativamente superior à média nacional.

Em todo o país, a aquisição de ovos cresce conforme se eleva a classe de rendimento do domicílio: de maneira geral, os domicílios pertencentes à classe de rendimento mais elevada adquirem 2 vezes mais ovos do que os domicílios mais pobres.

G22 Aquisição domiciliar de ovos por região

Fontes: (a) IBGE, [s.d.d.]; (b) IBGE, [s.d.d.]; (c) IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].

(a) Por classes de rendimento (2017-2018)

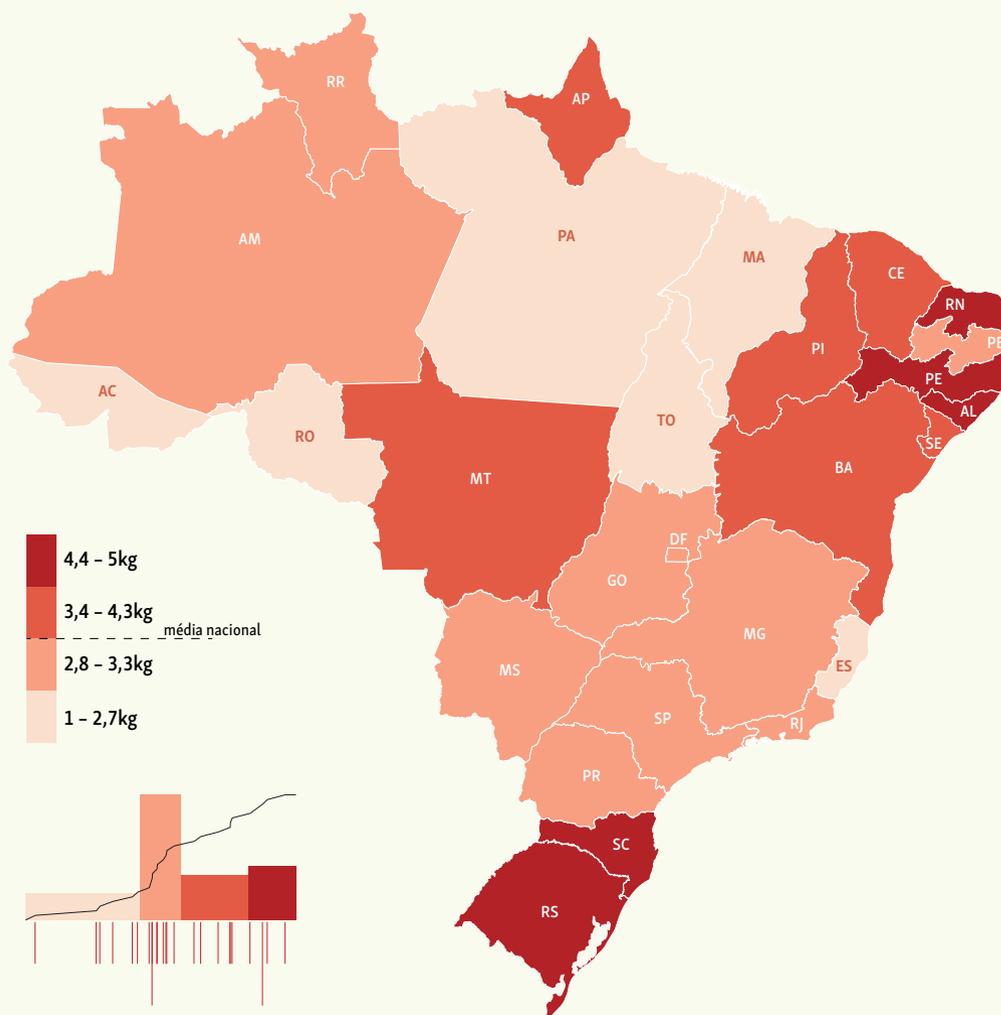


M18 Aquisição domiciliar de ovos (2017-2018)

(em kg/per capita/ano)

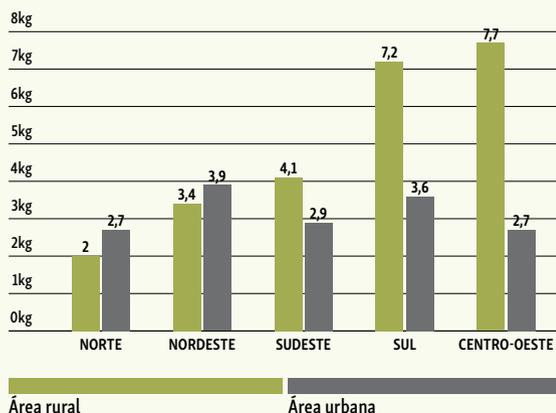
Fonte: IBGE, [s.d.d].

A aquisição de ovos está praticamente restrita aos “ovos de galinhas” (3,3 kg), sendo a categoria de “outros ovos” quase nula (0,02 kg). A aquisição no Rio Grande do Sul foi 4,2 vezes maior do que no Tocantins, estados que apresentam respectivamente a maior e a menor aquisição no país. Dentro da categoria “outros ovos” os dois estados com maior aquisição eram Santa Catarina (0,06 kg) e Rio Grande do Sul (0,05 kg).

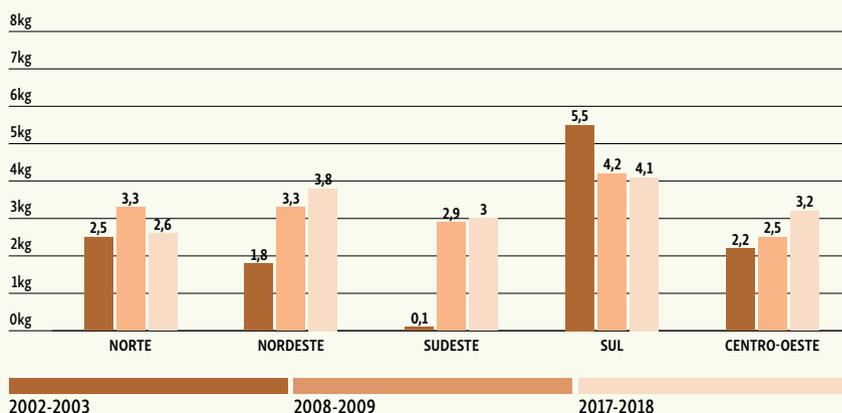


(em kg/per capita/ano)

(b) Por situação do domicílio (2017-2018)



(c) Evolução no período (2002-2018)



Aquisição domiciliar de laticínios

A aquisição de laticínios apresentou queda em ambos os períodos analisados, sendo essa queda menos acentuada nas regiões Norte e Nordeste no primeiro período. Em 2017-2018, com exceção do Rio Grande do Norte, todos os estados dessas duas regiões apresentavam aquisição *per capita* de laticínios abaixo da média nacional (32,2 kg). Já os estados de Minas Gerais (43,1 kg), São Paulo (41,3 kg), Santa Catarina (57,1 kg) e Rio Grande do Sul (52,9 kg) apresentavam as maiores aquisições desse item no país.

Nas regiões Norte e Nordeste, a aquisição foi maior nos domicílios situados em

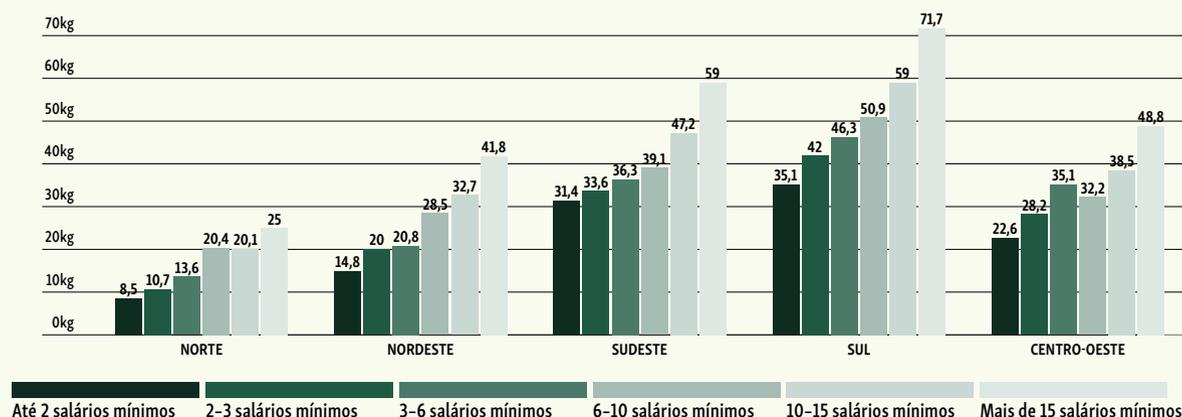
áreas urbanas, enquanto no Sudeste, Sul e Centro-Oeste ela foi maior nas áreas rurais. Destacam-se as aquisições das áreas rurais das regiões Sul (54,1 kg) e Centro-Oeste (63,1 kg), significativamente superiores à média nacional.

Além da expressiva desigualdade na aquisição de laticínios apresentada pelos estados e regiões brasileiros, ela também é bastante desigual entre as classes de rendimento: os domicílios pertencentes à classe de rendimento mais elevada adquirem entre 1,9 (Sudeste) e 2,9 (Norte) vezes mais laticínios do que os domicílios com menor rendimento.

G23 Aquisição domiciliar de laticínios por região

Fontes: (a) IBGE, [s.d.d.]; (b) IBGE, [s.d.d.]; (c) IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].

(a) Por classes de rendimento (2017-2018)

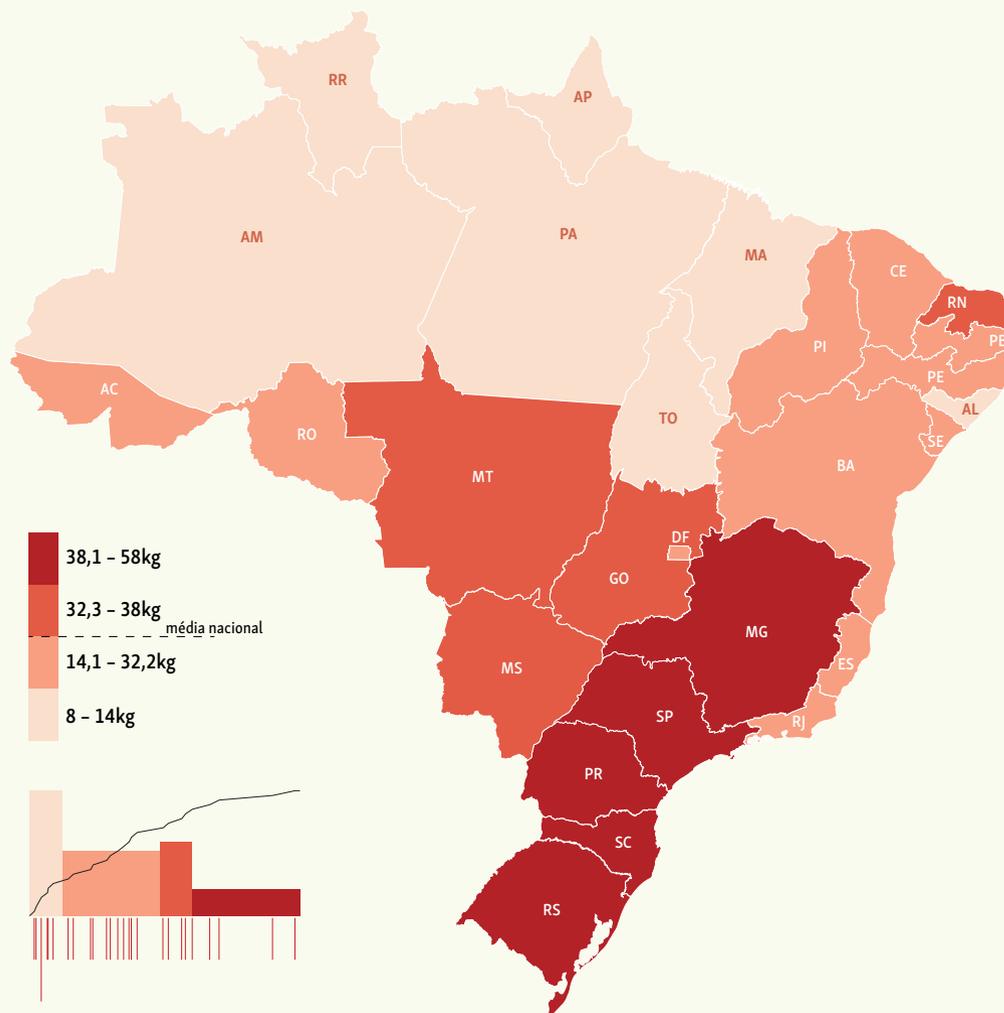


M19 Aquisição domiciliar de laticínios (2017-2018)

(em kg/per capita/ano)

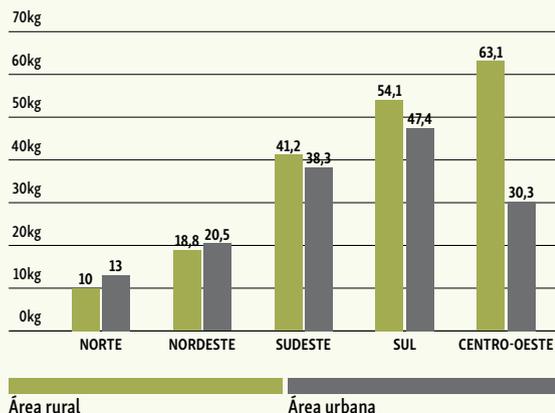
Fonte: IBGE, [s.d.d].

Entre os laticínios destacam-se as aquisições de “leite pasteurizado” (20,1kg), “leite de vaca fresco” (3,8 kg), “queijos e requeijão” (2,2 kg) e iogurte (1,6 kg). No Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe a aquisição de “leite de vaca fresco” supera a de “leite pasteurizado”. Com relação à manteiga, o estado com maior aquisição é Goiás (1,0 kg). Minas Gerais (0,9 kg) apresenta apenas a quinta maior aquisição de “queijo minas”, sendo Pernambuco (1,9 kg) o estado com maior aquisição desse produto.

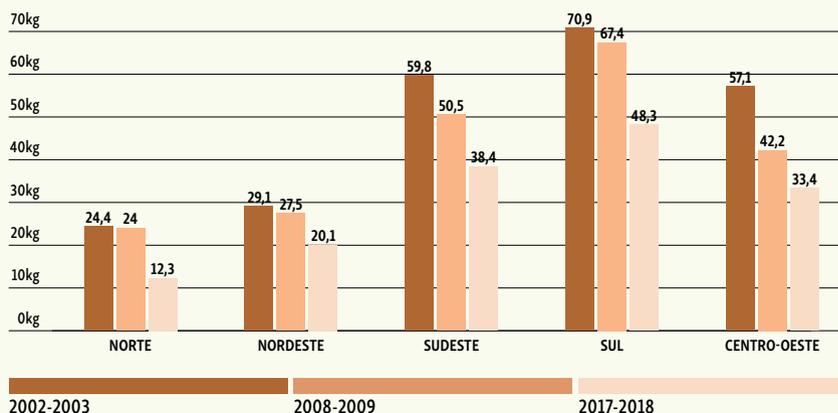


(em kg/per capita/ano)

(b) Por situação do domicílio (2017-2018)



(c) Evolução no período (2002-2018)



Aquisição domiciliar de açúcares, doces e produtos de confeitaria

A aquisição de açúcares, doces e outros produtos de confeitaria apresentou queda nos dois períodos analisados em todas as regiões do Brasil, com exceção da região Norte, que apresentou crescimento no primeiro período. Em 2017-2018, o Rio Grande do Norte (18 kg), Minas Gerais (17,4 kg) e Santa Catarina (19,6 kg) apresentaram aquisições *per capita* significativamente maiores desse item do que a média nacional (14,1 kg).

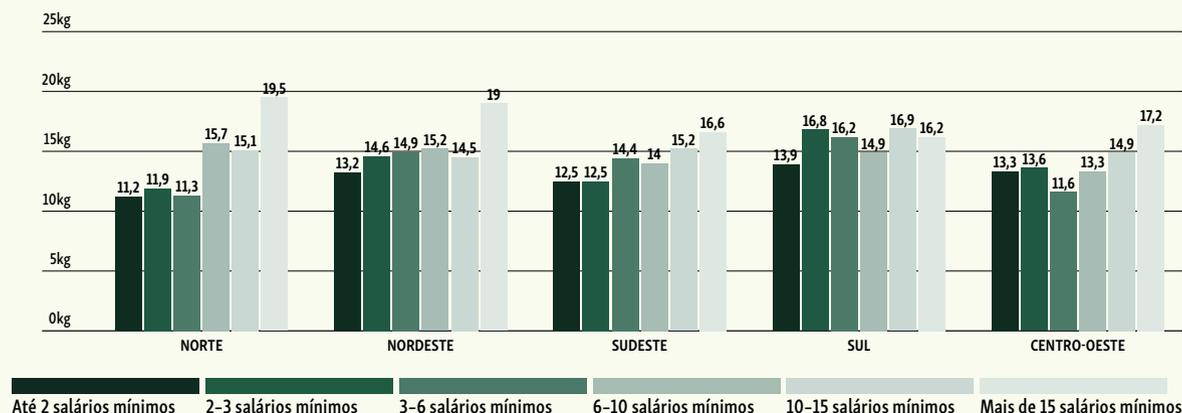
Em todas as regiões, a aquisição desses

alimentos foi superior nos domicílios situados em áreas rurais, com destaque para aqueles das regiões Sudeste (21,5 kg) e Sul (24,4 kg). Os domicílios pertencentes às diferentes classes de rendimento adquiriram quantidades semelhantes desse item em todo o país, com exceção dos domicílios com rendimento superior a 15 salários-mínimos localizados nas regiões Norte (19,5 kg) e Nordeste (19,0 kg), que apresentaram aquisições mais elevadas.

G24 Aquisição domiciliar de açúcares, doces e produtos de confeitaria por região

Fontes: (a) IBGE, [s.d.d.]; (b) IBGE, [s.d.d.]; (c) IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].

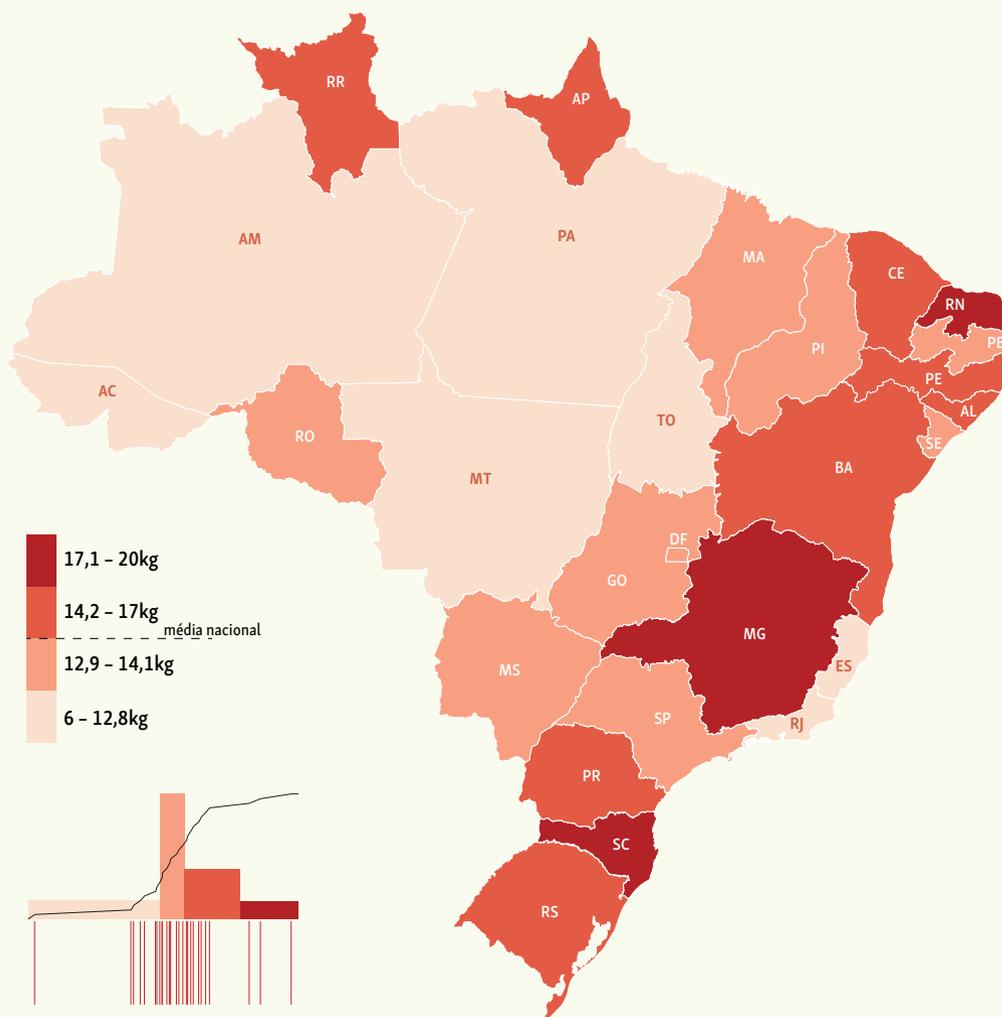
(a) Por classes de rendimento (2017-2018)



M20 Aquisição domiciliar de açúcares, doces e produtos de confeitaria (2017-2018) (em kg/per capita/ano)

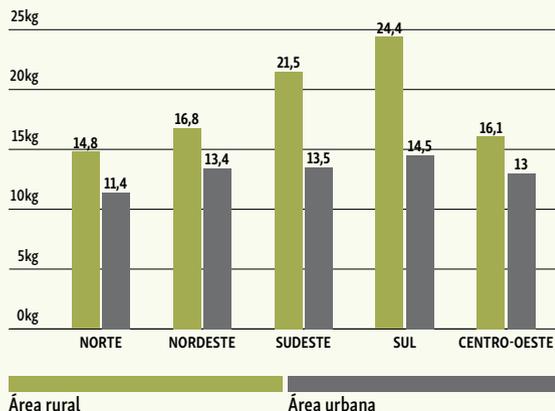
Fonte: IBGE, [s.d.d].

A aquisição de “açúcares, doces e produtos de confeitaria” concentra-se em dois produtos: “açúcar cristal” (6,0 kg) e “açúcar refinado” (3,7 kg). A maior aquisição de “açúcar cristal” foi registrada em Minas Gerais (12,4 kg) e de “açúcar refinado” em Santa Catarina (11,4 kg). O Rio Grande do Sul apresentou as maiores aquisições de “chocolate em tablete” (0,5 kg) e “doce a base de leite” (0,3 kg) e São Paulo de sorvete (1,5 kg).

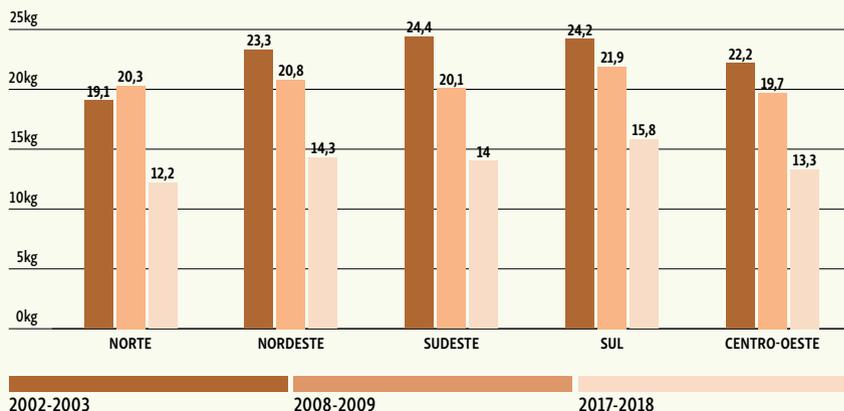


(em kg/per capita/ano)

(b) Por situação do domicílio (2017-2018)



(c) Evolução no período (2002-2018)



Aquisição domiciliar de refrigerantes

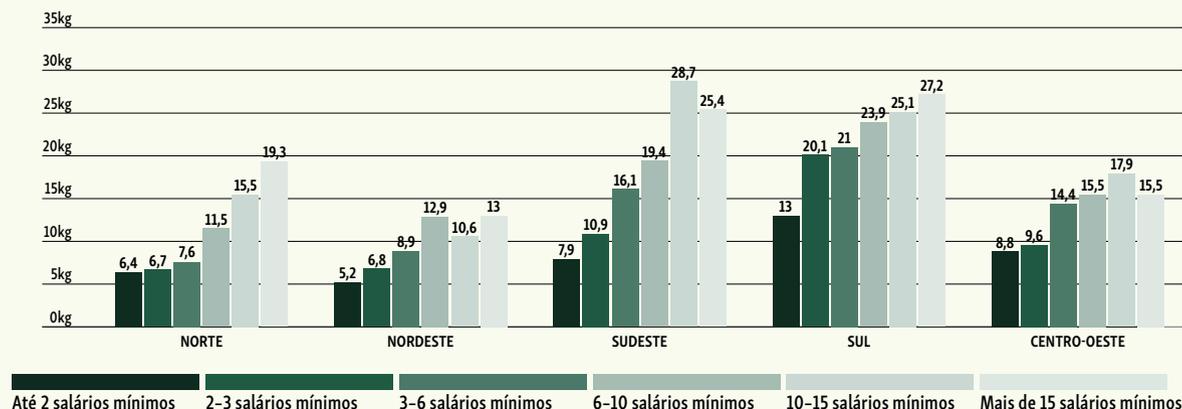
A aquisição de refrigerantes apresentou crescimento no primeiro período analisado e queda no segundo, em quase todas as regiões; a exceção foi a região Sudeste, onde houve queda em ambos os períodos. Em 2017-2018, todos os estados das regiões Norte e Nordeste apresentavam aquisição *per capita* de refrigerantes inferior à média nacional (13,8 kg). Já as maiores aquisições foram registradas nos estados de São Paulo (19,3 kg), Paraná (18,7 kg), Santa Catarina (18,3 kg) e Rio Grande do Sul (25,8 kg).

Em todas as regiões, a aquisição de refrigerantes foi bem maior nos domicílios situados em áreas urbanas (exceto na região Sul, onde essa diferença é menos significativa). A aquisição desse item alimentar também é bastante desigual quando se considera o rendimento dos domicílios: aqueles pertencentes à classe de rendimento mais elevada adquirem entre 1,8 (Centro-Oeste) e 3,2 (Sudeste) vezes mais refrigerantes do que os domicílios com menor rendimento.

G25 Aquisição domiciliar de refrigerantes por região

Fontes: (a) IBGE, [s.d.d.]; (b) IBGE, [s.d.d.]; (c) IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].

(a) Por classes de rendimento (2017-2018)

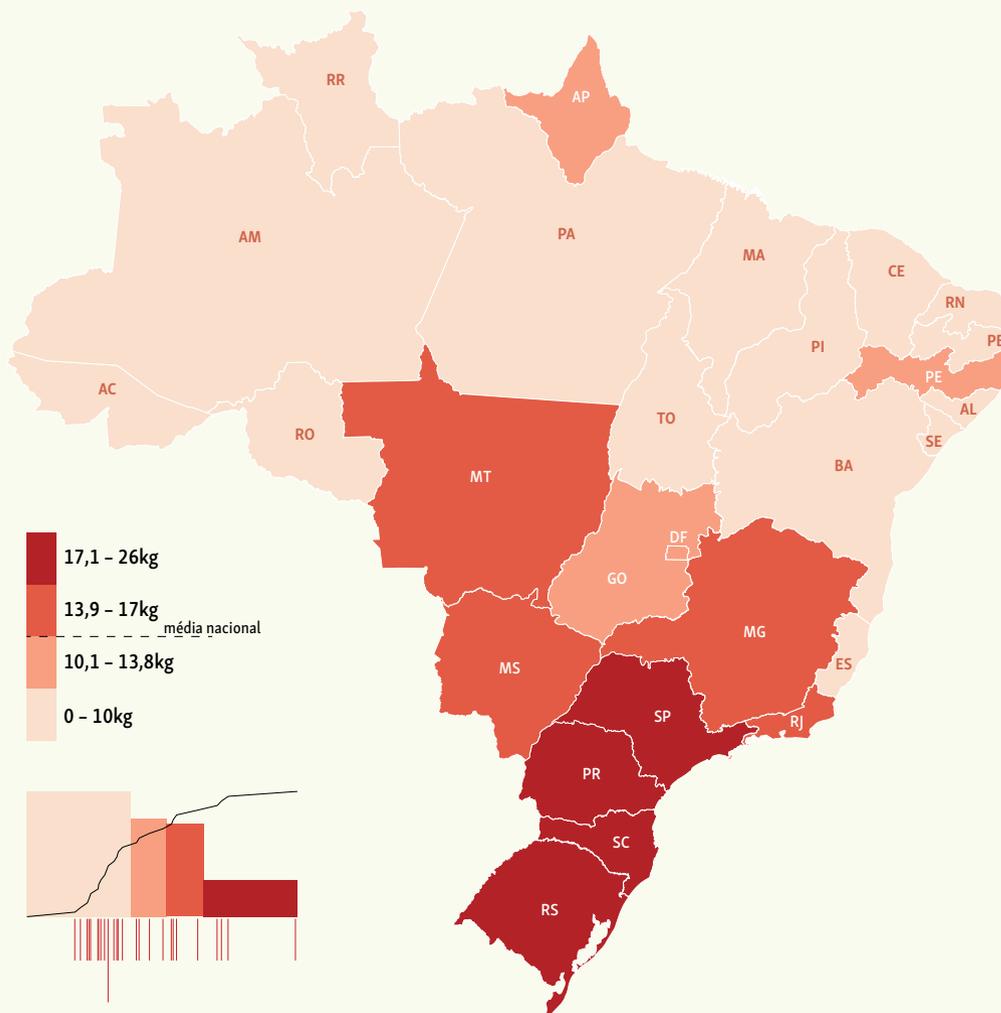


M21 Aquisição domiciliar de refrigerantes (2017-2018)

(em kg/per capita/ano)

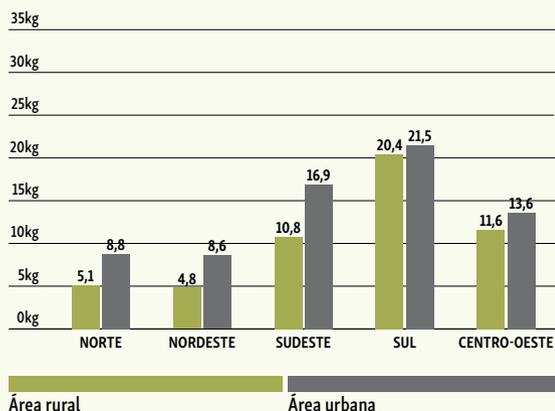
Fonte: IBGE, [s.d.d].

O “refrigerante de cola” (6,8 kg) é o mais adquirido, seguido do “refrigerante de guaraná” (3,6 kg). Com relação ao “refrigerante de cola” a maior aquisição foi verificada no Rio Grande do Sul (14,9 kg) e a menor no Maranhão (1,9 kg). O Rio Grande do Sul (6,0 kg) também apresenta a maior aquisição de “refrigerante de guaraná”, mas neste caso a menor aquisição foi registrada no Tocantins (1,1 kg).

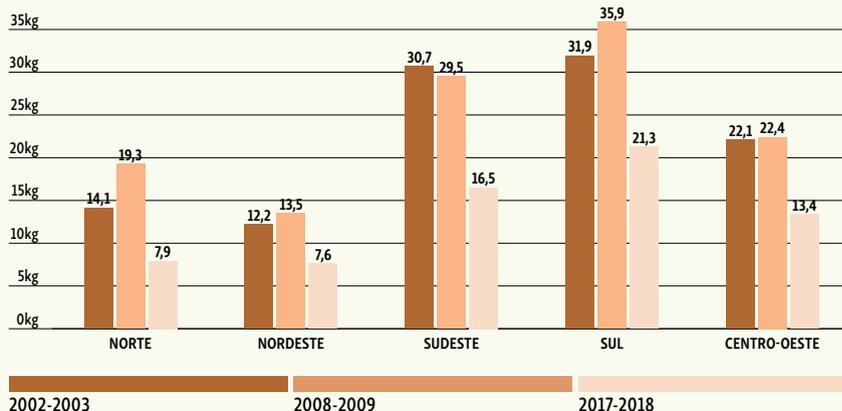


(em kg/per capita/ano)

(b) Por situação do domicílio (2017-2018)



(c) Evolução no período (2002-2018)



Aquisição domiciliar de alimentos preparados e misturas industriais

Entre 2002 e 2018, houve crescimento na aquisição de alimentos preparados e misturas industriais em todas as regiões do país, sendo que nas regiões Norte e Sul houve crescimento no primeiro período e queda no segundo. Em 2017-2018, os estados da região Sul, juntamente com São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul apresentaram as maiores aquisições *per capita* desse item, enquanto quase todos os estados das regiões Norte e Nordeste apresentaram aquisição abaixo da média nacional (4,0 kg).

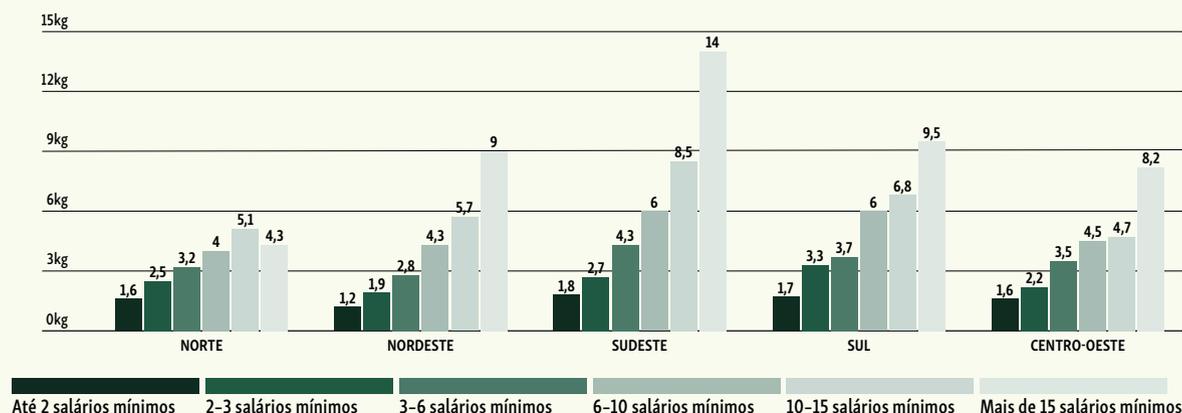
Em todas as regiões do país, a aquisição de

alimentos preparados e misturas industriais foi significativamente maior nos domicílios situados em áreas urbanas, com destaque para as áreas urbanas das regiões Sudeste (5,3 kg) e Sul (5,0 kg), onde os valores foram superiores à média nacional. A aquisição desse tipo de alimento também é bastante desigual quando se considera o rendimento: os domicílios pertencentes à classe de rendimento mais elevada adquirem entre 2,7 (Norte) e 7,9 (Sudeste) vezes mais alimentos preparados e misturas industriais do que os domicílios com menor rendimento.

G26 Aquisição domiciliar de alimentos preparados e misturas industriais por região

Fontes: (a) IBGE, [s.d.d.]; (b) IBGE, [s.d.d.]; (c) IBGE, [s.d.a], [s.d.b], [s.d.d].

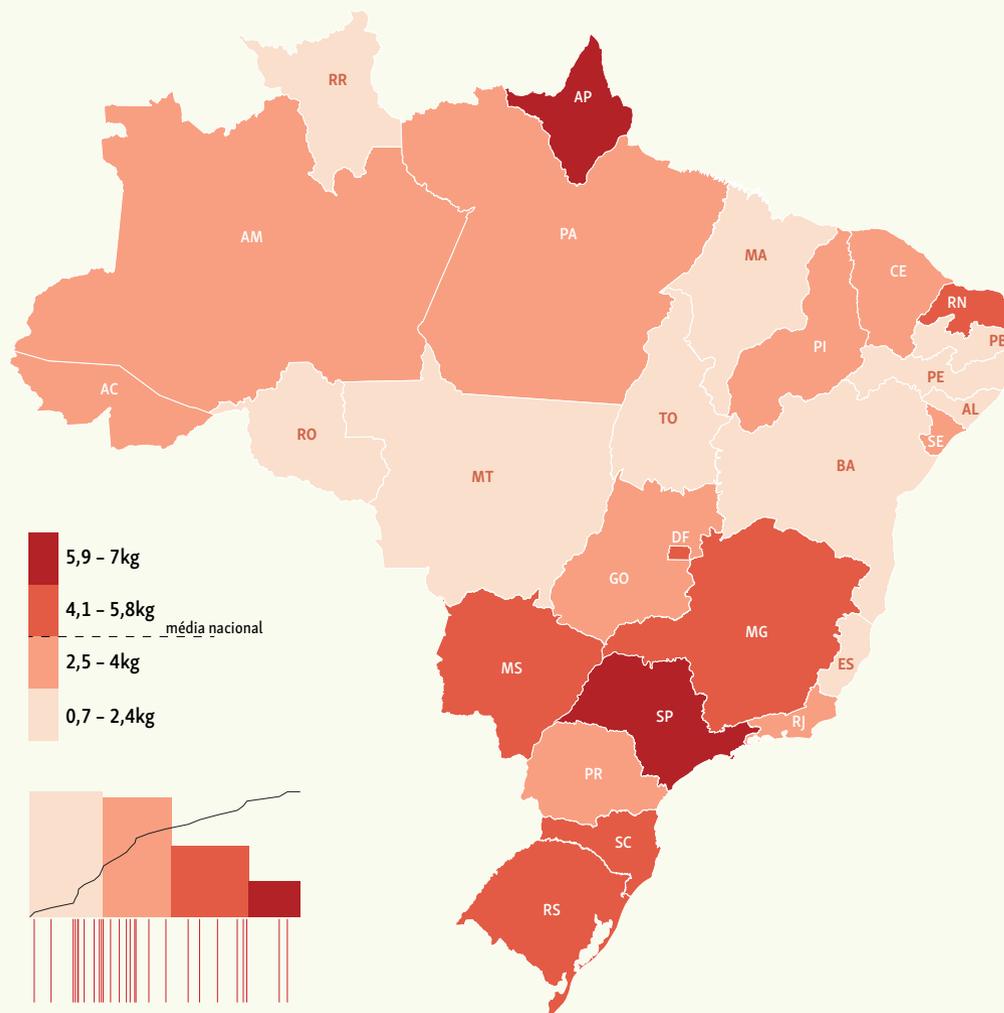
(a) Por classes de rendimento (2017-2018)



M22 Aquisição domiciliar de alimentos preparados e misturas industriais (2017-2018) (em kg/per capita/ano)

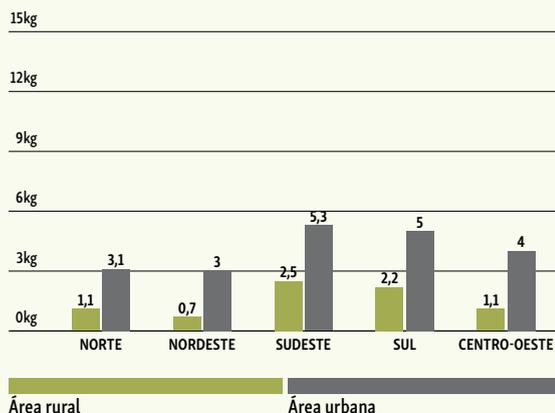
Fonte: IBGE, [s.d.d].

Entre os “alimentos preparados e misturas industriais” destacam-se as aquisições de refeição (0,7 kg), massa (0,7 kg) e “frango assado ou defumado” (0,6 kg). A maior aquisição de refeição foi verificada no Rio Grande do Norte (2,1 kg), de massa em São Paulo (1,6 kg) e de “frango assado ou defumado” no Amapá (2,5 kg). Por sua vez, o Distrito Federal (0,8 kg) apresentou o maior consumo de “alimento congelado”.

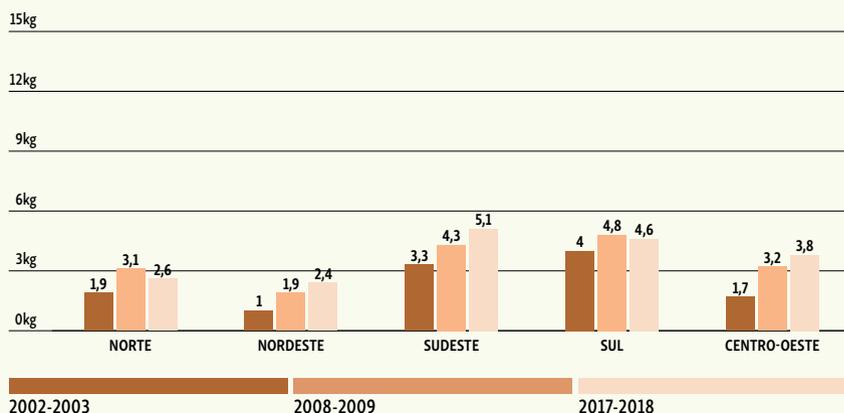


(em kg/per capita/ano)

(b) Por situação do domicílio (2017-2018)



(c) Evolução no período (2002-2018)



Uma visão de conjunto da aquisição domiciliar dos grupos de alimentos

A aquisição alimentar domiciliar *per capita*, portanto a disponibilidade domiciliar de alimentos, é bastante desigual no Brasil. Buscando oferecer uma visão de conjunto da expressão dessa desigualdade nos diferentes alimentos ou grupos de alimentos selecionados por este atlas, o gráfico (G27) considera simultaneamente a razão entre a aquisição de cada um deles pelos domicílios pertencentes às classes extremas de rendimento (até 2 e acima de 15 salários-mínimos) e a razão entre sua maior e sua menor aquisição entre as cinco regiões do país definidas pelo IBGE. Para isso, os valores máximos foram divididos pelos valores mínimos, criando-se assim um indicador que informa quantas vezes a maior aquisição supera a menor aquisição, seja de acordo com as classes de rendimento (eixo x), seja de acordo com as regiões (eixo y).

No gráfico (G27), os alimentos e grupos de alimentos mais distantes dos eixos são aqueles cujas aquisições se apresentam mais desiguais. Assim, ele mostra, por exemplo, que a aquisição de frutas varia mais em função da classe de rendimento na qual se inserem os domicílios do que em função da grande região do país onde eles se localizam. Em sentido inverso, a aquisição de farinhas e féculas varia mais em função da localização

dos domicílios do que da classe de rendimento a que pertencem.

Em 8 dos 17 grupos de alimentos analisados – arroz; feijão; massas; panificados; carnes bovinas; aves; ovos; e açúcares, doces e produtos de confeitaria –, a variação entre as maiores e as menores aquisições, seja do ponto de vista regional seja do ponto de vista do rendimento, foi de até 2 vezes. Mesmo que uma diferença da ordem de 100% seja bastante significativa para a aquisição de alimentos, é possível afirmar que no Brasil a aquisição desses 8 alimentos ou grupos tende a ser menos desigual do que aquela verificada nos demais. Dentro desse universo, nota-se que, no caso do feijão, das massas e das aves, o fator regional pesa mais do que a classe de rendimento. Esse quadro se inverte no caso das carnes bovinas, dos ovos e dos panificados, para os quais tem mais peso a classe de rendimento do domicílio do que o fator regional. Já para o arroz e para os açúcares, doces e produtos de confeitaria, ambos os fatores têm praticamente o mesmo peso.

Para 3 outros alimentos ou grupos de alimentos – farinhas e féculas, carne suínas e laticínios –, a desigualdade de aquisição relacionada à localização dos domicílios no território nacional foi maior do que 2 vezes e

superior à desigualdade relacionada à classe de rendimento a que pertencem os domicílios. Essa relação é evidente para as farinhas e féculas e para as carnes suínas, pois, para ambas, a desigualdade na aquisição das classes extremas de rendimento é inferior a 100%. Já a aquisição de laticínios apresenta grande desigualdade regional, acompanhada de desigualdade ligada ao rendimento dos domicílios, embora esta seja menos intensa do que a primeira.

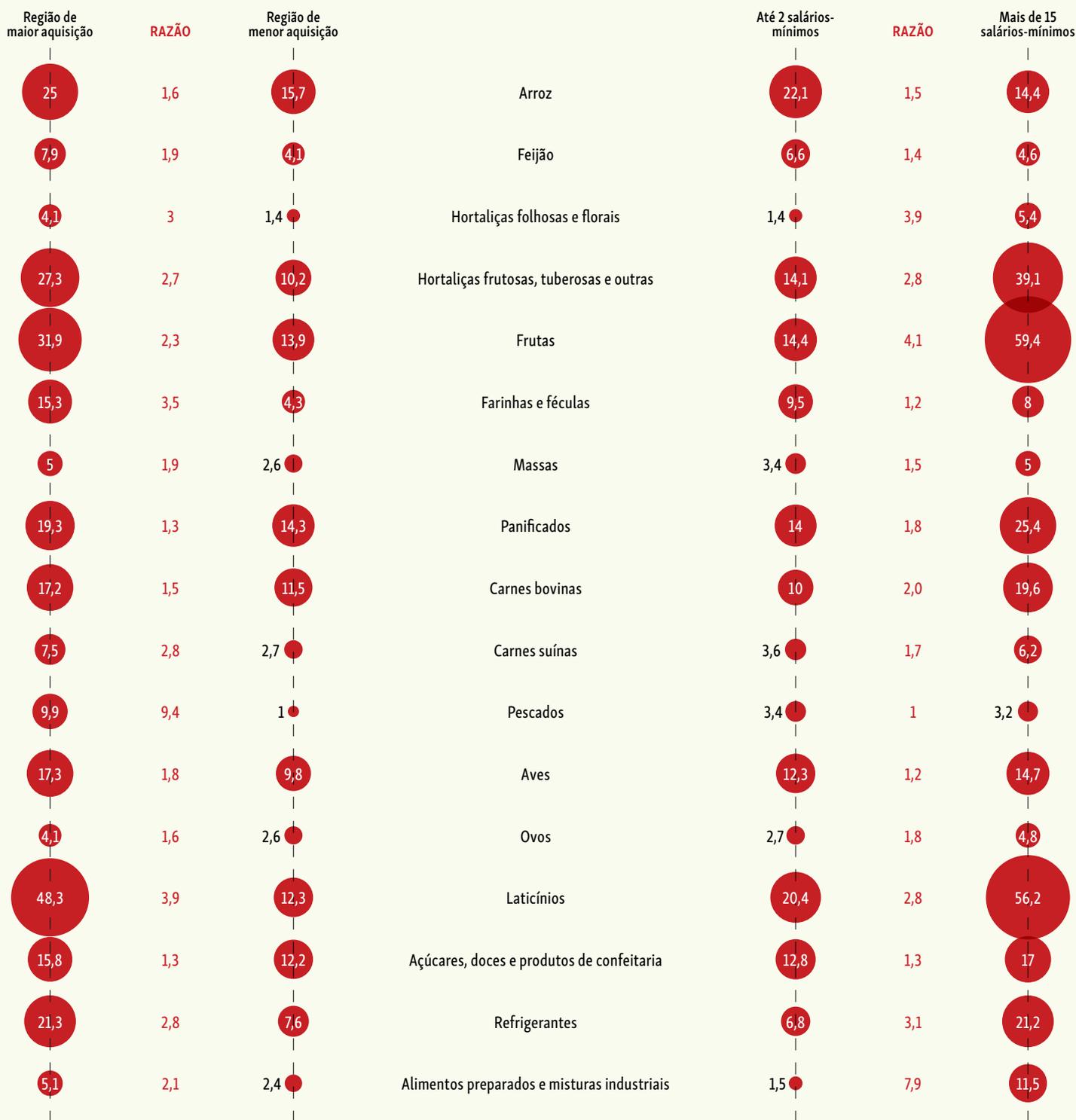
Outros 4 alimentos ou grupos de alimentos – hortaliças frutosas e tuberosas; refrigerantes; hortaliças folhosas e florais; e frutas – assemelham-se pelo fato de que a desigualdade de sua aquisição em função da classe de rendimento do domicílio foi maior do que 2 vezes e superior à desigualdade de sua aquisição relacionada à localização dos domicílios no território nacional.

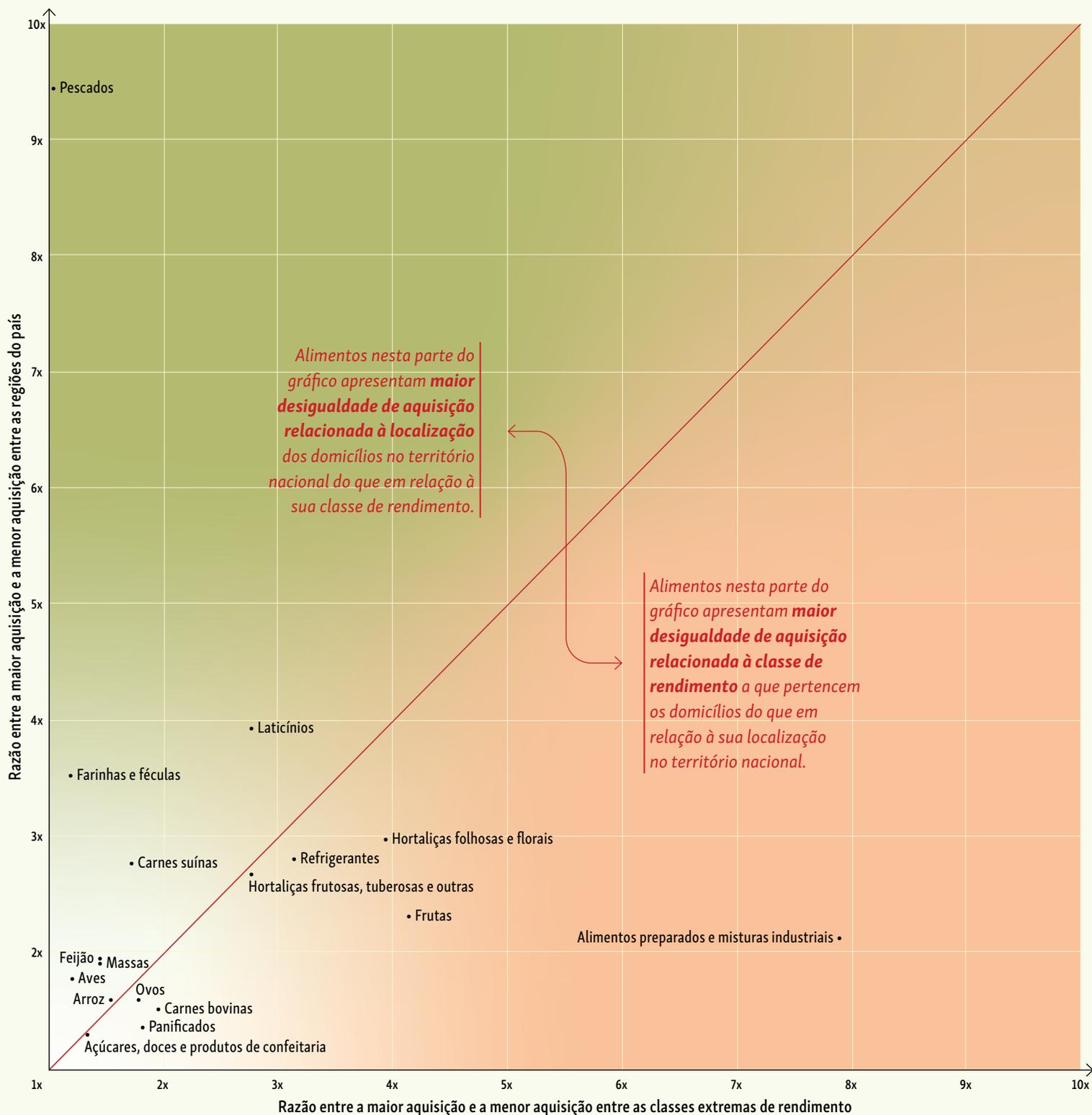
Por fim, 2 grupos de alimentos – os pescados e os alimentos preparados e misturas industriais – apresentaram maiores desigualdades seja em função da localização ou da classe de rendimento, do que todo os demais analisados. A aquisição de pescados apresentou a maior desigualdade em termos regionais, e uma baixíssima desigualdade em termos de rendimento (por causa de sua alta aquisição pelos domicílios da região Norte).

Já os alimentos preparados e misturas industriais apresentaram a maior desigualdade relacionada às classes de rendimento.

G27 Razão na aquisição dos grupos de alimentos de aquisição mais desigual, por região e classe extrema de rendimento (2017-2018)

Fonte: IBGE, [s.d.d].





Avaliação da disponibilidade domiciliar de alimentos com base na classificação NOVA

Desde a edição de 2008-2009, a POF apresenta também uma avaliação da disponibilidade domiciliar de alimentos com base na classificação NOVA, “que divide os alimentos segundo a extensão e o propósito do processamento industrial a que foram submetidos antes de sua aquisição pelos indivíduos” (IBGE, 2020a, p. 36). Reconhecida internacionalmente e utilizada como base para a elaboração do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014)¹⁰, essa classificação divide os alimentos em quatro categorias: alimentos *in natura* ou minimamente processados, ingredientes culinários processados, alimentos processados e alimentos ultraprocessados.

O Guia Alimentar para a População Brasileira recomenda que os alimentos *in natura* ou minimamente processados constituam a base da alimentação. Quanto aos ingredientes culinários processados e aos alimentos processados, a recomendação é que sejam utilizados em pequenas quantidades como parte ou acompanhamento das preparações culinárias. Por fim, o guia recomenda que os alimentos ultraprocessados sejam evitados (BRASIL, 2014).

Veja a seguir como os grupos alimentares são classificados pela NOVA:

10 Disponível para consulta em: <https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2021.

GRUPO 1: alimentos *in natura* ou minimamente processados



GRUPO 2: ingredientes culinários processados



GRUPO 3: alimentos processados



GRUPO 4: alimentos ultraprocessados



Q2 Grupos de alimentos da classificação NOVA (adaptado de IBGE, 2020a, p. 36 e 37).

Alimentos in natura ou minimamente processados

Fonte: IBGE, 2020a, p. 36 e 37.

Definição e características

Alimentos *in natura* são aqueles obtidos diretamente de plantas ou animais (como folhas e frutos ou ovos e leite) e adquiridos para consumo sem que tenham sofrido qualquer alteração após deixarem a natureza.

A aquisição de alimentos *in natura* é limitada a algumas variedades, como frutas, legumes, verduras, raízes, tubérculos e ovos.

Alimentos minimamente processados são alimentos *in natura* submetidos a processos como remoção de partes não comestíveis ou não desejadas dos alimentos, secagem, desidratação, trituração ou moagem, fracionamento, torra, cocção apenas com água, pasteurização, refrigeração ou congelamento, acondicionamento em embalagens, empacotamento a vácuo, e fermentação não alcoólica.

A maior parte desses processos objetiva aumentar a duração dos alimentos *in natura*, permitindo estocagem prolongada. Outros propósitos incluem facilitar ou diversificar a preparação culinária dos alimentos (remoção de partes não comestíveis, fracionamento e trituração ou moagem) ou modificar o seu sabor (torra de grãos de café ou de folhas de chá e fermentação do leite para produção de iogurtes).

Exemplos

- Arroz branco, integral ou parboilizado, a granel ou embalado;
- milho em grão ou na espiga, grãos de trigo e de outros cereais;
- batata, mandioca e outras raízes e tubérculos;
- feijão, lentilhas, grão de bico e outras leguminosas;
- carnes bovina, de porco e de aves;
- frutas frescas, congeladas ou secas, suco de frutas pasteurizado (e sem adição de açúcar);
- legumes e verduras;
- ervas frescas ou secas;
- castanhas, nozes e sementes sem sal ou açúcar;
- farinhas de mandioca, de milho ou de trigo e macarrão ou massas frescas ou secas feitas com essas farinhas e água;
- leite pasteurizado, ultrapasteurizado ou em pó, iogurte (sem adição de açúcar);
- cogumelos frescos ou secos.



Ingredientes culinários processados

Fonte: IBGE, 2020a, p. 36 e 37.

Definição e características

Substâncias extraídas diretamente de alimentos do Grupo 1 ou da natureza e usualmente consumidas como itens de preparações culinárias. Os processos envolvidos na extração dessas substâncias incluem prensagem, trituração, moagem, pulverização, secagem e refino.

O propósito do processamento é a fabricação de produtos utilizados para temperar e cozinhar alimentos *in natura* ou minimamente processados e, de modo geral, para confeccionar preparações culinárias baseadas nesses alimentos.

Exemplos

- Sal de cozinha refinado ou grosso;
- açúcar de mesa, mel e rapadura;
- óleos vegetais e gorduras (manteiga, gordura de porco e gordura de coco);
- féculas;
- vinagre.



Alimentos processados

Fonte: IBGE, 2020a, p. 36 e 37.

Definição e características

Produtos fabricados com a adição de sal ou açúcar e eventualmente óleos, gorduras, vinagre ou outra substância do Grupo 2 a um alimento do Grupo 1, sendo em sua maioria produtos com dois ou no máximo três ingredientes. Os processos envolvidos na fabricação desses produtos podem incluir diferentes métodos de cocção e, no caso de queijos e pães, a fermentação não alcoólica.

O propósito do processamento subjacente à fabricação de alimentos processados é aumentar a duração de alimentos *in natura* ou minimamente processados ou modificar seu sabor, sendo portanto, semelhante à finalidade do processamento empregado na fabricação de alimentos do Grupo 1.

Exemplos

- Conservas de legumes, de cereais ou de leguminosas;
- extrato ou concentrado de tomate com sal;
- carnes salgadas, secas e defumadas;
- peixe conservado em óleo ou água e sal;
- frutas em calda ou cristalizadas;
- queijos;
- pães feitos com farinha, levedura, água e sal;
- bebidas alcoólicas fermentadas.



Alimentos ultraprocessados

Fonte: IBGE, 2020a, p. 36 e 37.

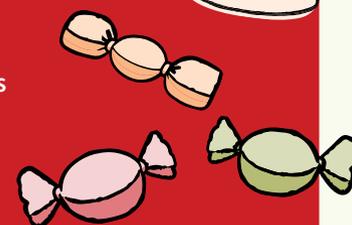
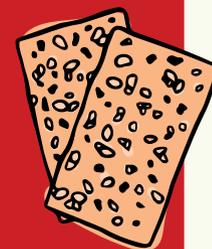
Definição e características

Este grupo inclui produtos fabricados com vários ingredientes envolvendo, além de substâncias do Grupo 2 (como sal, açúcar, óleos e gorduras), substâncias também extraídas diretamente de alimentos do Grupo 1, mas não habitualmente utilizadas em preparações culinárias (como caseína, soro de leite, isolado proteico de soja e de outros alimentos e hidrolisado de proteínas), substâncias sintetizadas a partir de constituintes de alimentos (como óleos hidrogenados ou interesterificados, amidos modificados e outras substâncias não naturalmente presentes nos alimentos) e aditivos usados com função cosmética para modificar as características organolépticas dos produtos (cor, odor, sabor ou textura).

Várias técnicas industriais são usadas na fabricação de produtos ultraprocessados, incluindo extrusão, moldagem e pré-processamento por fritura.

Exemplos

- Biscoitos doces e salgados;
- sorvetes, balas, chocolate e guloseimas em geral;
- cereais matinais e barras de cereal;
- bolos e misturas para bolo;
- sopas, macarrão e temperos instantâneos;
- molhos prontos;
- margarina;
- salgadinhos de pacote;
- bebidas adoçadas não carbonatadas (refrescos) e bebidas adoçadas carbonatadas (refrigerantes);
- iogurtes e outras bebidas lácteas adicionadas de corantes e ou aromatizantes;
- produtos congelados e prontos para aquecimento como pratos de massas, pizzas, hambúrgueres e extratos de carne de frango.



Para avaliar nutricionalmente a disponibilidade domiciliar de alimentos, os dados relativos à aquisição domiciliar *per capita* foram transformados em calorias, permitindo assim saber qual o percentual de cada uma das categorias no total de calorias adquiridas.

Entre 2002 e 2018, os dados trazidos pela POF permitem constatar que houve, em relação ao total de calorias, uma queda na participação dos alimentos *in natura* e minimamente processados e dos ingredientes culinários processados, bem como um aumento da participação dos alimentos processados e ultraprocessados (G28).

No período analisado, entre os alimentos *in natura* e minimamente processados, destaca-se a queda na participação do arroz (de 17,0% para 15,6%), do feijão (de 5,8% para 4,3%) e da farinha de mandioca (de 4,2% para 1,9%) no total de calorias. Por outro lado, ainda dentro desta categoria cresceu a participação das carnes de aves (de 3,8% para 4,6%) e das frutas (de 1,8% para 2,8%).

Entre os ingredientes culinários processados, houve, no período, queda na participação do óleo vegetal (de 11,6% para 10,9%) e do açúcar (de 12,8% para 9,9%) no total de calorias. Já entre os alimentos processados houve crescimento na participação dos pães (de 6,0% para 6,7%), dos queijos (de 0,9% para 1,4%) e das bebidas alcólicas fermentadas (de 0,4% para 0,7%). Por fim, entre os alimentos

ultraprocessados destaca-se o crescimento na participação dos frios e embutidos (de 1,7% para 2,5%), dos biscoitos salgados (de 1,3% para 1,8%) e dos bolos e tortas doces (de 0,8% para 1,5%).

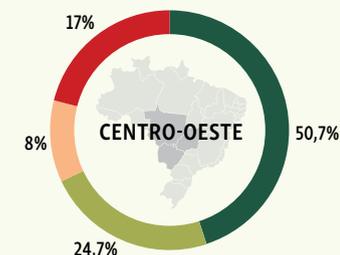
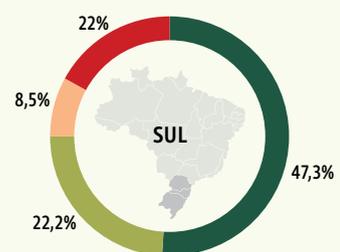
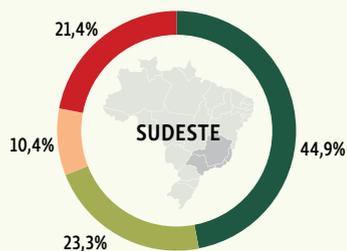
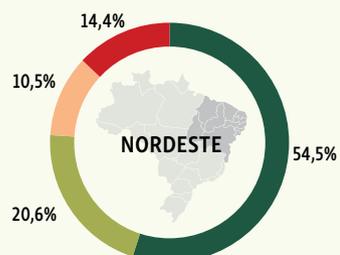
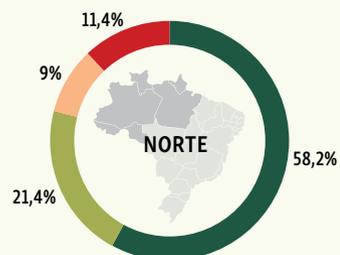
Mesmo com essas tendências, a disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil segue sendo caracterizada por uma elevada participação dos alimentos *in natura* ou minimamente processados, o que indica o alto consumo de alimentos frescos e preparados no domicílio em todas as regiões do país. Há, todavia, diferenças que merecem destaque. A primeira delas refere-se à participação maior dos alimentos *in natura* ou minimamente processados na disponibilidade alimentar dos domicílios situados em áreas rurais. O quadro inverte-se quando se compara a participação dos alimentos processados e ultraprocessados, muito mais presentes na disponibilidade alimentar dos domicílios urbanos (G28).

Em 2017-2018, em todas as unidades da federação que compõem as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, excetuando-se Pernambuco e o Distrito Federal, a participação relativa dos alimentos *in natura* e minimamente processados estava acima da média nacional (49,5%). Já a participação relativa dos alimentos ultraprocessados ficou acima da média nacional (18,4%) nos estados da região Sul, no Rio Grande do Norte, no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal (M23).

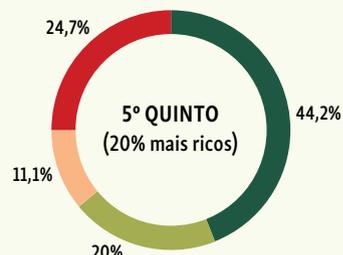
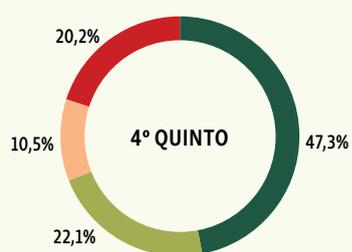
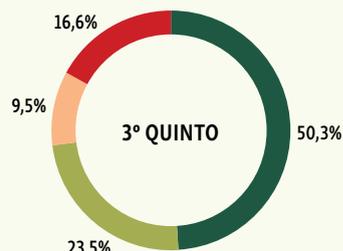
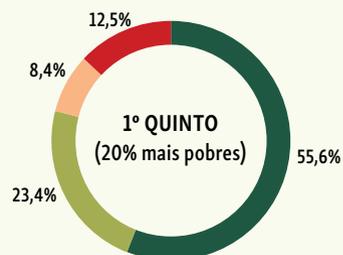
G28 Participação dos grupos de alimentos no total de calorias a partir da aquisição domiciliar (2017-2018)

Fontes: (a) IBGE, 2020a, p. 41; (b) IBGE, 2020a, p. 43; (c) IBGE, 2020a, p. 45; (d) IBGE, 2020a, p. 39;

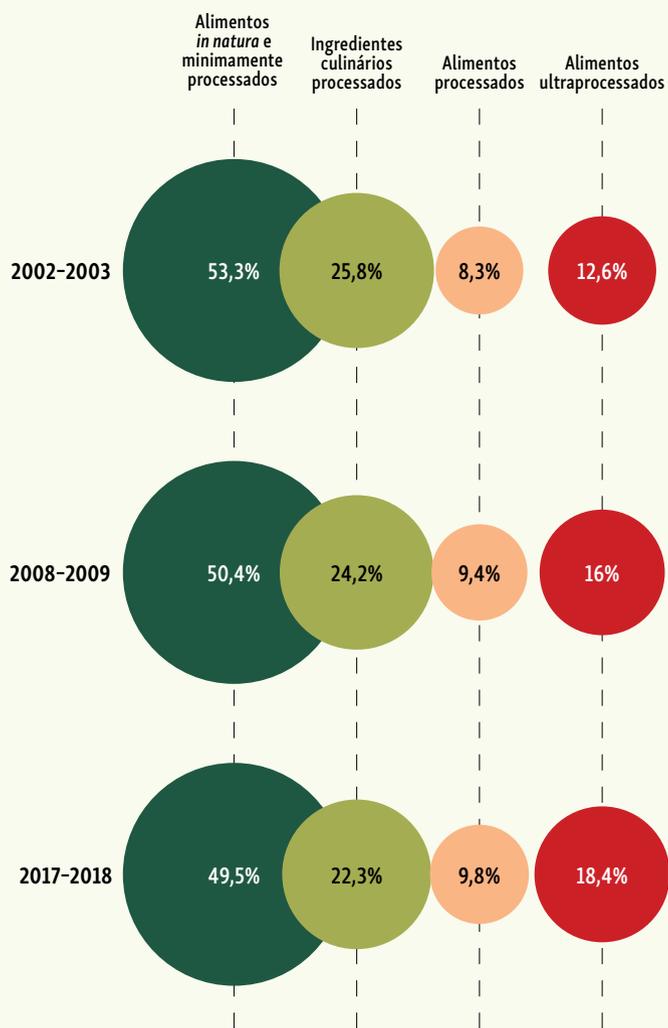
(a) Por região



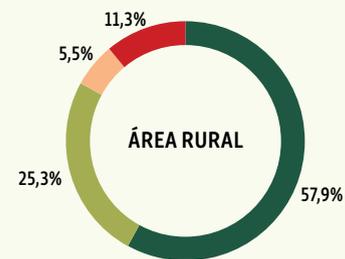
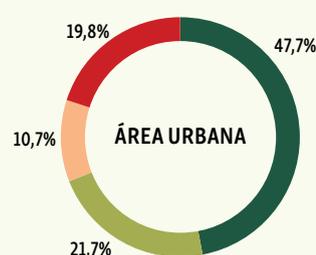
(b) Por quintos de rendimento



(c) Evolução no período (2002-2018)



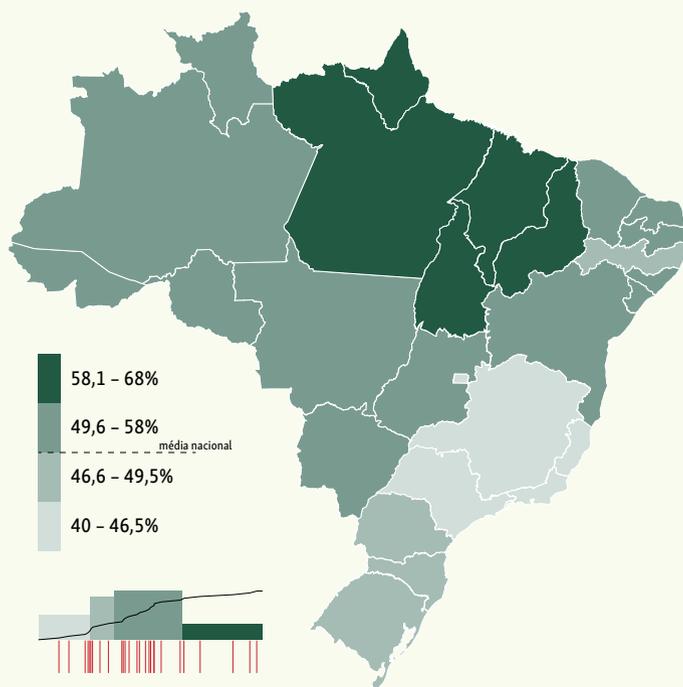
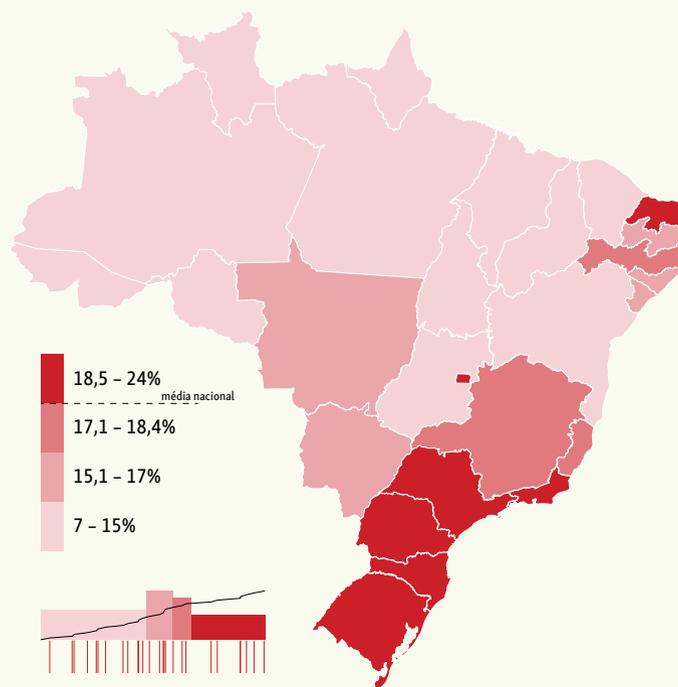
(d) por situação do domicílio



Alimentos in natura e minimamente processados | Ingredientes culinários processados | Alimentos processados | Alimentos ultraprocessados

M23 Participação dos grupos de alimentos no total de calorias a partir da aquisição domiciliar (2017-2018)

Fonte: IBGE, [s.d.d]

(a) In natura ou minimamente processados**(b) Ultraprocessados**

Essa diferença também pode ser constatada ao compararmos a composição da disponibilidade alimentar domiciliar nas grandes regiões do país (G28). Enquanto nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a participação dos alimentos *in natura* ou minimamente processados é superior à média nacional, verifica-se nas regiões Sudeste e Sul uma maior participação dos alimentos ultraprocessados. A participação dos ingredientes culinários processados e dos alimentos processados apresenta uma variação menos significativa entre as regiões.

Por fim, é importante destacar que a participação dos grupos de alimentos no total de

calorias varia bastante de acordo com a classe de rendimento dos domicílios (G28). Quando divididos os domicílios por quintos de rendimento, observa-se que, quanto maior a renda do domicílio, menor a participação dos alimentos *in natura* e minimamente processados, e maior a participação dos alimentos processados e ultraprocessados no total de calorias ingeridas. Assim como se observou na variação em função da região onde se localiza o domicílio, a participação dos ingredientes culinários processados e dos alimentos processados também apresenta uma variação menos significativa em função das classes de rendimento em que se insere o domicílio.

PARTE II

**A fome e o
risco de fome**

Considerações teórico-metodológicas sobre a mensuração da fome

Ao recorrer aos dados da POF e da PNAD em busca de caracterizar e interpretar as situações alimentares que podem ser encontradas no Brasil contemporâneo, é possível identificar a existência daquelas que se caracterizam como situações de risco de fome e de fome. No entanto, antes de passarmos à análise dos dados dessas pesquisas a fim de caracterizar essas situações e avaliar sua evolução na sociedade brasileira do início do século XXI, é conveniente nos deter um pouco nos fundamentos sobre os quais assentam as opções terminológicas deste atlas, ao tratar dessa questão.

Assim como ocorre em relação a outros fenômenos, a fome é examinada a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas das ciências naturais e humanas, o que resulta na coexistência de diferentes formas de definir e mensurar esse objeto. Soma-se a isso o fato de que os posicionamentos políticos (ou as visões de mundo) também interferem na definição e na mensuração de um fenômeno cuja existência e magnitude é objeto de intensa disputa. Como alertou Josué de Castro (2008, p. 11-12), a fome é um assunto “delicado e perigoso”, atravessado por preconceitos de ordem moral e interesses econômicos que fizeram dela “um tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente”, a ponto de ter se tornado um

“assunto tabu”. Tudo isso exige que nos posicionemos frente às definições existentes.

Atualmente, duas formas de mensuração da fome se destacam por serem adotadas em escala internacional e por fornecerem dados oficiais que são utilizados em pesquisas acadêmicas e políticas públicas, além de informarem a população sobre a existência e a magnitude da fome.

A primeira delas, chamada de Indicador de Prevalência de Desnutrição, foi criada nos anos 1970 por Pandurang Sukhtame, então diretor da Divisão de Estatísticas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Em um contexto marcado pela recorrência de crises de fome, que desde o fim da Segunda Guerra Mundial perturbavam o complicado cenário geopolítico internacional dos tempos de Guerra Fria, o estatístico indiano elaborou um indicador “desenhado para capturar um conceito de desnutrição definido claramente (e de alguma forma restritamente), isto é, um estado de privação de alimentos que dura por um longo período de tempo” (CAFIERO, 2014, p. 6). Utilizado pela FAO desde 1974, o Indicador de Prevalência de Desnutrição considera a oferta e a demanda de energia alimentar existente em um dado território em um período de 12 meses, estimando assim a quantidade de indivíduos cuja ingestão de

calorias ficou abaixo dos requisitos mínimos (aproximadamente 1.800 calorias por dia) durante um ano (FAO, 2019).

Para Lappé *et al.* (2013), esse indicador apresenta ao menos três problemas: ele considera apenas a ingestão de calorias, não incorporando outros dados sobre a qualidade da alimentação; adota como referência um estilo de vida sedentário para definir as necessidades calóricas da população; e utiliza um tempo de referência muito longo (12 meses), o que resulta na ocultação do impacto de episódios curtos e intermitentes de fome.

No início dos anos 1980, o avanço da fome nos Estados Unidos explicitou os limites desse indicador. A virada neoliberal promovida pelo presidente Ronald Reagan foi responsável por um importante crescimento nos relatos de fome e na demanda por assistência alimentar naquele país (BICKEL *et al.*, 2000; PEAR, 1984). Contudo, como havia sido elaborado com o objetivo de mensurar somente os casos mais graves de fome, o Indicador de Prevalência de Desnutrição mostrou-se incapaz de captar a existência da fome nos Estados Unidos. Na verdade, por considerar apenas os casos mais extremos de privação alimentar esse indicador não considera a fome em toda sua extensão e intensidade, sendo responsável pelo

subdimensionamento e ocultação desse fenômeno em todo o mundo.

Diante da inexistência de uma forma de quantificar a fome que captasse suas manifestações menos severas, um importante debate sobre como definir e mensurar esse fenômeno emergiu nos Estados Unidos. Nele tiveram destaque as pesquisas conduzidas por Kathy Radimer, na Universidade de Cornell (RADIMER *et al.* 1990, 1992) e Cheryl Wehler, que integrava o Projeto Comunitário de Identificação da Fome Infantil (WEHLER *et al.* 1992), trabalhos que posteriormente serviram de referência para o desenvolvimento da Escala de Segurança Alimentar Domiciliar dos Estados Unidos.

Nessas duas pesquisas, a fome é definida com base nas experiências das pessoas que vivenciaram situações de privação alimentar. Tais experiências revelam que a fome não é vivida como uma situação repentina ou estanque, mas como um processo que possui etapas com intensidades distintas. De acordo com esses trabalhos, aos primeiros sinais de que as reservas alimentares (ou os recursos para obtê-las) serão insuficientes, as pessoas tendem a utilizar diferentes artifícios para conduzir ou manejar a fome. Isso significa que, antes do momento em que os alimentos acabam por completo, as pessoas

já experienciaram as sensações físicas e psíquicas provocadas pela privação de alimentos e transformaram sua relação com os alimentos para lidar com essa situação.

Embora reconhecendo que esse é um processo que pode ser conduzido de diversas formas, essas pesquisas constataram que as experiências relacionadas à privação de alimentos tendem a seguir uma mesma sequência, sendo comum que o processo se inicie com a preocupação ou ansiedade provocada pela perspectiva de que as reservas alimentares não sejam suficientes (componente psicológico). Nos momentos seguintes, a qualidade da alimentação (componente qualitativo) tende a ser sacrificada, até que então a quantidade também é comprometida (componente quantitativo) e, nas situações mais graves, constata-se a interrupção do padrão alimentar usual, passando os alimentos a ser adquiridos de maneiras socialmente inaceitáveis (componente social).

Em consonância com a compreensão de que a fome se materializa como uma sequência de experiências, as duas pesquisas optaram pela elaboração de escalas de fome como forma de mensurar o fenômeno entre pessoas e domicílios. Para isso, criaram questionários que buscam identificar a quantidade e a frequência de experiências relacionadas

aos componentes da fome, atribuindo uma pontuação às respostas obtidas. Desse modo, quanto maior a quantidade e a frequência de experiências relatadas, maior a pontuação na escala e, conseqüentemente, mais intensa é a situação de fome da pessoa ou no domicílio.

Vale destacar ao menos dois grandes méritos dessas pesquisas. Em primeiro lugar, elas explicitaram a diferença entre a forma como a fome é clinicamente definida e a maneira como ela é socialmente reconhecida. Assim, evidenciaram os limites de definições que tomam a fome apenas por suas conseqüências clínicas mais severas (desnutrição, perda de peso etc.), as quais se tornam verificáveis somente quando a privação de alimentos já persistiu por um longo período. Em segundo lugar, essas pesquisas demonstraram ser possível captar as experiências que caracterizam o fenômeno da fome por meio de questionários, e assim mensurar a fome de maneira direta, diferentemente de metodologias que buscam quantificá-la a partir de dados indiretos (linhas de pobreza, por exemplo).

Tendo essas pesquisas como referência, no início dos anos 1990 um grupo de trabalho composto por membros de diferentes agências federais estadunidenses criou a Escala de Segurança Alimentar Domiciliar dos Estados Unidos. Como o nome indica, nesse

processo o termo “fome” foi substituído pelo termo “(in)segurança alimentar”. Em meio às disputas em torno do termo a ser utilizado, o grupo de trabalho que criou a primeira escala de segurança alimentar oficialmente adotada por um país optou por definir a fome “como um estágio ou nível grave de insegurança alimentar” (BICKEL *et al.*, 2000, p. 7). Assim, a partir de 1995, por meio de pesquisas amostrais, os domicílios estadunidenses passaram a ser classificados em quatro situações: em segurança alimentar; em insegurança alimentar, sem fome; em insegurança alimentar com fome (moderado); e em insegurança alimentar com fome (grave). Porém, uma revisão solicitada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos para um grupo de especialistas, em 2006, recomendou a supressão do termo “fome” e a alteração dos termos utilizados para descrever os estágios de insegurança alimentar (USDA).

Se essa revisão contribuiu para a ocultação da fome ao recorrer abertamente ao uso de eufemismos, ela também explicitou que os termos utilizados na Escala de Segurança Alimentar Domiciliar dos Estados Unidos – assim como na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e nas demais escalas que foram criadas internacionalmente com base na escala estadunidense – estão em disputa e podem

ser contestados. Nesse sentido, em consonância com as propostas de Radimer *et al.* (1992) e Wehler *et al.* (1992), propomos uma “contrarrevisão” dos termos dessas escalas, com o objetivo de torná-las mais fiéis em relação àquilo que elas propõem mensurar.

A análise dos questionários utilizados pelas diferentes escalas de (in)segurança alimentar existentes revela que eles captam aquilo que Radimer *et al.* (1992) e Wehler *et al.* (1992) definiram como experiências de fome e de risco de fome provocadas pela impossibilidade de acessar os alimentos: ficar preocupado com o fim dos alimentos; estar impossibilitado de ter uma alimentação saudável e variada; comer apenas alguns tipos de alimentos; deixar de fazer refeições; comer menos do que achou que devia; sentir fome, mas não comer; ficar um dia inteiro sem comer.

Isso por si só já seria suficiente para a utilização dos termos “fome” e “risco de fome” para classificar a situação das pessoas ou dos domicílios. Todavia, cabe destacar também que Estados e organismos internacionais adotam definições multidimensionais de segurança alimentar, que não estão restritas ao acesso aos alimentos. No Brasil, por exemplo, a segurança alimentar e nutricional é definida em lei como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos

de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006). Por essa razão, são necessários vários indicadores para avaliar a segurança alimentar em determinado território, não existindo um único instrumento capaz de fazê-lo isoladamente.

Deste modo, optamos aqui por nos apropriar dos dados fornecidos pelas escalas de segurança e insegurança alimentar, adotando, porém, termos considerados mais capazes de explicitar a existência da fome, em substituição a outros utilizados por essas escalas. Assim, o termo “segurança alimentar” foi substituído por “sem fome e risco de fome”; “insegurança alimentar leve”, por “risco de fome”; e “insegurança alimentar moderada e grave”, por “fome” (Q3). Resgatamos assim uma terminologia que tem como fundamento uma definição socialmente reconhecida do fenômeno da fome e que comunica claramente a quantidade de domicílios em situação de fome e risco de fome. Em outras palavras, nos apropriamos dos dados obtidos por esses questionários para explicitar a extensão e a intensidade da fome no mundo contemporâneo.

A EBIA é uma versão adaptada e validada no Brasil da escala elaborada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e, assim como a escala na qual se inspira, ela identifica a presença de fome e de risco de fome no domicílio, e não a condição de cada indivíduo que nele residia no momento da coleta de dados. Nesse sentido, os dados referem-se diretamente aos domicílios, e somente de forma indireta aos indivíduos. Além disso, os dados obtidos pelo IBGE de forma amostral permitem avaliar a fome e o risco de fome somente até a escala estadual, não havendo dados oficiais sobre esses fenômenos em escalas de maior detalhamento (municipal e inframunicipal).

Para definir a situação de cada domicílio pesquisado, a EBIA baseia-se na quantidade de respostas afirmativas dadas às 14 questões que compõem seu questionário (ou 8, no caso dos domicílios onde não residem menores de 18 anos).

Apesar da semelhança da escala brasileira em relação à escala estadunidense, duas diferenças devem ser consideradas. A primeira refere-se à adoção, na EBIA, de um período de referência de 3 meses anteriores à entrevista para basear as respostas que são dadas às perguntas que compõem o questionário, enquanto esse tempo é de 12 meses na escala

Q3 Correspondência entre os estágios de fome em diferentes escalas: das escalas de insegurança alimentar à escala de fome

<p>Escala de Segurança Alimentar dos EUA (de 1995 a 2005)</p>	<p>em segurança alimentar</p>	<p>em insegurança alimentar sem fome</p>	<p>em insegurança alimentar com fome - moderada</p>	<p>em insegurança alimentar com fome - grave</p>
<p>Escala de Segurança Alimentar dos EUA (desde 2006)</p>	<p>em segurança alimentar alta</p>	<p>em segurança alimentar marginal e em insegurança alimentar leve</p>	<p>em segurança alimentar muito baixa</p>	
<p>Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (desde 2004)</p>	<p>em segurança alimentar</p>	<p>em insegurança alimentar leve</p>	<p>em insegurança alimentar moderada</p>	<p>em insegurança alimentar grave (fome)</p>
<p>ESCALA DE FOME</p>	<p>sem fome e risco de fome</p>	<p>risco de fome</p>	<p>fome (moderada e grave)</p>	

utilizada nos Estados Unidos. Ocorre que a redução do tempo de referência pode levar à redução da quantidade de respostas positivas e, conseqüentemente, a uma percepção atenuada das situações de fome e de risco de fome da população pesquisada.

A segunda diferença significativa entre as duas escalas refere-se aos pontos de corte que definem a situação dos domicílios: a escala brasileira considera que uma resposta positiva já é suficiente para caracterizar uma situação de insegurança alimentar leve (risco de fome), diferentemente da escala estadunidense, que classifica os domicílios com até duas respostas positivas como em situação de segurança alimentar. No entanto, cabe mencionar que a EBIA considera que a existência de fome no domicílio se caracteriza apenas quando é identificada

a insegurança alimentar grave, deixando de caracterizar como fome a situação dos domicílios em insegurança alimentar moderada.

Por fim, cabe destacar que a metodologia da EBIA não permite a “utilização de procedimentos analíticos a partir de uma ou mais de suas perguntas, isoladamente, ou qualquer outra alternativa” (IBGE, 2020c, p. 25). Apesar de haver uma sequência esperada para as experiências de fome, o que impediria um domicílio de responder afirmativamente somente às últimas perguntas elencadas no questionário, é possível e comum que as respostas afirmativas não obedeçam estritamente à ordem ali estabelecida. Nesse sentido, o que importa para a análise é a pontuação total do domicílio, e não quais respostas foram respondidas afirmativamente.

Q4 Pontos de corte da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para a definição da situação de fome ou risco de fome nos domicílios. Fonte: IBGE, 2020c, p. 23.

Situação do domicílio	Pontos de corte para os domicílios	
	Com menores de 18 anos	Sem menores de 18 anos
Sem fome e risco de fome (segurança alimentar)	0	0
Risco de fome (insegurança alimentar leve)	1-5	1-3
Fome (insegurança alimentar moderada)	6-9	4-5
Fome (insegurança alimentar grave)	10-14	6-8

- 1 Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?

- 2 Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?

- 3 Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

- 4 Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?

- 5 Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?

- 6 Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?

- 7 Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?

- 8 Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer, porque não havia dinheiro para comprar comida?

- 9 Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada, porque não havia dinheiro para comprar comida?

- 10 Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, comeu menos do que deveria, porque não havia dinheiro para comprar comida?

- 11 Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?

- 12 Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?

- 13 Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?

- 14 Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro, porque não havia dinheiro para comprar comida?

Q5 Perguntas que compõem o questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Fonte: IBGE, 2020c, p. 24.

A evolução da fome e do risco de fome no Brasil contemporâneo

A EBIA foi aplicada nos anos de 2004, 2009 e 2013 como parte da PNAD e em 2017-2018 como parte da POF, o que nos permite avaliar, por meio dos dados disponíveis nessas pesquisas, a evolução do risco de fome e da fome na sociedade brasileira no início do século XXI.

A análise dos dados referentes à quantidade e à proporção de domicílios brasileiros em situação de fome e de risco de fome permite identificar duas tendências opostas entre 2004 e 2018: até 2013, houve redução tanto da quantidade quanto da proporção de domicílios em situação de fome e de risco de fome no Brasil, ao passo que no período seguinte, entre 2013 e 2018, essa tendência se inverteu, havendo aumento da quantidade e da proporção de domicílios em ambas essas situações (G29).

Alguns aspectos da evolução da fome e do risco de fome entre 2004 e 2018 merecem destaque. Em primeiro lugar, é possível identificar que entre 2004 e 2009 houve um aumento na quantidade e na proporção de domicílios em situação de risco de fome. Isso se explica pelo fato de que muitos dos domicílios que superaram a situação de fome passaram a integrar o grupo daqueles em risco de fome. De todo modo, o crescimento da proporção de domicílios sem fome e risco de fome (de 65,1% para 69,8%) aponta para uma melhora da situação alimentar nesse primeiro período.

Em segundo lugar, porém, é importante destacar que a marca, alcançada em 2013, de 77,4% dos domicílios classificados como livres da fome e do risco de fome não significa a erradicação do problema, uma vez que ela ainda existia em 5,1 milhões de domicílios (7,8% do total de domicílios). Somados aos 9,6 milhões de domicílios (14,8%) em que foi constatado risco de fome, um total de 14,7 milhões de domicílios (22,6%) ainda apresentavam, em 2013, uma situação alimentar preocupante.

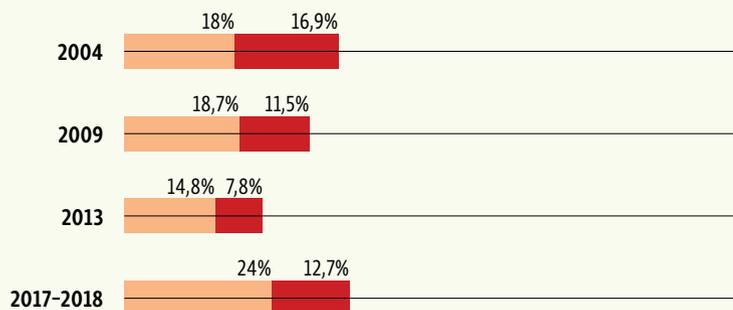
Por fim, o acentuado crescimento da fome e do risco de fome entre 2013 e 2018 foi responsável por uma reversão quase completa da melhora verificada entre 2004 e 2013. Comparando-se os dados da primeira e da última pesquisa, verifica-se que em 2018 a quantidade e a proporção de domicílios em situação de risco de fome foi superior. Já a quantidade de domicílios em situação de fome retornou, em 2018, aos patamares de 2004, embora sua proporção tenha se reduzido.

A fome e o risco de fome se distribuem de maneira bastante desigual no território brasileiro. Uma das manifestações dessa desigualdade se dá entre os domicílios situados em áreas rurais ou urbanas. No período analisado, os dados apontam que, no campo, a proporção de domicílios identificados como em situação de risco de fome ou de fome é maior do que nas

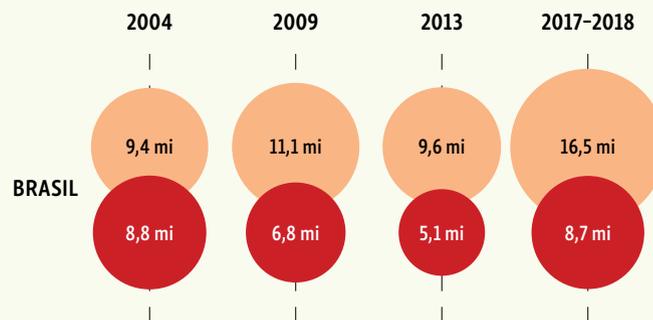
G29 Evolução da fome e do risco de fome (2004-2018)

Fonte: (a) IBGE, 2020c, p. 30; (b) IBGE, 2020c, p. 29; (c) IBGE, 2020c, p. 30; (d) IBGE, 2020c, p. 29; (e) IBGE, 2020c, p. 30; (f) IBGE, 2020c, p. 29.

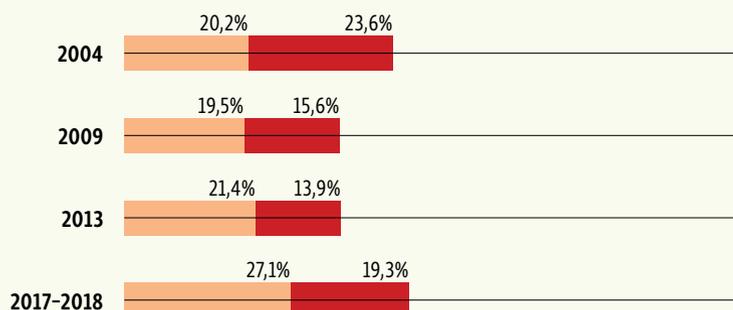
(a) Proporção entre domicílios no Brasil



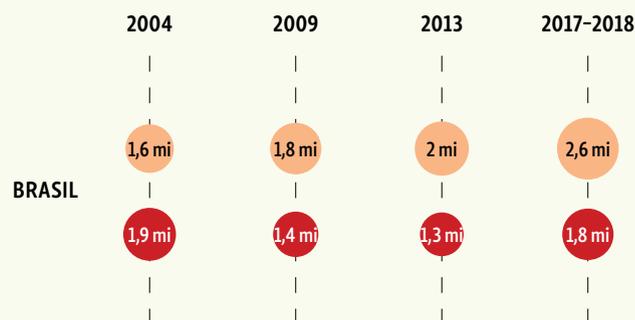
(b) Domicílios - Brasil



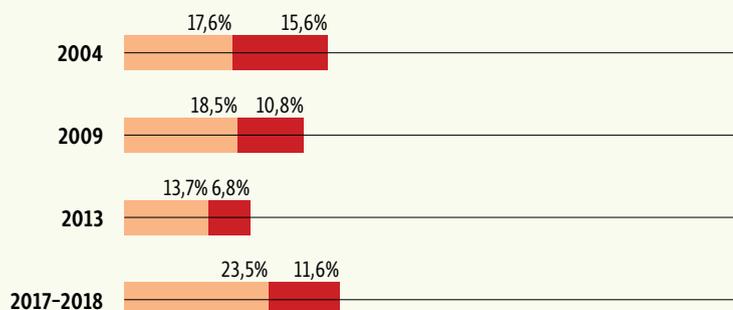
(c) Proporção entre domicílios em área rural



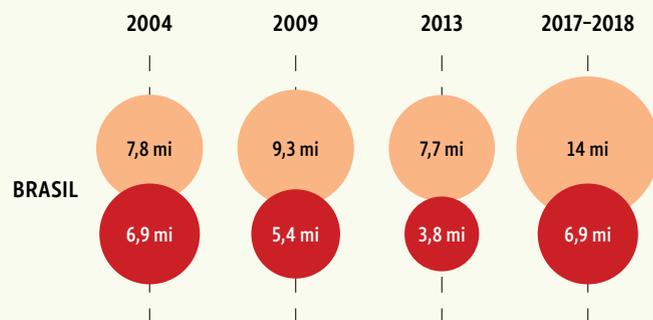
(d) Domicílios - área rural



(e) Proporção entre domicílios em área urbana



(f) Domicílios - área urbana



idades. Vale destacar também que a evolução dessas duas situações não se deu da mesma maneira nas áreas rurais e urbanas: entre 2004 e 2009, nota-se uma melhora mais significativa da situação alimentar nas áreas rurais, enquanto entre 2009 e 2013 a redução do risco de fome e da fome foi mais intensa nas áreas urbanas. Entre 2013 e 2018, houve um crescimento na proporção de domicílios nas duas situações tanto no campo como na cidade (G29).

Contudo, como no período analisado (2004-2018) aproximadamente 85% dos domicílios brasileiros estavam situados em áreas urbanas, em termos absolutos a fome e o risco de fome foram muito mais elevados nessas áreas. Se tomarmos os dados de 2017-2018, 84,4% dos domicílios em situação de risco de fome e 79,0% dos domicílios em situação de fome estavam localizados em áreas urbanas. Nesse sentido, é possível afirmar que a fome assume uma territorialização complexa, que demanda a consideração simultânea de dados absolutos e relativos.

Essa territorialização complexa, em que as áreas com maior prevalência de fome ou de risco de fome não são necessariamente aquelas que apresentam o maior número de domicílios nessas situações, também pode ser identificada quando analisamos as situações alimentares nos diferentes estados e regiões

do país. Entre 2004 e 2018, os estados com maior prevalência de fome localizavam-se nas regiões Norte e Nordeste, contudo a região Sudeste sempre apresentou números absolutos bastante expressivos (M24).

É possível observar algumas alterações no mapa da fome no Brasil, ao longo do período analisado. Ao considerar os dados relativos, é possível constatar que, em 2004, destacavam-se 12 estados onde a proporção de domicílios em situação de fome superava os 20%, todos localizados nas regiões Norte e Nordeste. Com a queda na proporção de domicílios em situação de fome, em 2009 o número de estados nessa condição havia caído para 7, e em 2013 apenas no Maranhão a proporção de domicílios em situação de fome mantinha-se acima de 20%. Contudo, com o crescimento da fome entre 2013 e 2017-2018, voltaram a essa condição 6 estados, que se reuniram ao Maranhão: 4 deles estão localizados na região Norte (Acre, Amazonas, Amapá e Pará) e 2 na região Nordeste (Rio Grande do Norte e Alagoas).

Ao comparar os mapas que mostram a proporção de domicílios em situação de fome em 2004 e em 2017-2018, dois fatos chamam atenção. O primeiro é que o número de estados com mais de 20% de domicílios em situação de fome se reduziu, caindo de 12 para 7. Essa queda está em consonância com o fato

de que, em 2004, 16,9% dos domicílios do país estavam em situação de fome, enquanto em 2017-2018 essa cifra era de 12,7%. O segundo é o deslocamento da área com maior prevalência de fome no país em direção à região Norte: em 2017-2018, dos 5 estados com maior prevalência de fome, 4 localizavam-se nessa região.

Já quando se observam os mapas sobre o número de domicílios em situação de fome, os estados da Bahia e de São Paulo se destacam por apresentar uma quantidade de domicílios maior do que os demais estados, em todo o período analisado. No caso de São Paulo, cabe destacar que, entre os levantamentos de 2013 e 2017-2018, mais do que duplicou o número de domicílios em situação de fome, os quais passaram de pouco mais de 520 mil para quase 1,2 milhão (um aumento de 126%). Também merecem destaque os estados do Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que durante todo o período estiveram entre os 10 estados com maior quantidade de domicílios em situação de fome: em 2017-2018, havia mais de 500 mil domicílios nessa situação em cada um desses estados (M24).

Assim como no caso dos mapas que representam a situação de fome, é possível identificar que a proporção de domicílios em situação de risco de fome é significativamente mais alta nos estados das regiões Norte e

Nordeste, embora isso se realize em configurações diversas ao longo de todo o período analisado. Merecem destaque os estados de Tocantins, Maranhão e Piauí, que em todo o recorte temporal observado apresentaram mais de 25% de domicílios nessa situação (M25).

Diferentemente do que ocorreu com a proporção dos domicílios em situação de fome, que teve duas quedas consecutivas nos períodos de 2004-2009 e 2009-2013, a proporção de domicílios em situação de risco de fome apresentou leve crescimento no primeiro período e queda no segundo. Essa evolução está relacionada ao fato de que muitos domicílios, nesse intervalo, passaram da situação de fome para a situação de risco de fome. Assim, entre 2004 e 2009, o número de unidades da federação com mais de 25% dos domicílios em situação de risco de fome passou de 4 para 9, sendo que no Maranhão e no Piauí mais de um terço dos domicílios estava nessa situação.

É possível verificar uma significativa melhora na proporção dos domicílios em situação de risco de fome entre 2009 e 2013, seja pela queda do número de estados com mais de 25% dos domicílios em situação de risco de fome (de 9 para 4), seja pelo aumento do número de estados em que essa situação atingia menos do que 15% dos domicílios (de 5 para 12).

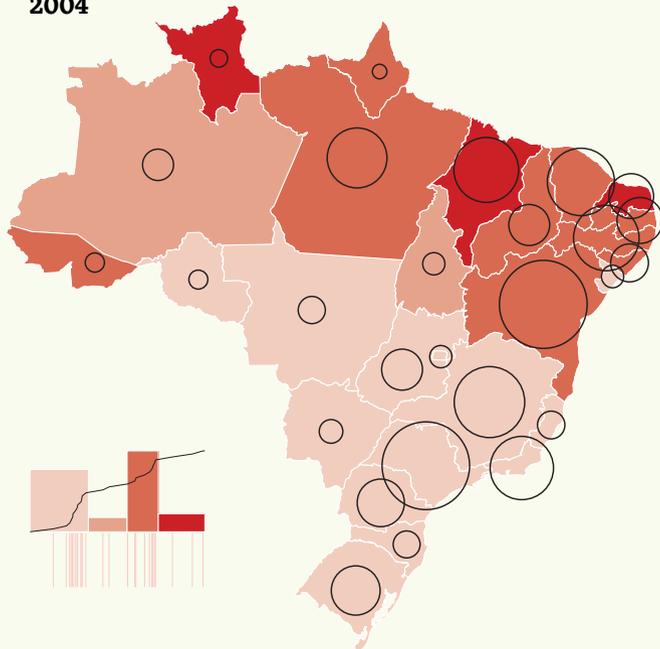
Entretanto, como o crescimento do risco

M24 Domicílios em situação de fome (2004-2018)

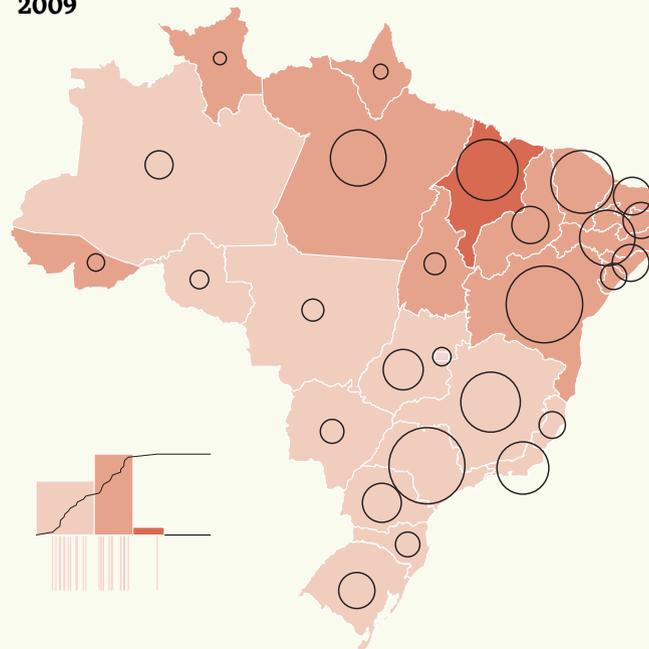
Fonte: IBGE, [s.d.e], [s.d.f]

(a) Evolução em números proporcionais e absolutos (2004-2018)

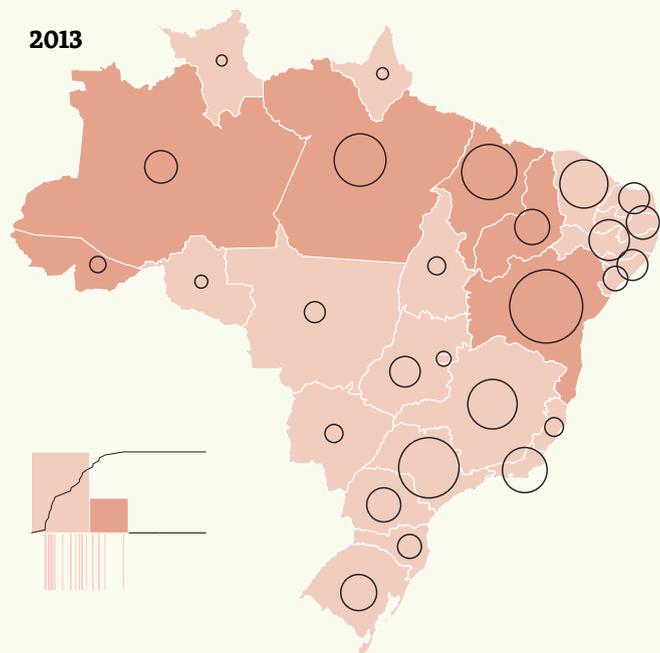
2004



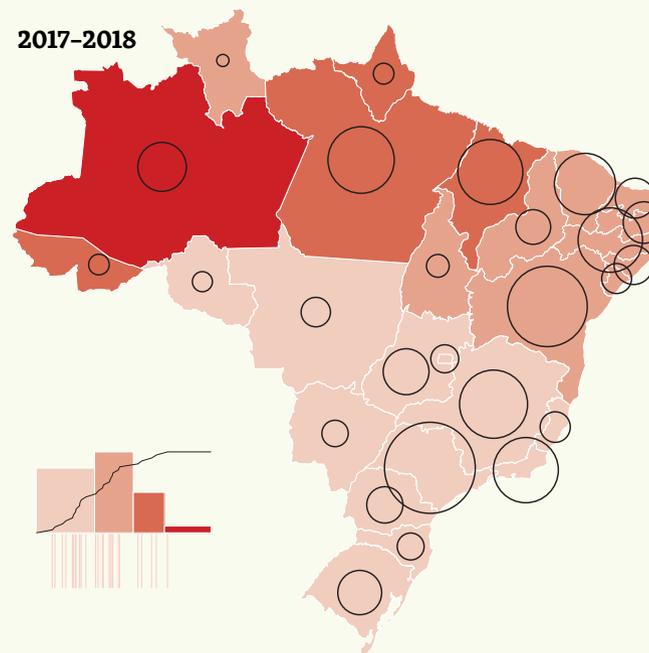
2009



2013



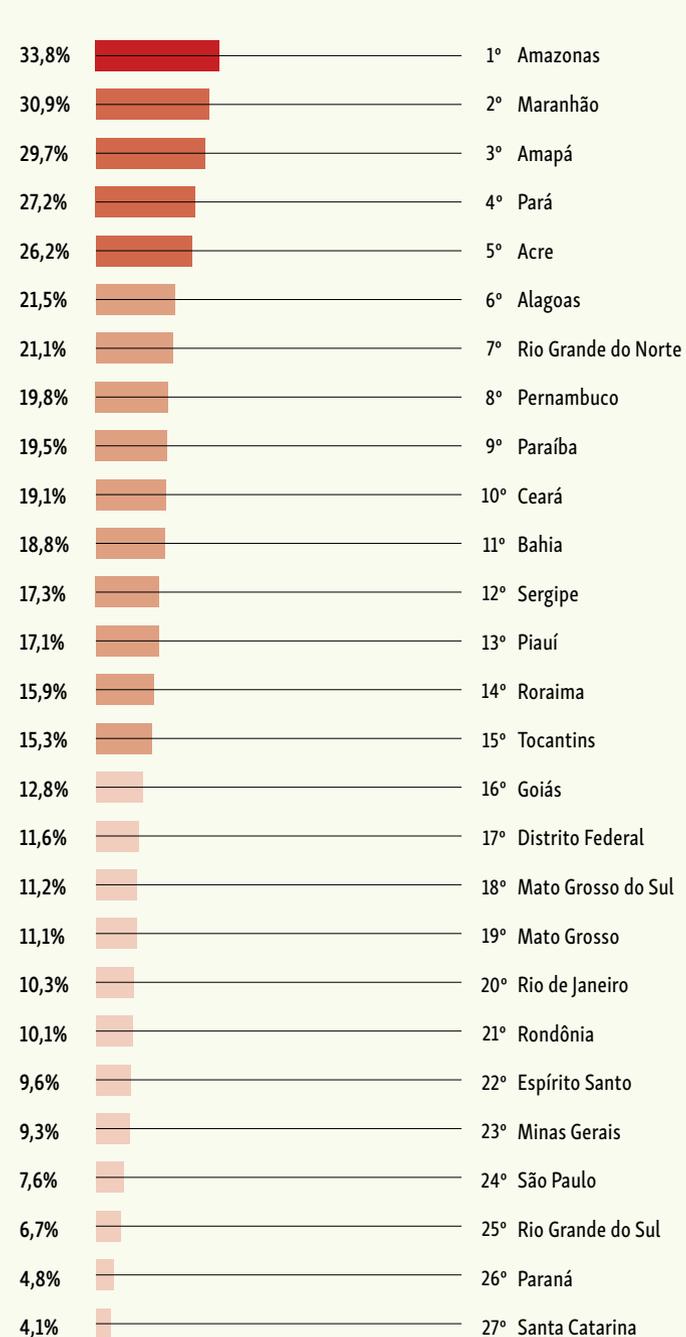
2017-2018



Até 15% dos domicílios Até 25% dos domicílios Até 33% dos domicílios Até 45% dos domicílios

○ 50 mil ○ 250 mil ○ 500 mil ○ 1,2 milhão

(b) Proporção de domicílios por unidade da federação (2017-2018)



(c) Quantidade de domicílios por unidade da federação (2017-2018)

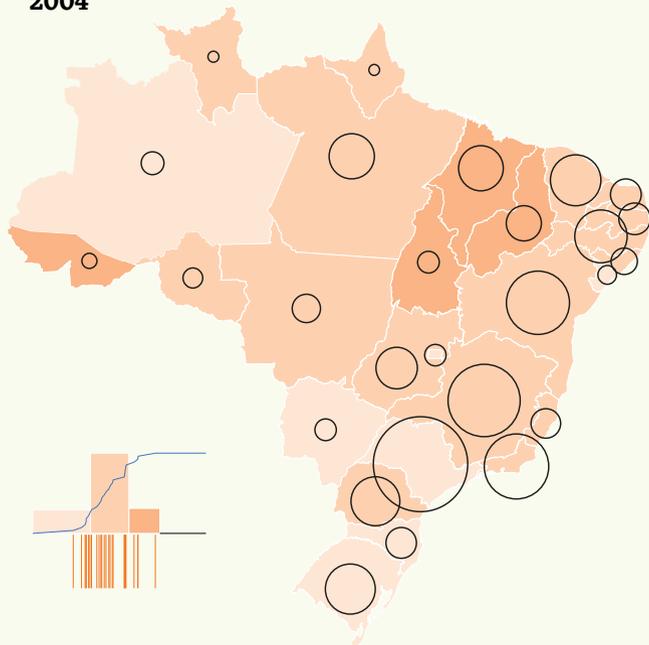


M25 Domicílios em situação de risco de fome (2004-2018)

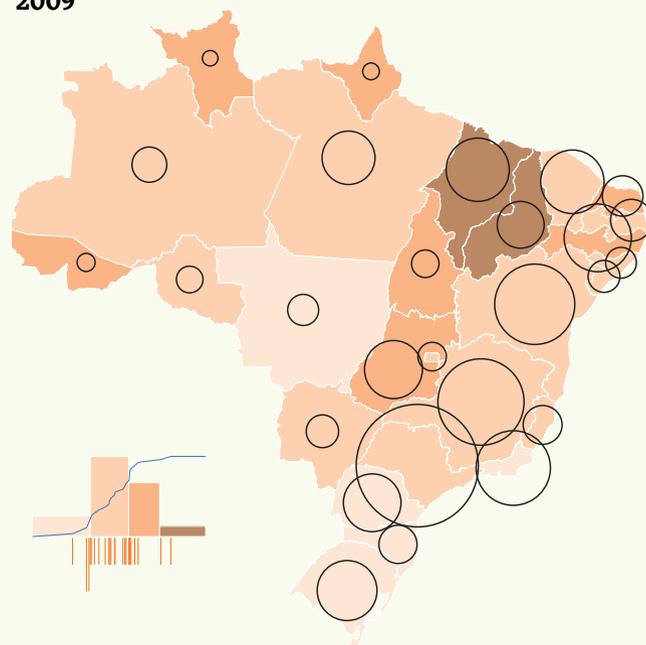
Fonte: IBGE, [s.d.e], [s.d.f]

(a) Evolução em números proporcionais e absolutos (2004-2018)

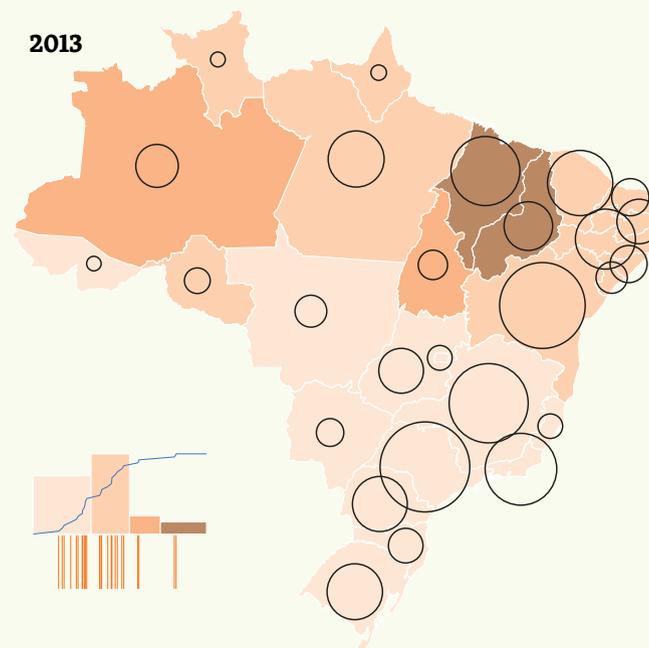
2004



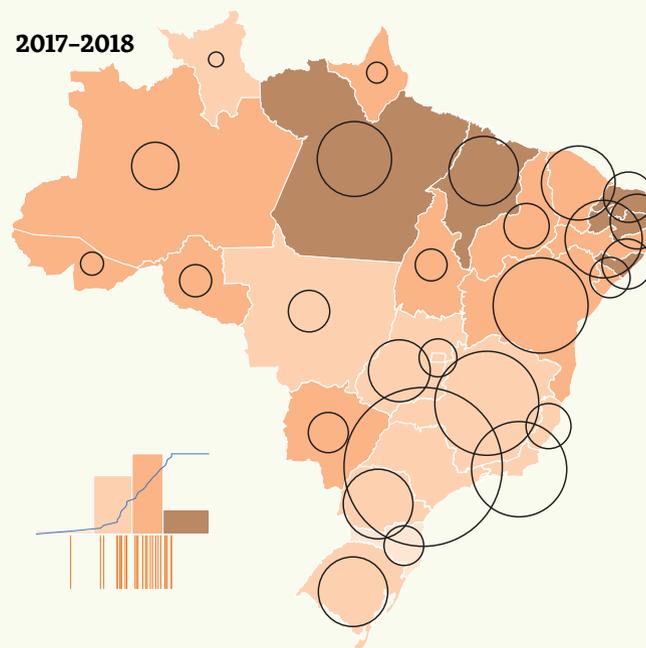
2009



2013



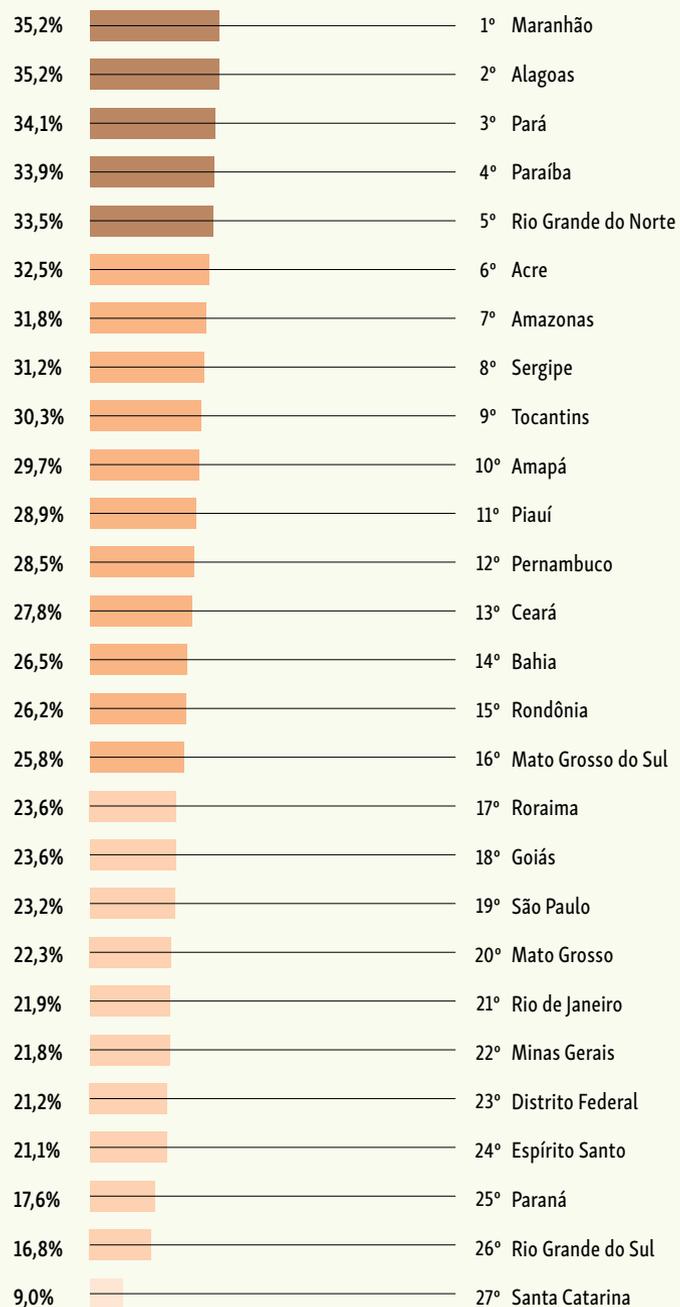
2017-2018



Até 15% dos domicílios Até 25% dos domicílios Até 33% dos domicílios Até 45% dos domicílios

○ 250 mil ○ 500 mil ○ 1,2 milhão ○ 3,6 milhões

(b) Proporção de domicílios por unidade da federação (2017-2018)



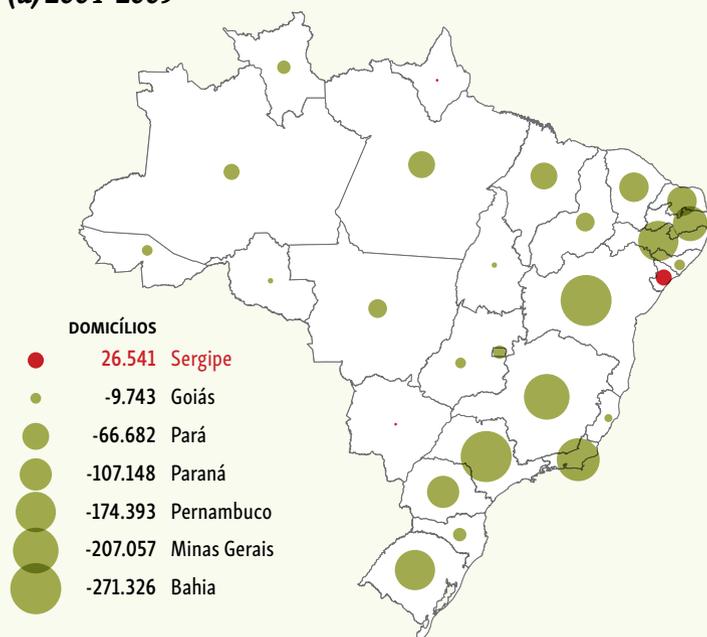
(d) Quantidade de domicílios por unidade da federação (2017-2018)



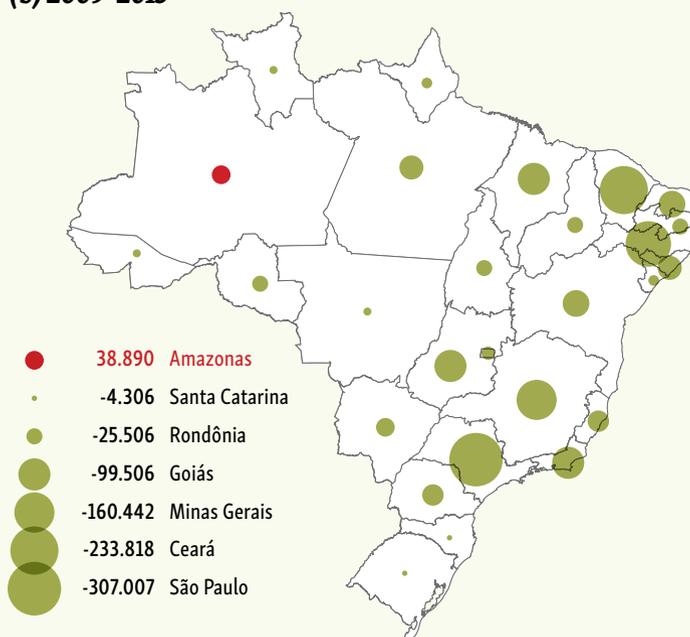
M26 Evolução da quantidade de domicílios em situação de fome (2004-2018)

Fonte: IBGE, [s.d.e], [s.d.f]

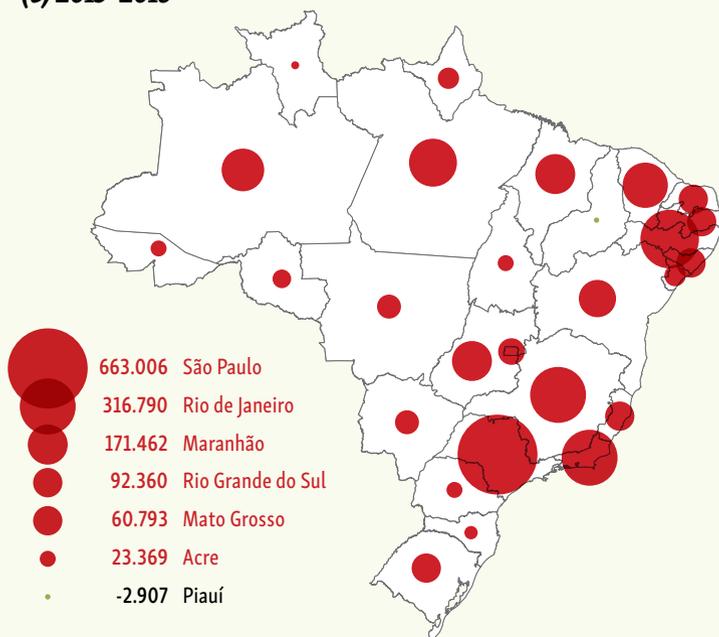
(a) 2004-2009



(b) 2009-2013



(c) 2013-2018

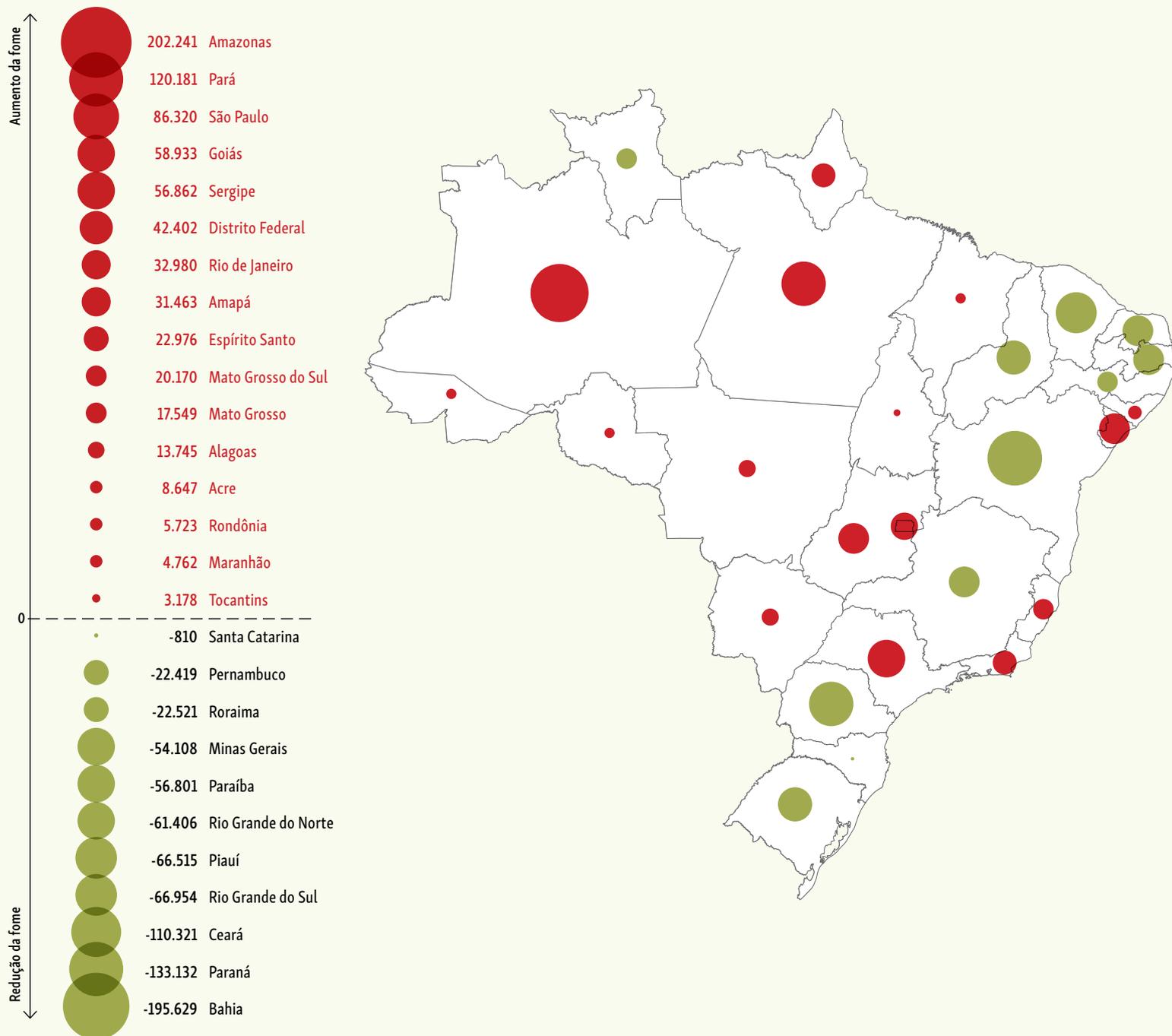


É possível identificar claramente **duas tendências opostas na evolução da fome entre os anos de 2004 e 2018**. Enquanto de 2004 a 2013 houve uma redução de aproximadamente 3,7 milhões de domicílios em situação de fome no país, entre 2013 e 2018 observou-se um crescimento de 3,6 milhões de domicílios nessa situação.

Porém, se na escala nacional o avanço no primeiro período foi praticamente revertido no segundo, essa situação varia bastante entre as unidades da federação, com destaques em sentidos inversos para Amazonas, Pará e São Paulo (maiores aumentos) e Bahia, Paraná e Ceará (maiores reduções).



(d) Acumulado 2004-2018



de fome entre 2013 e 2018 foi bastante acentuado (a média nacional chegou a 24,0%, ponto mais alto desde 2004), ao final desse período eram 16 as unidades da federação que apresentavam mais de 25% de seus domicílios em situação de risco de fome, sendo os casos mais graves verificados no Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, onde a parcela de domicílios nessa situação superava mais de um terço do total. Ao mesmo tempo, somente em Santa Catarina menos de 15% dos domicílios foram classificados dessa forma.

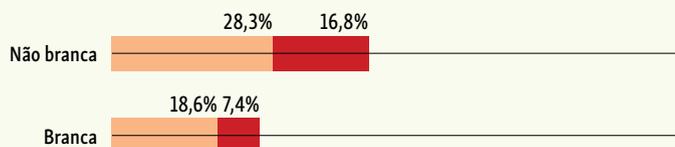
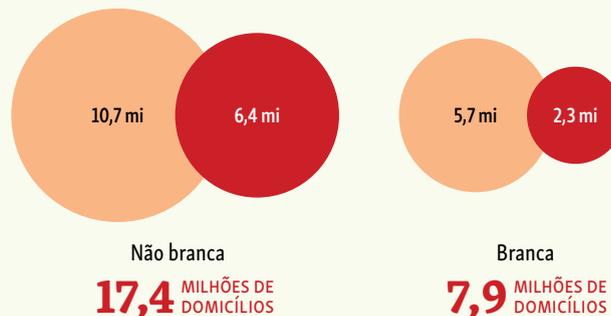
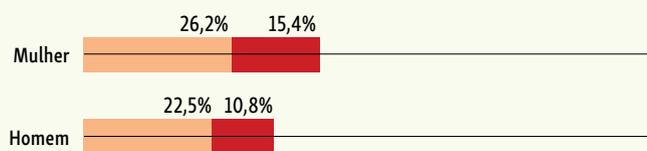
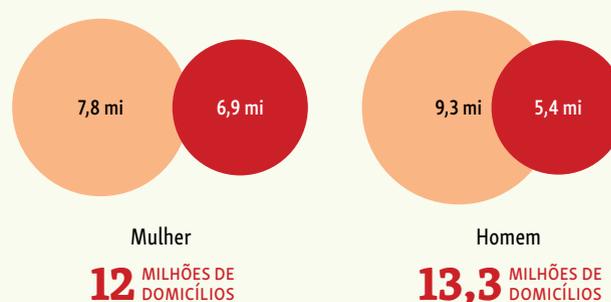
Ao considerar a espacialização das situações de risco de fome em termos absolutos, observa-se que a quantidade de domicílios assim caracterizados nunca ficou abaixo de 700 mil nos estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, durante todo o período analisado. Merece destaque o caso de São Paulo, onde essa cifra nunca ficou abaixo de 1 milhão de domicílios e onde, em 2017-2018, havia 3,6 milhões de domicílios nessa situação (2,3 vezes mais do que Minas Gerais, o segundo estado com mais domicílios em risco de fome). Cabe destacar ainda que, juntamente com esses 4 estados, Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul sempre estiveram entre os 10 estados com maior quantidade de domicílios nessa situação (exceto em 2009, quando o Pará não fez parte desse grupo).

Além das desigualdades entre os estados e as regiões do país, é preciso considerar como o risco de fome e a fome estão diretamente relacionados à desigualdade de renda (G30). Assim como observado em relação à disponibilidade domiciliar de alimentos, a classe de rendimento à qual pertence o domicílio influencia decisivamente na possibilidade de um desses dois fenômenos ser ali identificado. Em 2017-2018, houve relato de fome em 42,4% dos domicílios com renda *per capita* de até 1/4 do salário-mínimo, enquanto nos domicílios com renda *per capita* de mais de 1 salário-mínimo essa proporção era de 6,4%.

Uma vez que na sociedade brasileira as oportunidades e condições de trabalho são atravessadas pelas questões de raça e de gênero, a fome e o risco de fome também estão mais presentes nos domicílios cujas pessoas de referência são mulheres ou pessoas pretas ou pardas (G30). Em 2017-2018, houve relato de fome em 6,4 milhões de domicílios cuja pessoa de referência era preta ou parda, frente a 2,3 milhões de domicílios em que a pessoa de referência era branca. Da mesma forma, em 16,9% dos domicílios em que a pessoa de referência era preta ou parda foram relatadas experiências de fome, mais do que o dobro da proporção de domicílios em que a pessoa de referência era branca (7,4%).

G30 Domicílios em situação de fome e risco de fome (2017-2018)

Fontes: (a) IBGE, 2020c, p. 39; (b) IBGE, 2020c, p. 39; (c) IBGE, 2020c, p. 39; (d) IBGE, 2020c, p. 39.

(a) Proporção de domicílios por cor ou raça da pessoa de referência**(b) Quantidade de domicílios por cor ou raça da pessoa de referência****(c) Proporção de domicílios por gênero da pessoa de referência****(d) Quantidade de domicílios por gênero da pessoa de referência**

A proporção de domicílios em situação de risco de fome (26,2%) e de fome (15,4%) também foi maior entre aqueles que tinham uma mulher como pessoa de referência (G30). Em termos absolutos, 4,4 milhões de domicílios chefiados por mulheres relataram fome, cifra próxima daquela referente aos domicílios chefiados por homens (4,3 milhões).

Considerações finais

Situações alimentares desiguais e sua complexa territorialização no Brasil

Em 1946, Josué de Castro chamou a atenção da opinião pública com a publicação de *Geografia da Fome*, livro que não apenas rompeu com um tabu existente em torno da fome, como também explicitou que no Brasil esse fenômeno estava longe de estar restrito aos episódios de seca no sertão nordestino.

A partir de uma definição da fome como um fenômeno cambiante e polimorfo, o autor diferenciou a fome total, “verdadeira inanição [...] limitada a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais”, da fome parcial ou oculta, “na qual pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes

habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias” (CASTRO, 2008, p. 8). Além disso, destacou que a fome é um fenômeno que apresenta temporalidades distintas, manifestando-se de maneira permanente (fome endêmica) ou transitória (fome epidêmica).

Foi também em *Geografia da Fome* que Josué de Castro apresentou aquele que é provavelmente o primeiro mapa da fome no Brasil. Com base na identificação dos principais alimentos consumidos no país, o autor definiu e representou cartograficamente aquilo que ele denominou como as cinco áreas alimentares brasileiras: Amazônica, Nordeste Açucareiro, Sertão Nordestino, Centro-Oeste e Extremo Sul.

Em seguida, identificou que que em três dessas áreas predominava um regime alimentar insuficiente (em energia ou calorias) e deficitário (em macro e/ou micronutrientes), o que as caracterizava como áreas de fome endêmica (áreas Amazônica e do Nordeste Açucareiro) ou epidêmica (Sertão Nordestino).

As transformações na realidade social do Brasil entre meados do século xx e o início do século XXI, que impactaram diretamente a alimentação da população do país, impedem que adotemos o mesmo caminho trilhado por Josué de Castro em sua elaboração de um mapa da fome no Brasil.



Fonte: CASTRO, Josué de. Áreas alimentares do Brasil. *Boletim Geográfico [do] IBGE*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 65, 1948, p. 458.

Os dados relativos à disponibilidade domiciliar de alimentos (Parte I) explicitam a impossibilidade de identificarmos tipos regionais de alimentação que configurem diferentes áreas alimentares brasileiras. Isso não significa a inexistência de diferenças regionais, mas é inegável que neste período a disponibilidade de alimentos se tornou mais complexa e que alguns alimentos se tornaram a base da dieta cotidiana de parte expressiva da população em todo o país.

Além disso, partimos de uma definição socialmente reconhecida do fenômeno da fome. Se o médico e geógrafo pernambucano definia esse fenômeno em termos nutricionais, como consequência de um regime alimentar insuficiente (em energia ou calorias) e deficitário (em macro e/ou micronutrientes), trabalhamos aqui com uma definição que se apoia nas experiências de fome e de risco de fome, tais como: preocupar-se com o fim dos alimentos; comer apenas alguns tipos de alimentos; pular refeições; comer menos do que achou que precisava; sentir fome, mas não comer (Parte II).

Neste sentido, propomos aqui uma síntese das situações alimentares no Brasil, que considera a avaliação da disponibilidade domiciliar de alimentos de acordo com a classificação NOVA (IBGE, 2020a) e os índices de fome e risco de fome obtidos por meio da EBIA (IBGE, 2020c). Quando sobrepostas, essas informações

explicitam que o Brasil segue sendo caracterizado por uma forte desigualdade regional entre as situações alimentares do país (M27).

Quanto à presença de fome e risco de fome no Brasil, os dados permitem traçar uma linha que divide o território nacional em uma porção mais ao norte, na qual os índices desses fenômenos são mais elevados, e uma porção que poderíamos chamar de centro-sul, na qual esses índices são mais baixos. É interessante notar que essa divisão não respeita de maneira estrita a divisão regional adotada pelo IBGE. Em 2017-2018, na área que se estende do Acre até a Bahia, 30,3% dos domicílios encontravam-se em situação de risco de fome e 21,8% em situação de fome, o que significa que menos da metade (47,8%) de seus domicílios estava livre da fome e do risco de fome. Assim, é possível dizer que as áreas de fome endêmica e epidêmica identificadas por Josué de Castro permanecem sendo aquelas onde os índices de fome e risco de fome são mais intensos.

Enquanto isso, nos estados localizados na porção centro-sul do país que tem como vértices os estados de Rondônia, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, 21,0% dos domicílios encontravam-se em situação de risco de fome e 8,3% em situação de fome, portanto a proporção de domicílios sem fome e risco de fome nesta parte do país era de 70,7%. Isso não pode,

contudo, ocultar o fato de que 3,9 milhões de domicílios em situação de fome (44,3% do total nacional) e 9,8 milhões de domicílios em situação de risco de fome (59,2% do total nacional) estavam localizados na área meridional que tem como vértices os estados de Rondônia, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, é importantíssimo destacar que a desigualdade das situações alimentares no Brasil se manifesta em diferentes escalas e que índices menos intensos não anulam a existência de territórios marcados pela fome e risco de fome nessa porção meridional do país do país. Afinal, entre os 4 estados com maior quantidade de domicílios nessas situações, 3 estão localizados na região Sudeste, integrando a área com menores índices de fome e risco de fome do país: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

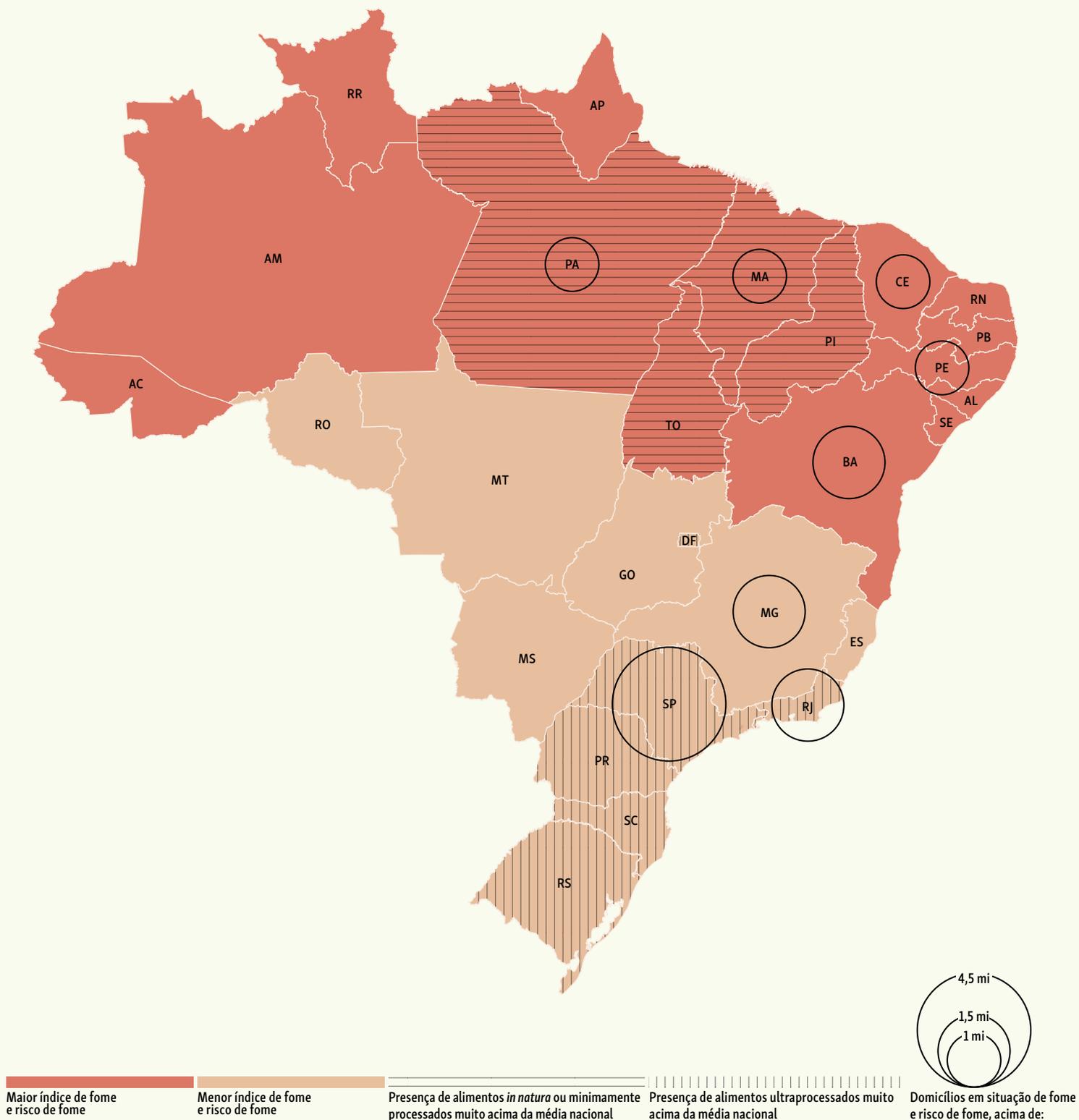
Já no que diz respeito ao grau de processamento dos alimentos presentes nos domicílios brasileiros, os estados onde a participação dos alimentos *in natura* ou minimamente processados é significativamente maior que a média nacional – em especial a área composta pelos estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará – encontram-se todos na área em que os índices de fome e risco de fome são mais intensos. Já nos estados onde a participação dos alimentos ultraprocessados encontra-se acima da média nacional – particularmente no

eixo que vai do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul (além do Distrito Federal) – os índices de fome e risco de fome são menos intensos.

Essa constatação evidencia a complexidade das situações alimentares no Brasil, pois nos domicílios mais vulneráveis à privação de alimentos, a disponibilidade alimentar tende a ser menos variada, mas ainda assim com grande participação dos alimentos *in natura* ou minimamente processados (em conformidade com a recomendação do Guia alimentar para a população brasileira) como o arroz, o feijão, as farinhas e féculas e os pescados (particularmente nos estados da região Norte e no Maranhão). Por outro lado, o consumo de ultraprocessados tende a ser maior nos domicílios mais ricos e situados em áreas urbanas, que se concentram sobretudo na porção do território onde os índices de fome e risco de fome são menos intensos.

M27 Síntese das situações alimentares (2017-2018)

Fonte: IBGE, 2020a; 2020c.



O agravamento da fome e do risco de fome durante a pandemia de Covid-19

Todos os dados utilizados para a elaboração deste atlas referem-se às situações alimentares no Brasil antes do estabelecimento da pandemia de Covid-19¹¹. No entanto, não poderíamos deixar de considerar os dados contidos na publicação do *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) que comprovam o enorme crescimento da fome e do risco de fome a partir de março de 2020.

Realizado em dezembro de 2020 e publicado no início do ano seguinte, cabe destacar que os dados desse relatório baseiam-se em uma amostra probabilística menor do que aquela utilizada pelo IBGE na PNAD e na POF, impedindo assim a desagregação dos dados por unidade da federação. Além disso, a equipe responsável pelo inquérito optou pela utilização da EBIA em sua versão de oito itens (mais curta que aquela utilizada pelo IBGE, que tem 14 itens), o que não impede a comparação entre ambas¹².

É importante destacar que a REDE PENSSAN optou por divulgar os dados considerando a quantidade de “moradores de domicílios em situação de segurança e insegurança alimentar”. Em todo o atlas optamos, assim como procede o IBGE, por trabalhar com os dados relativos aos domicílios, uma vez que os questionários que são utilizados para mensurar

a fome e o risco de fome têm como objeto a situação do domicílio, não permitindo a consideração de suas diferenças internas. Isso, no entanto, não compromete a qualidade dos dados apresentados a seguir, pois é possível estimar de maneira confiável a quantidade de pessoas vivendo em domicílios em situação de fome e risco de fome.

A análise dos dados do Inquérito realizado pela Rede Penssan permite afirmar que a fome e o risco de fome continuam apresentando uma territorialização semelhante àquela identificada antes da pandemia, porém agora em escala ampliada (G31). O intenso crescimento da fome (de 16,0% para 20,5%) e do risco de fome (de 20,7% para 34,7%) no país fez com que esses dois fenômenos combinados ultrapassasse a marca de 50% da população em três das cinco grandes regiões nacionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Contudo, o recorte que reúne os estados das regiões Sul e Sudeste do país apresentava a maior quantidade de pessoas nessas duas situações (58 milhões de habitantes), indicando que apenas 53,1% das pessoas estavam livres da fome e do risco de fome nessas regiões. Da mesma maneira, os dados seguem apontando uma maior proporção de domicílios em situação de fome no campo (27,0%) do que na cidade (19,4%) e uma maior quantidade de pessoas em situação de fome em áreas urbanas (35,2 milhões) do que em áreas rurais (8,2 milhões).

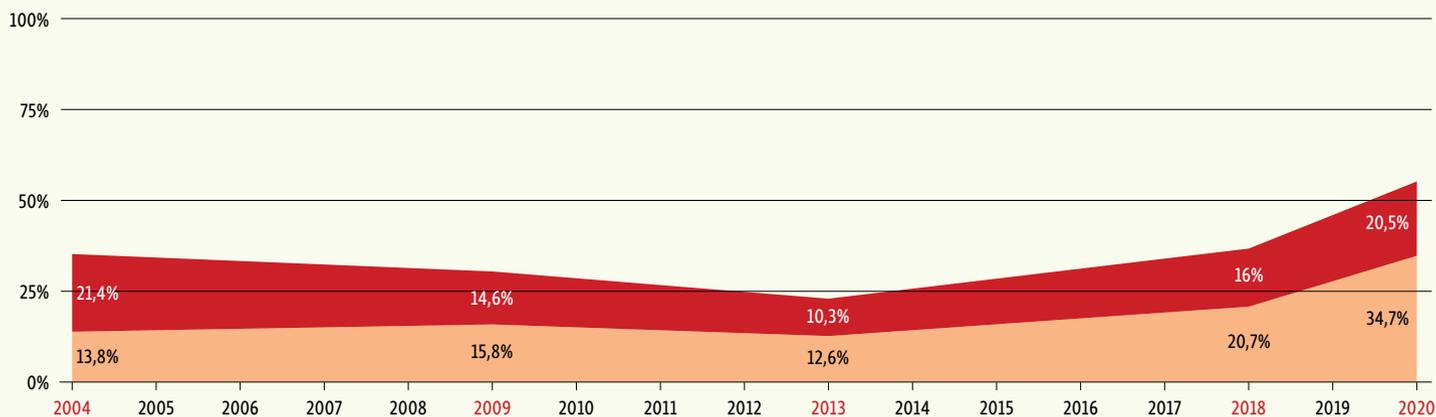
11 Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo vivia uma pandemia de Covid-19.

12 “Para fins de comparação dos níveis de SA/IA [segurança alimentar / insegurança alimentar] entre 2004 e 2020, foi necessário reanalisar as estimativas das PNAD de 2004, 2009, 2013 e a POF 2018, usando as mesmas perguntas da EBIA do Inquérito VigiSAN de 2020. Esta versão da EBIA 2020 é composta pelas oito perguntas iniciais da escala, relativas às condições de acesso aos alimentos no domicílio e entre moradores(as) adultos(as). Assim sendo, as frequências de SA e IA obtidas para os inquéritos nacionais realizados anteriormente pelo IBGE, e apresentadas neste relatório, guardam comparabilidade e explicitam, com segurança, as tendências das estimativas entre 2004 e o Inquérito VigiSAN de 2020. Ressaltase, portanto, que além das amostras possuírem comparabilidade, conforme os resultados dos testes realizados e já relatados nos métodos, o instrumento de medida da SA/IA foi o mesmo.” (REDE, 2021, p. 47)

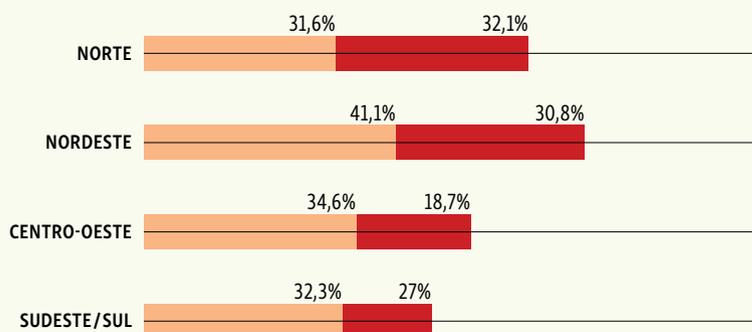
G31 Pessoas em situação de fome e risco de fome

Fonte: (a) REDE, 2021, p. 48; (b/c/d/e) REDE, 2021, p. 36.

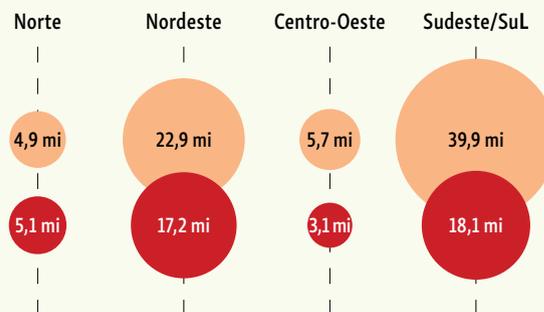
(a) Evolução no período, em números relativos (2004–2020)



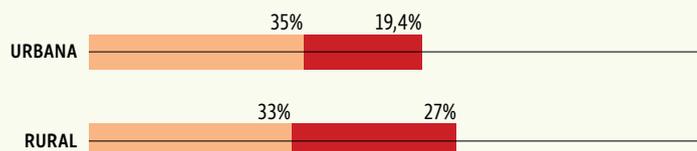
(b) Números relativos por região (2020)



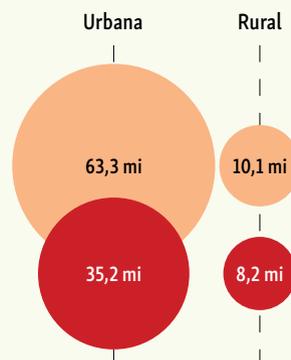
(c) Números absolutos por região (2020)



(d) Números relativos por situação de domicílio (2020)



(e) Números absolutos por situação de domicílio (2020)



Risco de fome Fome

Referências

- BICKEL, G. et al. **Guide to Measuring Household Food Security**, Revised 2000. Alexandria: USDA/Food and Nutrition Service, 2000.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, setembro de 2006.
- BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, DF, 2014. 152 p. Disponível em: <https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- CAFIERO, Carlo. **Advances in hunger measurement: traditional FAO methods and recent innovations**. Statistics Division, FAO, Rome, Italy, 2014.
- CASTRO, Josué de. **A Alimentação brasileira à luz da Geografia Humana**. Porto Alegre: Edições Globo, 1937.
- CASTRO, Josué de. Áreas alimentares do Brasil. **Boletim Geográfico [do] IBGE**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 65, 1948, p. 458.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019**. Rome: FAO, 2019.
- FREITAS, Maria do Carmo Soares de; MINAYO, Maria Cecília de Souza; FONTES, Gardênia Abreu Vieira. **Sobre o campo da Alimentação e Nutrição na perspectiva das teorias compreensivas**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 31-38, Jan. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000100008&lng=en&nrm=iso>.
- Acesso em: 19 Abr. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**: resultados do universo - características da população e dos domicílios. In: SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175#notas-tabela>>. Acesso em: 31 mai. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020c.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003**. Aquisição alimentar domiciliar per capita: Brasil e Grandes Regiões. Tabelas. IBGE, [s.d.a]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/19877-2002-2003.html?edicao=18303&t=resultados>>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**. IBGE, [s.d.b]. Aquisição alimentar domiciliar per capita: Brasil e Grandes Regiões. Tabelas. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?edicao=9059&t=resultados>>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Primeiros resultados. Tabelas. IBGE, [s.d.c]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=25578&t=resultados>>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Tabelas. IBGE, [s.d.d]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=27139&t=resultados>>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Análise da segurança alimentar no Brasil. Tabelas. IBGE, [s.d.e]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=28708&t=resultados>>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Segurança Alimentar - 2013. Tabelas. IBGE, [s.d.f]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/19898-suplementos-pnad3.html?edicao=10528&t=resultados>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

- LAPPÉ, Frances Moore et al. How we count hunger matters. **Ethics & International Affairs**, 27(3), 251-259, 2013.
- PEAR, Robert. U.S panel says hunger cannot be documented. **New York Times**, 9 jan. 1984. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1984/01/09/us/us-panel-says-hunger-cannot-be-documented.html>>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- RADIMER, Kathy et al. Development of Indicators to Assess Hunger. **The Journal of Nutrition**, v. 120, n. suppl_11, p. 1544-1548, 1990.
- RADIMER, Kathy et al. Understanding hunger and developing indicators to assess it in women and children. **Journal of Nutrition Education**, v. 24, n. 1, p. 36S-44S, 1992.
- REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2021.
- UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). Definitions of Food Security. Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/topics/food-nutrition-assistance/food-security-in-the-us/definitions-of-food-security/#ranges>>. Acesso em: 19 abr. 2021
- WEHLER, Cheryl et al. The community childhood hunger identification project: A model of domestic hunger – Demonstration project in Seattle, Washington. **Journal of Nutrition Education**, v. 24, n. 1, p. 29S-35S, 1992.

Lista de quadros e figuras

GRÁFICOS

G1	População segundo as classes de rendimento mensal familiar, por região (2017-2018)	12
G2	Distribuição da despesa média mensal familiar, por tipo de despesa (2017-2018)	17
G3	Despesa mensal familiar com alimentação, por classe de rendimento e situação do domicílio (2017-2018)	20
G4	Despesa mensal familiar com alimentação, por classe de rendimento e região (2017-2018)	21
G5	Proporção das despesas com alimentação dentro e fora do domicílio (2002-2018)	22
G6	Despesa média mensal com alimentação dentro e fora do domicílio, nas áreas rural e urbana (2017-2018)	23
G7	Despesa mensal familiar com alimentação fora do domicílio, por classe de rendimento e região (2017-2018)	25
G8	Evolução da aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i> anual (2002-2018)	29
G9	Diferença na aquisição alimentar <i>per capita</i> anual em relação à média nacional (2017-2018).....	30
G10	Aquisição domiciliar de arroz por região	32
G11	Aquisição domiciliar de feijão por região	34
G12	Aquisição domiciliar de hortaliças folhosas e florais por região	36
G13	Aquisição domiciliar de hortaliças frutosas, tuberosas e outras por região	38
G14	Aquisição domiciliar de frutas por região	40
G15	Aquisição domiciliar de farinhas e féculas por região	42
G16	Aquisição domiciliar de massas por região	44
G17	Aquisição domiciliar de panificados por região	46
G18	Aquisição domiciliar de carnes bovinas por região	48
G19	Aquisição domiciliar de carnes suínas por região	50
G20	Aquisição domiciliar de pescados por região	52
G21	Aquisição domiciliar de aves por região	54
G22	Aquisição domiciliar de ovos por região	56
G23	Aquisição domiciliar de laticínios por região	58
G24	Aquisição domiciliar de açúcares, doces e produtos de confeitaria por região	60
G25	Aquisição domiciliar de refrigerantes por região	62
G26	Aquisição domiciliar de alimentos preparados e misturas industriais por região	64
G27	Razão na aquisição dos grupos de alimentos de aquisição mais desigual, por região e classe extrema de rendimento (2017-2018)	68
G28	Participação dos grupos de alimentos no total de calorias a partir da aquisição domiciliar (2017-2018)	76
G29	Evolução da fome e do risco de fome (2004-2018)	89
G30	Domicílios em situação de fome e risco de fome (2017-2018)	99
G31	Pessoas em situação de fome e risco de fome	105

MAPAS

M1	Densidade demográfica (hab/km ²) (2010).....	10
M2	Proporção de domicílios particulares permanentes em áreas rurais (2010).....	10
M3	Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade autodeclaradas como preta, parda ou indígena (2010).....	11
M4	Proporção de domicílios com renda mensal <i>per capita</i> de até 2 salários-mínimos (2010).....	11
M5	Despesa média mensal familiar com alimentação (2017-2018).....	19
M6	Aquisição domiciliar de arroz (2017-2018).....	33
M7	Aquisição domiciliar de feijão (2017-2018).....	35
M8	Aquisição domiciliar de hortaliças folhosas e florais (2017-2018).....	37
M9	Aquisição domiciliar de hortaliças frutosas, tuberosas e outras (2017-2018).....	39
M10	Aquisição domiciliar de frutas (2017-2018).....	41
M11	Aquisição domiciliar de farinhas e féculas (2017-2018).....	43
M12	Aquisição domiciliar de massas (2017-2018).....	45
M13	Aquisição domiciliar de panificados (2017-2018).....	47
M14	Aquisição domiciliar de carnes bovinas (2017-2018).....	49

M15	Aquisição domiciliar de carnes suínas (2017-2018).....	51
M16	Aquisição domiciliar de pescados (2017-2018).....	53
M17	Aquisição domiciliar de aves (2017-2018).....	55
M18	Aquisição domiciliar de ovos (2017-2018).....	57
M19	Aquisição domiciliar de laticínios (2017-2018).....	59
M20	Aquisição domiciliar de açúcares, doces e produtos de confeitaria (2017-2018).....	61
M21	Aquisição domiciliar de refrigerantes (2017-2018).....	63
M22	Aquisição domiciliar de alimentos preparados e misturas industriais (2017-2018).....	65
M23	Participação dos grupos de alimentos no total de calorias a partir da aquisição domiciliar (2017-2018).....	77
M24	Domicílios em situação de fome (2004-2018).....	92
M25	Domicílios em situação de risco de fome (2004-2018).....	94
M26	Evolução da quantidade de domicílios em situação de fome (2004-2018).....	96
M27	Síntese das situações alimentares (2017-2018).....	103

QUADROS

Q1	Evolução da aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i> anual (2002-2018).....	28
Q2	Grupos de alimentos da classificação NOVA.....	70
Q3	Correspondência entre os estágios de fome em diferentes escalas: das escalas de insegurança alimentar à escala de fome.....	85
Q4	Pontos de corte da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para a definição da situação de fome ou risco de fome nos domicílios.....	86
Q5	Perguntas que compõem o questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).....	87

Anexo

ANEXO I | Notas técnicas cartográficas

Os itens cartográficos que compõem este atlas foram elaborados com base em amplo material estatístico recolhido, tabulado, processado e analisado criticamente. Assentado em preceitos básicos da cartografia temática, reúnem-se nesta publicação mapas coropléticos e mapas de símbolos proporcionais.

Essa elaboração teve por base os princípios da semiologia gráfica, ou seja, de uma linguagem específica, pautada em um conjunto de convenções voltadas à percepção visual e à comunicação feitas por meio de um sistema de signos simples e dotados de objetividade e rigor científico.

O intuito dessa cartografia, assim como da metodologia por trás dela, é complementar e facilitar a comunicação e a transmissão de mensagens e informações qualificadas sobre as temáticas abordadas, reforçando assim o discurso analítico.

Mapas coropléticos

Os mapas coropléticos compõem a maior parte do material cartográfico deste atlas, sendo essa forma de representação a mais indicada para mapear dados quantitativos contínuos relativos e dados qualitativos ordenados (LAMBERT; ZANIN, 2016).

Esses mapas são especialmente adequados ao mapeamento de dados quantitativos

relativos, tais como “Fração da população que se encontra em situação de insegurança alimentar, em relação ao total populacional”; “Porcentagem dos domicílios que possuem rendimento nominal mensal de até 2 salários mínimos, sobre o total de domicílios existentes”; “Participação dos alimentos ultraprocessados sobre o total de calorias adquiridas pelo domicílio”; “População autodeclarada preta, parda ou indígena, para cada 100 mil habitantes”; “Despesa média mensal com alimentação em relação (%) ao total de despesas de consumo do domicílio”; “Habitantes por quilômetro quadrado” e “Aquisição de açúcar, em quilos, por ano”.

Eles são formados pelo preenchimento do mapa de base com um único matiz (cor) com variações em sua tonalidade (brilho), criando uma ordem visual crescente que gera um efeito claro-escuro e promove um *dégradé*.

De acordo com Martinelli (1991), essa modalidade de mapa induz o olho humano a classificarnaturalmente os tons visíveis do mais claro ao mais escuro, criando um ordenamento espacial hierárquico. Os tons mais claros simbolizam valores mais baixos e/ou intensidades menores, já os tons mais escuros indicam valores mais fortes e/ou intensos, identificando e exprimindo processos de intensificação dos fenômenos.

A elaboração de mapas coropléticos

demanda que os dados, ou melhor, que a série de valores estatísticos (também chamada de amplitude total da amostra) seja subdividida em classes, estabelecendo-se os limites (os cortes entre as classes) e as amplitudes de seus intervalos (delimitação dos limites superior e inferior de cada classe).

Tal procedimento transforma os atributos contínuos da base de dados em atributos discretos; tal processo, chamado de discretização, implica compromissos simultaneamente com o rigor estatístico e com a necessidade de produzir uma representação cartográfica comunicativa. Uma discretização é considerada satisfatória quando permite a criação de classes (paradoxalmente) homogêneas e distintas entre si.

É necessário decompor os dados em intervalos (faixas de valores) denominadas “classes”, determinando-se em seguida o número de classes e o número de indivíduos pertencentes a cada uma delas (frequência absoluta ou simples).

Essa divisão visou sobretudo favorecer as comparações entre os mapas, facilitando a visualização espacial dos dados e promovendo uma melhor interpretação e assimilação por parte dos leitores.

Os mapas coropléticos foram elaborados tendo por princípio a discretização dos dados por meio da delimitação de apenas quatro

classes, com poucas exceções.

A partir da tabulação das planilhas de dados, foi inicialmente identificado o valor médio de cada série, delimitando-se em seguida, para cada uma das variáveis trabalhadas, via de regra duas classes acima do valor da “média nacional” e duas abaixo. Tais classes foram definidas de forma manual (não automática) a partir da análise minuciosa das planilhas de dados e dos histogramas.

O histograma é um importante indicador a respeito de como os dados estão dispersos e daquilo que sua distribuição revela. Sua análise nos permitiu uma melhor visualização da distribuição dos dados e dessa forma o estabelecimento de cortes mais apropriados entre as classes. De modo resumido, temos um conjunto de retângulos justapostos e de formatos variáveis, nos quais o eixo X (horizontal) representa os “intervalos de classe” enquanto o eixo Y (vertical) representa a “densidade de frequência” das classes. Desse modo, quanto mais “alto” for o retângulo, mais densa é a classe (em curtas extensões aparecem muitos valores) e quanto mais “achatado” for, menos densa é a classe.

A inserção do histograma nas figuras do atlas permite maior comparação entre mapas e confere maior transparência ao processo de tratamento dos dados, revelando ao leitor atento informações adicionais sobre seu conteúdo.

Foram poucas as exceções em que optamos por delimitar cinco classes e/ou que optamos por usar fórmulas de classificação automática dos dados. Essas foram referentes, sobretudo, aos dados demográficos apresentados na introdução do trabalho (M1, M2, M3 e M4), que comparam as mesmas variáveis em diferentes escalas: tanto sua distribuição em nível municipal quanto estadual. Nesses casos, optamos pelo método chamado de “classes de tamanhos iguais” (ou quantis), mais especificamente o “quintil”, pelo qual os dados são segmentados em cinco classes e cada uma delas engloba 20% dos valores. Assim, foram delimitadas cinco classes (com quebras diferentes para cada variável e para cada escala analítica) contendo o mesmo número de unidades em cada classe (1.113 municípios e 5 ou 7 unidades da federação). Essa técnica foi adotada em razão do grande número de valores referentes aos municípios existentes no país na ocasião do levantamento dos dados: 5.565.

Mapas de símbolos proporcionais

Outra modalidade de mapa utilizada neste atlas é a de símbolos proporcionais, os mais indicados para a representação de variáveis expressas em quantidades absolutas contínuas.

Como exemplos desse tipo de variável, poderíamos listar: “Número total de domicílios

em situação de risco de fome”; “Variação no número total de domicílios em situação de risco de fome entre 2004 e 2013”; “População que se encontra em situação de insegurança alimentar”; “Número de domicílios que possuem rendimento nominal mensal de até 2 salários-mínimos”; “População total autodeclarada preta, parda ou indígena”; “Despesa média mensal com alimentação em reais (R\$)”; “Habitantes” e “Aquisição de açúcar em quilos”, entre outras.

Esse método baseia-se na implantação pontual, sendo a relação de proporcionalidade entre os objetos percebida por meio da variável visual tamanho (ARCHELA; THÉRY, 2008). Produz-se, assim, uma ordem hierárquica evidente, onde os menores valores aparecem representados por símbolos (círculos) pequenos e os valores mais elevados por símbolos (círculos) grandes. A determinação do tamanho de cada círculo (área) é feita a partir do cálculo (via *software*) da raiz quadrada do valor a ser representado, multiplicada por um determinado coeficiente fixo. Desse modo, cada valor específico foi representado por um tamanho de círculo também específico.

Comentários gerais

Abriu-se mão, propositadamente, da escala gráfica, assim como da seta de orientação

para o Norte, partindo-se do pressuposto de que as características elementares do espaço territorial representado são conhecidas por nosso público-alvo, assim como para evitar certo excesso de informação igual e repetitiva em cada imagem.

A quase totalidade das representações cartográficas tem por delimitação territorial as unidades da federação pelo simples motivo de essa ser a única ou a mais detalhada informação disponível. Poucas são as exceções: há uma sequência de mapas em abordagem municipal que estão pareados lado-a-lado com outro que oferece a distribuição da mesma variável, porém em escala estadual.

Há também as pranchas (M23, M24 e M25), que são imagens formadas por conjuntos de mapas apresentados lado a lado, tendo-se tomado o cuidado de manter para todos uma mesma maneira de discretizar os dados e dessa forma manter equiparabilidade entre eles assim como uma única legenda comum.

Mapa síntese

Para a obtenção de resultados eficazes, explicativos, comunicativos e conclusivos, foram (foi) feito(s) (um) “mapa(s) sinótico(s)”, entendido(s) como “resultado da combinação de elementos qualitativos e quantitativos, sendo essencialmente o produto de uma

abstração intelectual e sintética” (BARBOSA, 1967, p. 176). Tais (Tal) mapa(s) apresenta(m) os resultados da pesquisa e (foi) são elaborado(s) com base na interpretação do conjunto de mapas analíticos e exploratórios prévios, assim como de discussão teórica e conceitual acerca dos objetos, sujeitos e situações que incorporam. De acordo com Girardi (2008, p. 83), “A elaboração dos mapas sinóticos é caracterizada por ser mais livre e comportar maior subjetividade. [...] Esses mapas comportam conceitos geográficos relativos à interpretação dos fenômenos pelo autor”.

Referências

- ARCHELA, Rosely Sampaio; THÉRY, Hervé. Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos. *Confins*, [S.L.], n. 3, n.p., 1 jul. 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/3483#quotation>>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia/FCT, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.
- LAMBERT, Nicolas; ZANIN, Christine. **Manuel de cartographie**: Principes, methodes, applications. Paris: Armand Colin, 2016.
- MARTINELLI, Marcello. **Curso de Cartografia Temática**. São Paulo: Contexto, 1991.
- BARBOSA, Rodolpho Pinto. **A questão do método cartográfico**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 117-123, out./dez. 1967.

ANEXO II | Grupos, subgrupos e produtos alimentares

1. CEREAIS E LEGUMINOSAS

1.1. Cereais

- Arroz não especificado
- Arroz polido
- Milho em grão
- Milho verde em conserva
- Milho verde em espiga
- Outros

1.2. Leguminosas

- Feijão-fradinho
- Feijão-jalo
- Feijão-manteiga
- Feijão-mulatinho
- Feijão-preto
- Feijão-rajado
- Feijão-roxo
- Outros feijões
- Outras

2. HORTALIÇAS

2.1. Hortaliças folhosas e florais

- Acelga
- Agrião
- Alface
- Cheiro-verde
- Couve
- Couve-brócolis
- Couve-flor
- Repolho
- Outras

2.2. Hortaliças frutosas

- Abóbora
- Abobrinha
- Azeitona em conserva
- Berinjela
- Cebola
- Chuchu
- Jiló
- Maxixe
- Pepino fresco
- Pimentão
- Quiabo
- Tomate
- Vagem
- Outras

2.3. Hortaliças tuberosas e outras

- Alho
- Batata-aipo
- Batata-baroa
- Batata-doce
- Batata-inglesa
- Batata não especificada
- Beterraba
- Cará
- Cenoura
- Inhame
- Mandioca
- Outras

3. FRUTAS

3.1. Frutas de clima tropical

- Abacate
- Abacaxi
- Acerola
- Banana-d'água

- Banana-da-terra
- Banana-maçã
- Banana-ouro
- Banana-prata
- Outras bananas
- Goiaba
- Laranja-baía
- Laranja-lima
- Laranja-pera
- Laranja-seleta
- Outras laranjas
- Limão comum
- Mamão
- Manga
- Maracujá
- Melancia
- Melão
- Tangerina
- Outras

3.2. Frutas de clima temperado

- Ameixa
- Caqui
- Maçã
- Morango
- Pera
- Pêssego
- Uva
- Outras

4. COCOS, CASTANHAS E NOZES

4.1. Cocos

- Açaí (emulsão)
- Coco-da-baía
- Outros

4.2. Castanhas e nozes

5. FARINHAS, FÉCULAS E MASSAS

5.1. Farinhas

- Farinha de mandioca
- Farinha de rosca
- Farinha de trigo
- Farinha vitaminada
- Outras

5.2. Féculas

- Amido de milho
- Creme de arroz
- Creme de milho
- Fécula de mandioca
- Flocos de aveia
- Flocos de milho
- Flocos de outros cereais
- Fubá de milho
- Outras

5.3. Massas

- Macarrão com ovos
- Macarrão não especificado
- Macarrão sem ovos
- Massa de lasanha
- Massa de pastel
- Massa de pizza
- Outras

6. PANIFICADOS

6.1. Pães

- Pão caseiro
- Pão de forma de padaria
- Pão de forma industrializado
- Pão de milho
- Pão de queijo
- Pão doce

- Pão francês
- Pão integral
- Torrada
- Outros

6.2. Bolos

6.3. Biscoitos, roscas, etc.

- Biscoito doce
- Biscoito não especificado
- Biscoito salgado
- Rosca doce
- Rosca não especificada
- Rosca salgada
- Outros

7. CARNES

7.1. Carnes bovinas de primeira

- Alcatra
- Carne moída
- Carne não especificada
- Chã de dentro
- Contrafilé
- Filé-mignon
- Lagarto comum
- Lagarto redondo
- Patinho

7.2. Carnes bovinas de segunda

- Acém
- Capa de filé
- Carne moída
- Carne não especificada
- Costela
- Músculo
- Pá
- Peito
- Outras

7.3. Carnes bovinas outras

- Carne de hambúrguer
- Carne de sol
- Carne moída não especificada
- Carne não especificada
- Carne-seca
- Mocotó
- Outras

7.4. Carnes suínas com osso e sem osso

- Carré
- Costela
- Lombo
- Pernil
- Porco eviscerado
- Outras

7.5. Carnes suínas outras

- Carne salgada não especificada
- Costela de porco salgada
- Mortadela
- Paio
- Pé de porco salgado
- Presunto
- Salame
- Salsicha comum
- Toucinho fresco
- Toucinho defumado
- Outras

7.6. Carnes de outros animais

- Carne de cabrito
- Carne de carneiro
- Linguiça
- Outras

8. VÍSCERAS

8.1. Vísceras bovinas

- Bucho
- Fígado
- Língua
- Outras

8.2. Vísceras suínas

- Outras vísceras

9. PESCADOS

9.1. Pescados de água salgada

- Anchova fresca
- Bacalhau
- Bagre fresco
- Cação fresco
- Camarão fresco
- Corvina fresca
- Merluza em filé congelado
- Merluza em filé fresco
- Parati fresco
- Pescada em filé congelado
- Pescada em filé fresco
- Pescada fresca
- Pescadinha fresca
- Sardinha em conserva
- Sardinha fresca
- Tainha fresca
- Outros pescados em filé congelado
- Outros pescados em filé fresco
- Outros pescados frescos
- Outros pescados salgados

9.2. Pescados de água doce

- Acará fresca
- Acari fresco

- Anujá fresco
- Curimatã fresco
- Dourada fresca
- Jaraqui fresco
- Lambari fresco
- Mapará fresco
- Piau fresco
- Surubim fresco
- Tambaqui fresco
- Tilápia fresca
- Traíra fresca
- Tucunaré fresco
- Outros pescados em filé congelado
- Outros pescados em filé fresco
- Outros pescados frescos
- Outros pescados salgados

9.3. Pescados não especificados

- Peixe em filé congelado
- Peixe em filé fresco
- Peixe fresco
- Peixe salgado

10. AVES E OVOS

10.1. Aves

- Asa de frango
- Carne de frango não especificada
- Coxa de frango
- Dorso de frango
- Frango abatido (inteiro)
- Frango vivo
- Miúdos de frango
- Peito de frango
- Outras carnes de frango
- Pato inteiro ou em cortes

- Peru abatido
- Peru em cortes
- Outras

10.2. Ovos

- Ovo de galinha
- Outros

11. LATICÍNIOS

11.1. Leite e creme de leite

- Creme de leite
- Leite condensado
- Leite de vaca fresco
- Leite de vaca pasteurizado
- Leite em pó desengordurado
- Leite em pó integral
- Leite em pó não especificado
- Outros

11.2. Queijos e requeijão

- Queijo minas
- Queijo mozzarella
- Queijo não especificado
- Queijo parmezão
- Queijo prato
- Outros queijos
- Requeijão

11.3. Outros laticínios

- Iogurte
- Leite fermentado
- Manteiga
- Outros

12. AÇÚCARES, DOCES E PRODUTOS DE CONFEITARIA

12.1. Açúcares

- Açúcar cristal

- Açúcar demerara
- Açúcar não especificado
- Açúcar refinado
- Outros

12.2. Doces e produtos de confeitaria

- Bombom
- Chocolate em tablete
- Doce a base de leite
- Doce de fruta cristalizado
- Doce de fruta em calda
- Doce de fruta em pasta
- Rapadura
- Sorvete
- Outros

12.3. Outros açúcares, doces e produtos de confeitaria

- Chocolate em pó
- Gelatina
- Mel de abelha
- Polpa de fruta
- Outros

13. SAIS E CONDIMENTOS

13.1. Sais

- Sal grosso
- Sal refinado
- Outros

13.2. Condimentos

- Caldo de carne em tablete
- Caldo de galinha em tablete
- Outros caldos em tablete
- Colorau
- Fermento
- Leite de coco

- Maionese
- Massa de tomate
- Molho de tomate
- Tempero misto
- Vinagre de álcool
- Vinagre de vinho
- Vinagre não especificado
- Outros

14. ÓLEOS E GORDURAS

14.1. Óleos

- Azeite de oliva
- Óleo de girassol
- Óleo de canola
- Óleo de milho
- Óleo de soja
- Óleo não especificado
- Outros

14.2. Gorduras

- Banha de porco
- Margarina vegetal
- Outras

15. BEBIDAS E INFUSÕES

15.1. Bebidas alcoólicas

- Aguardente de cana
- Outras aguardentes
- Cerveja
- Vinho
- Outras

15.2. Bebidas não alcoólicas

- Água mineral
- Refrigerante de cola
- Refrigerante de guaraná
- Refrigerante de laranja

- Refrigerante de limão
- Refrigerante de maçã
- Refrigerante de uva
- Bebida energética
- Refrigerante não especificado
- Outros refrigerantes
- Suco de fruta em pó
- Suco de fruta envasado
- Outras

15.3. Cafés

- Café moído
- Café solúvel
- Outros

15.4. Chás

- Chá-mate
- Outros

16. ALIMENTOS PREPARADOS E MISTURAS INDUSTRIAIS

16.1. Alimentos preparados

- Alimento congelado
- Batata frita
- Carne-assada
- Frango assado ou defumado
- Frango empanado
- Massa
- Refeição
- Salgadinho
- Sanduíche
- Outros

16.2. Misturas industriais

- Mistura para bolo
- Outras

17. OUTROS PRODUTOS

CARACTERÍSTICAS

Formato aberto 450 x 250 mm
Formato fechado 225 x 250 mm
120 páginas

FAMÍLIA TIPOGRÁFICA:

Skolar desenhada por David
Březina, Vaibhav Singh e equipe
Rosetta Type Foundry

SETEMBRO DE 2021

